

HISTÓRIA viva

EXCLUSIVO

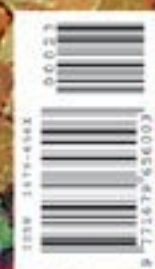
O homem que
filmou **LAMPIÃO**
e suas **FOTOS**
INÉDITAS

Ao sul do **NILO**,
o enigma dos
FARAÓS NEGROS

A Primeira Guerra
decreta o fim da
era das **GRANDES**
MONARQUIAS

O brado republicano
dos **GAUCHOS**
na Revolução
FARROUPILHA

MOSAICOS DE
TEODORA E
JUSTINIANO,
IMPÉRADORES
DO APOGEU



SUBLIME BIZÂNCIO

OS MIL ANOS DE CIVILIZAÇÃO, ARTE E PODER
DO IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE

HISTÓRIA viva

Duetto
EDITORIAL

Quem leva
nossa energia
é você.


ESPAÇO CULTURAL CPFL



Espaço Cultural CPFL

A energia da CPFL também gera cultura e cidadania. E se reflete em projetos pioneiros, como o Espaço Cultural CPFL, um centro dinâmico de reflexão e debate sobre as transformações do século XXI. Com teatro, música, literatura, artes plásticas, exposições e palestras diárias, em que vários temas do cotidiano são abordados pelos maiores intelectuais contemporâneos.

No mês de **setembro** alguns destaques que estarão presentes são Gerald Thomas, Walter Salles, Lino Villaventura, Klaus Heinoth, Dyrceu Aguiar Dias Cintra Jr., Jorge da Cunha Lima, Antonio Carlos Carrasqueira, Nahim Marun, Gilberto Mendes, Jorge Mautner, Nelson Jacobina, Carlos Rennó, entre outros. Bem-vindo ao Espaço Cultural CPFL.


CPFL
ENERGIA

Quem leva nossa energia é você.

Para obter a programação completa,
acesse www.cpficultura.com.br

HISTÓRIA viva

SUMÁRIO

30 DOSSIÊ: A HISTÓRIA DE BIZÂNCIO

Os mil anos do Império Romano do Oriente e seu impressionante legado: obras de arte, reunidas em encarte especial

66 PETRÓLEO, CAUSA (INCONFESSIONADA) DE GUERRA

A história das disputas que o ouro negro gerou, do início do século até os embates atuais na região do golfo Pérsico

72 OS ENIGMÁTICOS FARAÓS NEGROS

Reis de origem núbica que se consideravam filhos de Amon foram soberanos no vale do Nilo, após séculos de colonização egípcia

76 O NAUFRÁGIO DOS GRANDES IMPÉRIOS

A Primeira Guerra Mundial aniquilou potências que se acreditavam eternas

82 GAÚCHOS VÃO ÀS ARMAS, CONTRA O IMPÉRIO

Logo depois da Independência, o poder centralizado tirou a autonomia do povo do sul, que se rebelou na luta por seus direitos

90 IMAGINÁRIO E REALIDADE, NO RETRATO DOS BANDEIRANTES

Desbravadores, eles estavam no entanto muito longe da imagem romaneada construída bem depois de sua passagem

96 CINEMA E CANGAÇO NA TERRA DO SOL

A saga do cineasta amador Abrahão Benjamin, o único a filmar Lampião e seu bando de cangaceiros

O cangaceiro Corisco, um dos que posaram para as fotos de Abrahão Benjamin





Foto do Viaduto do Chá, que integra exposição em Belo Horizonte



20

Trono episcopal de D. José I, que integra o acervo da Fundação Maria Luísa e Oscar Americano



Capela, atração do Parque do Itacolomi

6 CARTAS

8 HISTÓRIA EM CARTAZ

Principais eventos, exposições, livros, filmes e as mais recentes descobertas e pesquisas

13 PASSEIO

O Parque do Itacolomi, um reduto natural localizado entre Ouro Preto e Mariana

20 FUNDAÇÃO MARIA LUÍSA E OSCAR AMERICANO

Arquitetura, paisagismo, arte e história constituem as várias faces desse importante espaço cultural

22 BIOGRAFIA – DANTON

Mesmo no cadafalso, o rebelde, traído pelos companheiros, demonstrou sua força de tribuno e homem de idéias

104 CRUZADA HISTÓRICA

Um desafio para os aficionados

106 ÚLTIMA PÁGINA

Luciana de Campos, mestra em história, acredita que o romance histórico pode incentivar leitores à pesquisa de fatos a partir de uma perspectiva científica

13

HISTÓRIA viva

www.historiaviva.com.br

DIRETOR GERAL: Alfredo Nastari
DIRETORA ADJUNTA: Ana Luisa Astiz

REDAÇÃO
redacao@historiaviva.com.br
EDITOR: Mirian Ibañez
EDITOR-ASSISTENTE: Frank de Oliveira

EDITOR DE ARTE: Marcelo Rainho
ASSISTENTE DE ARTE: Monique Bruno Elias
ICONOGRAFIA: Pietra Stefania Diwan (coordenação), Sara Alencar e Silvia Nastari (assistentes)
PRODUTOR GRÁFICO: Dalton do Nascimento
REVISORES: Edna Adorno (coordenação) e Luiz Roberto Malta

Historia
www.historia.presse.fr

Pierre Baron, directeur de la rédaction
Patricia Crété, rédacteur en chef
Patrick Morvant, premier secrétaire de rédaction
Catherine Decouan, secrétaire de rédaction

História Viva é uma publicação da Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda., empreendimento conjunto das editoras Segmento e Ediouro. Os artigos internacionais que fazem parte de História Viva constituem a edição brasileira de História, editada pelas Publicações Tallandier (França).

Duetto
EDITORIAL

Rua Cunha Gago, 412, cj. 33 – Pinheiros – São Paulo – SP
05421-001 – Tel./Fax: (11) 3039-5633

COMITÊ EXECUTIVO
Jorge Carneiro, Edmilson Cardial,
Luiz Fernando Pedrosa e Alfredo Nastari

PUBLICIDADE
publicidade@historiaviva.com.br
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Renato Resston
EXECUTIVOS DE CONTAS: Katia Zaratini Santacrose,
Nilda Smolari Sperandio e Rogério de Oliveira Silva
ASSISTENTE COMERCIAL: Ana Maria Rambo
REPRESENTANTES DE PUBLICIDADE
BRASILIA: Singulare Publicidade – Magda Dias (61) 344-5181
Cel.: (61) 9982-7409 (brasilia@editorasegmento.com.br)
INTERNATIONAL SALES
MULTIMEDIA, INC. Tel.: +1-407-903-5000
info@multimediausa.com

PLANEJAMENTO E CONTROLE
DIRETOR: Marcio Ivo Motter
Siumara Celeste (assistente)

MARKETING
DIRETOR: André Felipe D'Amato
VENDAS AVULSAS: Carla Lemes (coordenação)
ASSINATURAS: Fátima de Oliveira (coordenação)
e Daniela de Oliveira
PLANEJAMENTO E INTERNET: Mariana Monné (coordenação)
PROPAGANDA: Carolina Conde
PROMOÇÃO: Silvia Campos

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3038-6300

atendimento@duettoeditorial.com.br
NOVAS ASSINATURAS

queroassinar@duettoeditorial.com.br
EDIÇÕES AVULSAS E ESPECIAIS
edicoesavulsas@duettoeditorial.com.br
OUVIDORIA
ouvidoria@duettoeditorial.com.br

História Viva, nº 23, ISSN 1679-656X. Distribuição com exclusividade para todo o Brasil: Dinap S.A. Rua Doutor Kenkichi Shimomoto, 1678. Números atrasados podem ser solicitados ao seu jornaleiro ou na central de atendimento ao leitor (11) 3039-5601 ao preço da última edição acrescido dos custos de postagem. Distribuição com exclusividade em Portugal: Midesa.

IMPRESSÃO: Ediouro Gráfica
DIRETOR RESPONSÁVEL
Alfredo Nastari

ANER FIPP IVZ

MONTAGEM COM
DETALHES DOS
MOZAICOS JUSTINIANO
E TEODORA E OS
PRINCIPAIS DIGNATÁRIOS
DE SUA CORTESIA, APÓS
DA IGREJA DE SAN
VITALE, RAVENNA,
ANTERIORES A 548



EDITORIAL

A imortalidade pela beleza

Os cavalos de bronze dourado que há séculos se destacam na fachada da basílica de São Marcos, em Veneza, fizeram uma longa viagem, desde sua terra de origem, Bizâncio – o antigo nome de Constantinopla, hoje a cidade de Istambul. Ali, na Antiguidade, adornavam o hipódromo, tradução local para o circo romano, porém muito mais trágica e contundente, pois envolvia, mais do que diversão, manifestações políticas. Daquela importante capital vem a inspiração para os mosaicos que revestem os interiores da catedral veneziana – ao longo de cerca de 8 mil metros quadrados de paredes e majestosas cúpulas.

Os mosaicos e os cavalos de bronze são apenas dois exemplos da grandeza do talento bizantino e de sua poderosa influência, presente também em Ravena, na mesma Itália, onde, entre outros monumentos da humanidade, permanecem mais jóias de Bizâncio, como o mausoléu de Gala Placidia. Esta edição traz muito do que há de mais representativo na produção bizantina, no alentado dossiê de 34 páginas sobre as realizações desse império, criado a partir de outro, em decadência, e que assim ganhou mais um milênio de renovado fôlego. Foi, aliás, uma recriação, não por acaso denominada Império Romano do Oriente.

Sua herança magistral ecoa, naturalmente, através dos tempos, com um poder de influência impressionante. A arte bizantina não existe apenas em si, nos originais que ainda causam tanta admiração. Ela se traduz em outras manifestações artísticas e assim permanece, ao mesmo tempo passado e presente. Sem perder a força, nem a grandeza. De forma sutil, leva à reflexão sobre o papel do belo na imortalização do legado humano. Embora esse mesmo gênero tenha, também, produzido o contrário, devastações e misérias – basta lembrar as bombas sobre Hiroshima e Nagasaki, na Segunda Guerra Mundial –, é pela beleza que extasia e inspira.

Mirian Ibañez, editora



DOIS DE JULHO 1

Nasci no Rio de Janeiro, tenho 59 anos, sou descendente de portugueses, radicado na Bahia. Meu filho nasceu aqui, e o episódio do Dois de Julho sempre me deixou curioso. O povo baiano não imagina quantos se sacrificaram pela independência. Ironicamente, nosso aeroporto, que se chamava Dois de Julho, teve seu nome mudado para o de um político, que, sem querer desfazer seus créditos, nunca irá substituir os daqueles que derramaram seu sangue pelo Brasil. Peço também que pesquisem mais o João das Botas, que usava saveiros com lastro de pedras para colocar mais um mastro na embarcação objetivando torná-la mais rápida, e instalava uma roda de carroça no convés da embarcação com eixo vertical, e nessa roda prendia quatro canhões distribuídos a 90 graus. Então, enquanto um canhão estava sendo carregado virado para o lado de dentro da embarcação, outro estava a 180 graus atirando na linha d'água das grandes naus portuguesas.

ANTÔNIO COELHO, por e-mail

DOIS DE JULHO 2

Tenho de fazer uma pequena crítica à matéria "Expulsos a ferro e fome". O autor trata o tema de forma a ressaltar os "grandes feitos heróicos" dos brasileiros contra os "monstruosos" portugueses. Coloca-se assim totalmente de um lado da história, esquecendo uma das maiores regras historiográficas que é a de escrever história da maneira menos "partidária" possível. Outro ponto que gostaria de ressaltar é o uso de dois termos errôneos: 1) Salvador é descrita como metrópole, um termo bastante exagerado para a cidade na época; 2) O autor trata as terras das famílias Pires de Carvalho e Albuquerque como um feudo, terminologia que remonta à Europa medieval. Não existiram feudos no Brasil.

FABIO MEISTER GEISS, por e-mail



VOCAÇÃO

Estou na oitava série, e graças à revista **História Viva**, já tenho minha decisão formada em relação à faculdade que irei cursar, que é sem dúvida a de história. Devido à assinatura que fiz da revista, comecei a admirar e até mesmo me apaixonar pelo assunto. Sem contar que a revista me garantiu várias notas 10 no colégio.

KAMILA A. QUEIROZ, por e-mail

AIX-LA-CHAPELLE

Na sessão "Destinos" da edição 22, afirma-se que a cidade alemã de Aix-La-Chapelle passou para o domínio belga depois da Primeira Guerra Mundial. Gostaria de conhecer a fonte deste fato, pois o desconhecia totalmente. O Tratado de Versalhes, de 1919, entregou para a Bélgica as regiões de Eupen, Malméd e Saint-Vith; no entanto não vi nenhuma referência à cidade de Aix-La-Chapelle no tratado em questão.

CHARLES-EDOUARD WINANDY, por e-mail

A informação encontra-se no próprio site da cidade – <http://www.aachen.de/FR>.

CHE GUEVARA

A data do nascimento de Che está errada na reportagem. Depois que Jon Lee Anderson lançou a biografia desse grande revolucionário, foi derrubada a falsa data de aniversário de Ernesto Guevara, que supostamente era 14 de junho. A mãe de Che desmentiu essa informação ao contar para Jon Lee Anderson que a verdadeira data de nascimento de seu filho era 14 de maio e que a data "falsa" foi um meio que ela e o marido arrumaram para esconder uma gravidez precoce em meio a uma família conservadora.

ELDER CARDOSO DE OLIVEIRA, por e-mail

Existem controvérsias sobre a data; ainda há quem cite a de 14 de junho.

BIBLIOTECAS

Coleciono **História Viva** desde seu lançamento. Acho a revista ótima. Gostaria de sugerir que ela fosse distribuída para bibliotecas das universidades públicas de todo o Brasil.

THIAGO WERNECK GONÇALVES, por e-mail

CONSTITUIÇÃO

A edição 22, com a matéria "Do autoritarismo ao diálogo no alvorecer do império", foi muito bem escrita. Gostaria que houvesse mais espaço para a discussão do Primeiro e Segundo reinados na revista. Além disso, quero parabenizar o historiador Fábio Santa Cruz, pois a matéria dele me ajudou a resolver dúvidas sobre o período.

ALVARO RIBEIRO REGIANI, por e-mail

GÊNGIS KHAN

Gostaria de parabenizar a revista pelo dossiê sobre Gêngis Khan. Estava superdidático. Confesso que nunca me senti muito atraído pelo tema, mas do jeito que foi apresentado, ficou interessante e atrativo. Muito bom mesmo!

EVANDRO MASSAROTI, por e-mail

SUGESTÕES ANOTADAS

HERÁLDICA

Eu gostaria que fosse publicado um dossiê sobre heráldica. Tenho 12 anos e gosto muito da revista, pois adoro história.

LUCAS MISSIO, por e-mail

DIREITO

Vocês poderiam escrever sobre a história do direito no Brasil, principalmente sobre as nossas cartas magnas, que tiveram várias mudanças ao longo dos períodos políticos que o país atravessou.

WAGNER RAMIRO SALES, por e-mail

Na edição 21, há uma matéria sobre os ajustes na Constituição de 1824, a primeira do período independente, com adendos em 1834.

A REDAÇÃO SE RESERVA O DIREITO DE SELECIONAR E PUBLICAR RESUMIDAMENTE AS CARTAS RECEBIDAS.

PADRE CÍCERO

Gostaria de sugerir a publicação de uma matéria sobre o Padre Cícero. É uma história político-religiosa, pois o padre, que era cratense, foi designado para ser pároco da então Vila de Juazeiro, no início do século passado. Nessa época ocorreu o conhecido "milagre da hóstia", quando o padre ofereceu a comunhão à beata Maria de Araújo e a hóstia transformou-se em sangue.

JOSÉ ADAMIR CAVALCANTE FILHO, por e-mail

MÚSICA

Escrevo para sugerir um tema: a música, em seu papel histórico e social. Social até determinado ponto da história, quando ela deixou de ser uma arte, refinada, estudada para tornar-se um produto nas prateleiras do comércio. Em suma, a minha sugestão está no âmbito das relações da música com a historiografia e creio que seria um excelente tema.

CARLOS BARBOSA, por e-mail

Já publicamos matéria sobre o tema música ("Entre a glória e o esquecimento", edição 12), que certamente mais adiante voltará às nossas páginas.

ESTOJOS

Sugiro que coloquem à venda estojos de capa dura para armazenar 12 revistas, personalizados com fotos históricas.

EGLIBERTO VASCONCELOS, por e-mail

ERRAMOS

Gêngis Khan

A edição 21, na página 34, refere o nascimento de Gêngis Khan em 1155; na página 37 refere o nascimento em 1167. Qual a data correta? GIORDANO FRANCISCO, por e-mail

Há discordâncias, entre os autores que estudaram a vida de Gêngis Khan, a respeito da data de seu nascimento. Alguns citam 1155, como está na cronologia, outros 1167 (como René Grousset, que assina a matéria "O conquistador da China") e outros, ainda, 1162.

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
Mudança de endereço, dúvidas sobre pagamentos, reclamações e renovação de assinatura

atendimento@duettoeditorial.com.br
Tel: 11 3038-6300 (2ª a 6ª feira, das 8 h às 20 h)
Fax: 11 3038-1416

NOVAS ASSINATURAS

Solicitação de novas assinaturas
queroassinar@duettoeditorial.com.br
ou no site www.historiaviva.com.br

EDIÇÕES AVULSAS

Números atrasados e edições especiais podem ser solicitados ao seu jornaleiro pelo preço do último exemplar em banca ou pelo e-mail

edicoesavulsas@duettoeditorial.com.br
ou no site www.historiaviva.com.br

PUBLICIDADE

Para anunciar, comprar quantidades de exemplares ou assinaturas corporativas
publicidadehistoriaviva@duettoeditorial.com.br

REDAÇÃO

Cartas para o editor, sugestões de temas, opiniões ou dúvidas sobre o conteúdo
redacaohistoriaviva@duettoeditorial.com.br

OUIDORIA

Dúvidas, sugestões ou reclamações a quem, na revista, representa o leitor
ouvidoria@duettoeditorial.com.br
fax: 11 3039-5674

Nossas publicações:

HISTÓRIA VIVA
www.historiaviva.com.br

LIVROS
www.revistaentrelivros.com.br

SCIENTIFIC AMERICAN Brasil
www.sciam.com.br

viver
mentecerebro
www.vivermentecerebro.com.br

Cabelos cia
www.revistacabelos.com.br

ESTÉTICA
www.esteticabrazil.com.br

EXPOSIÇÕES



Brasil e África, sob a luz de Paris

Manifestações artísticas de origem afro-brasileira e africanas são exibidas, pela primeira vez, na França

Do século XV ao XIX, cerca de 3,5 milhões de negros originários de diversas partes da África desembarcaram no Brasil, trazendo com eles suas tradições, ritos e costumes. Ao mesmo tempo que perpetuaram seu legado em solo brasileiro, foram contagiados pelas manifestações culturais e religiosas da pátria postiça. Essa mistura inspirou a exposição Brasil, a Herança Africana, realizada no Museu Dapper, em Paris, a partir de 22 de setembro, como parte da programação do Ano do Brasil na França.

Com curadoria da jornalista e diretora do museu, Christiane Falgayrettes-Leveau, que esteve pessoalmente no Brasil por conta desse projeto, a mostra reconstitui a ponte entre as

produções afro-brasileiras e as artes africanas, apresentando 130 peças datadas do século XVII até a atualidade. As obras, entre elas esculturas, objetos profanos e ritualísticos, oratórios, fotografias, pinturas e instalações, são provenientes de instituições e de coleções particulares do Brasil e da Europa, e evidenciam o parentesco entre os dois lados do Atlântico.

As peças afro-brasileiras que compõem a exposição são oriundas de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, estados em que as comunidades negras mesclaram a influência local com aquelas trazidas de suas culturas originais, entre elas, a iorubá (Nigéria/Benin), fon/ewe (Benin/Togo) e bantu (Congo e Angola). De todas as

manifestações, a expressão do sagrado é o tema principal explorado esteticamente pela organização do evento. “Apesar da expressiva influência africana, também é possível distinguir nas obras afro-brasileiras traços das crenças indígenas, do espiritismo e, sobretudo, do catolicismo”, analisa a curadora.

Nesse contexto, o altar é o ícone da integração entre os universos cristão e pagão, uma vez que representa, para ambos os lados, o local da comunhão entre homens e deuses. Um exemplo dessa dinâmica é a disposição dos exemplares afro-brasileiros com as faces voltadas para esculturas africanas e obras sacras do barroco brasileiro. Frente a frente, como se mutuamente se encarassem, num diálogo que permanece vivo, tanto na vida como na arte.

Raphaella de Campos Mello, jornalista

BRASIL, HERANÇA AFRICANA

De 22 de setembro de 2005 a 26 de março de 2006
Local: Museu Dapper, rue Paul Valéry, 35, Paris, tel.: 01 4500-9175. Horário: diariamente das 11 h às 19 h. Fechado às terças-feiras

Memória de São Paulo em Minas Gerais

Mostra em Belo Horizonte homenageia os 450 anos da capital paulista

O Instituto Moreira Salles de Belo Horizonte dá continuidade às comemorações em torno dos 450 anos da cidade de São Paulo, iniciadas em 2004, com a exposição “São Paulo, 450 anos: a imagem e a memória da cidade no acervo do Instituto Moreira Salles”, aberta até 25 de setembro. As imagens compõem um panorama que vai de 1826 até os dias atuais.

A obra de Militão Augusto de Azevedo, autor do *Album comparativo da cidade de São Paulo*, um dos destaques do evento, indica o início da era fotográfica, a partir de 1860. Nela, prédios, praças e ruas da cidade exibem seus contornos em dois momentos distintos: 1862 e 1887. Dessa forma, o fotógrafo pôde flagrar as mudanças verificadas nos locais depois de 25 anos.



Viaduto do Chá, foto de Marcel Gautherot

SÃO PAULO, 450 ANOS: A IMAGEM E A MEMÓRIA DA CIDADE NO ACERVO DO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Até 25 de setembro. Local: Instituto Moreira Salles – Belo Horizonte. Av. Afonso Pena, 737, Centro; tel.: (31) 3213-7900. Horário de visitação: de terça a sexta, das 13 h às 19 h; sábados e domingos, das 13 h às 18 h. Entrada franca. Visitas monitoradas: o agendamento deve ser feito pelo tel.: (31) 3213-7900. www.imscom.br

ÓPERA



Ópera brasileira, em Belém do Pará

Somente nos dias 10, 12 e 14 de setembro, o público poderá conferir a montagem inédita da primeira ópera brasileira do período republicano, *Bug Jargal* (1890), apresentada no Theatro da Paz, em Belém do Pará, dentro da programação do Festival de Ópera de 2005. Com libreto de Vincenzo Valle, a récita em quatro atos, composta por José Cândido da Gama Malcher (1853-1921), é baseada na novela homônima do escritor francês Victor Hugo, e seu protagonista é livremente inspirado em Toussaint Louverture, um dos líderes da independência de São Domingos, atual Haiti.

A primeira república negra das Américas, antiga colônia francesa, é o cenário da trama, desenrolada em 1790, um ano após o início da Revolução Francesa, evento que fortaleceu as rebeliões de escravos na ilha (1784-1804), culminando com a expulsão dos colonizadores. O melodrama, com direção musical e regência de Roberto Duarte e direção cênica de Cleber Papa, aborda os conflitos sociais e políticos da época ao contar a história de amor não correspondido do escravo rebelde, Bug Jargal, pela filha de um aristocrata, Maria.

Seu rival, Leopoldo, descobre suas intenções e o leva ao cárcere, o forte Gallifet, tomado por escravos que lutam pela liberdade. Após ser solto pelos insurretos, Bug é aclamado rei. No entanto, sua nova condição e o amor por Maria o conduzem por um caminho sem volta.

O espetáculo estreou no Theatro da Paz em 17 de setembro de 1890 e foi a primeira ópera composta por Gama Malcher, autor também de *Iara* (1895). Natural de Belém do Pará, amigo e admirador de Carlos Gomes, foi um artista de renome no início do século XX, embora, hoje, sua obra esteja totalmente esquecida. Curiosamente, *Bug Jargal* foi também o primeiro trabalho literário de Victor Hugo, que, 105 anos após sua estréia em solo paraense, volta à cena teatral brasileira.

BUG JARGAL – Theatro da Paz
Rua da Paz s/nº, Centro, Belém, PA. Tels.: (91) 4009-8750/
4009-8754 / 4009-8755 / 4009-8756 – Fax: (91) 4009-8760.
e-mail: theatrodapaz@supridados.com.br

INTERNET

Um clique no cotidiano

A partir de 13 de setembro, o Museu da Casa Brasileira coloca no ar seu acervo virtual reformulado com informações de 28 mil fichas sobre equipamentos, usos e costumes da casa brasileira, recolhidas em relatos de viajantes, literatura ficcional, inventários e testamentos, como a carta de Pero Vaz de Caminha (1500) ao rei D. Manuel e o romance *Dom Casimiro*, de Machado de Assis (1889). O conteúdo desse banco de dados foi organizado também em CD, abrangendo 24 temas, entre eles, abastecimento de água, acessórios de móveis, alimentação e anexos da casa. O endereço é www.mcb.sp.gov.br.



PALAVRAS VIVAS



ROGERIO CANELLA

O que Canudos tem a ver com favela?

Você sabia que o nome “favela”, tipo de aglomeração urbana da qual a Rocinha é a mais famosa, tem muito a ver com a história de Canudos?

Depois que terminou a luta contra Antônio Conselheiro e seus fanáticos, no sertão da Bahia, soldados das tropas federais que voltaram para o Rio instalaram-se num dos morros da então capital federal, chamando-o de Morro da Favela. O nome foi tirado do Alto da Favela ou Morro da Favela, elevação situada em frente do arraial de Canudos. Nesse local, os soldados tomaram posição durante a campanha contra os adeptos de Antônio Conselheiro.

Favela é um arbusto do sertão nordestino que existia em abundância no acampamento das tropas, no interior da Bahia. Segundo várias fontes, a primeira favela brasileira foi a da Providência, no centro do Rio, hoje com 107 anos e mais de 3 mil moradores.

A mais conhecida, porém, é a da Rocinha, um mito carioca. Embora se exagere no número dos seus moradores, o censo de 2000 lhe atribui pouco mais de 50 mil habitantes. Resultado da divisão em chácaras da Fazenda Quebra-Cangalha, tornou-se, por volta de 1930, o centro fornecedor de hortaliças para a feira da praça Santos Dumont, que abastecia a Zona Sul do Rio. Aos fregueses mais curiosos, os fornecedores explicavam que os legumes vinham de uma rocinha situada no Alto da Gávea.

E capoeira era refúgio de escravos

Tipo de luta de origem negra cujo objetivo consiste em derrubar o adversário pelo desequilíbrio, ela se tornou um dos principais meios de defesa dos escravos bantos de Angola no Brasil. Atração turística de alguns estados do Nordeste, a capoeira também deve o nome ao lugar onde se estabeleciam seus praticantes. Antigas roças ou terrenos semidesérticos, as capoeiras se tornavam refúgio dos escravos fugidos ou mesmo de malandros e valentões que praticavam esse gênero de luta. Segundo os especialistas, muitos de seus golpes tiveram como inspiração os movimentos dos animais brasileiros, como o pulo do macaco, o coice do cavalo, o bote da onça e a marrada do touro.

Outra versão sobre a origem do nome é a de que ele deriva da gaiola chamada capoeira. Nesse recipiente, os escravos levavam para os mercados ou para a venda de porta em porta frangos capões ou capados (donde o nome “capoeira”). Nos intervalos do trabalho, eles praticavam esse jogo de destreza, que despertava a atenção dos assistentes, como ainda hoje, pela graça e beleza da exibição. Como muitos outros, é um tema ainda aberto aos pesquisadores da língua.

PARA SABER MAIS TESES ACADÊMICAS

FRUTOS DO PECADO

O sangue, a palavra e a lei: faces da ilegitimidade na Vila de Sabará (1713-1770), de Ana Luiza de Castro Pereira, UFMG.

A tese analisa a forma como estavam inseridos, no cotidiano mineiro, os filhos ilegítimos (em suas diversas categorias), bem como as relações entre eles e o que se entende por pilares de “sustentação” da família colonial: moralidade, patrimônio e sucessão. O estudo desenvolve-se com a análise da ilegitimidade na Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, nos primeiros 70 anos do século XVIII. Além de quantificar a proporção de ilegítimos frente aos legítimos, analisa a inserção, na sociedade, desses “frutos do pecado”.

VIZINHOS CORDIAIS

Fazendo a guerra, vendendo bananas: EUA e Brasil na política de boa vizinhança, de Rosa Virgínia Melo, Universidade de Brasília.

Nas narrativas históricas pesquisadas, de uma identidade cultural que se quer tropical e moderna perfaz a força potencializadora da idéia de nação brasileira. O trabalho reflete sobre essa imagem de Brasil ante os discursos validados na construção da idéia de nação enquanto conceito moderno no contexto social da política de boa vizinhança. Carmen Miranda é tomada como objeto para uma análise da construção da identidade brasileira. Por meio dela, essas duas instâncias entram em contato, provocando interpretações sobre o valor e o dilema da brasilidade.

JUSTIÇA SOCIAL

Dom Hélder Câmara: modelo de esperança na caminhada para a paz e a justiça social, por Martinho Condini, PUC-SP.

A dissertação mostra a atuação de Dom Hélder Pessoa Câmara, figura marcante na recente história brasileira, na sua incansável busca pela paz e a luta pela justiça social. Destaca sua intensa participação no processo de transformação da Igreja Católica a partir da segunda metade do século XX e a forma como influenciou na Igreja e fora dela, tornando-se, ao longo dos anos, um mediador da esperança, um profeta para a Igreja no Brasil.

Para divulgar sua tese, acesse www.historiaviva.com.br

Herói guerrilheiro

Retrato quase idealizado de Lamarca, filme não consegue recompor o contexto da época

Figura emblemática da luta armada contra a ditadura militar, Carlos Lamarca (1937-1971) teve uma vida bastante singular, cheia de lances inesperados, que se presta admiravelmente a uma abordagem cinematográfica. O filme de Sergio Rezende enfoca os nove últimos meses da vida do ex-capitão do Exército e líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no momento em que a organização já estava praticamente desarticulada e seus membros passavam mais tempo escapando do cerco policial-militar do que agindo como grupo guerrilheiro. Esses nove meses compreendem o período entre o seqüestro do cônsul da Suíça no Rio de Janeiro, Giovanni Enrico Bucher, realizado em dezembro de 1970, sob o comando de Lamarca, e a morte deste por forças do Exército, no sertão baiano, depois de uma longa fuga, faminto e com a saúde debilitada.

Para ampliar o quadro de referências sobre a trajetória de Lamarca, a narrativa é freqüentemente interrompida por flashbacks, que dão informações sobre episódios marcantes, como a experiência em uma missão de paz na região do canal de Suez, em 1956, quando tomou consciência da miséria e da necessidade de lutar contra ela; o desvio de armas e munições dos quartéis do Exército; a decisão de abandonar as Forças Armadas e entrar na clandestinidade; a experiência guerrilheira no vale do Ribeira. Esses flashbacks também iluminam algo da vida pessoal do guerrilheiro, como suas relações com a família, a decisão de proteger a mulher e os filhos enviando-os para Cuba, a relação amorosa com uma militante da VPR (referência à guerrilheira Iara Javelberg). Apesar desse esforço, o filme não dá maiores deta-

lhes sobre o contexto político da época, caracterizado pela repressão e pela resistência à ditadura. Nada é dito sobre a divisão das esquerdas, as relações entre seus diversos grupos, ou sobre a importância do movimento estudantil.



Debilitado, Lamarca (Paulo Betti) é amparado por Zequinha (Eliezer de Almeida), em sua fuga pelo sertão baiano

A ênfase recai toda sobre a pessoa de Lamarca, restringindo a narrativa a uma crônica biográfica, que vai dando feições de herói ao personagem. Apesar de ter sido um homem modesto, sem pretensões de liderança carismática, Lamarca surge como o único guerrilheiro que não titubeia. Suas origens militares, que acabaram por colocá-lo na posição de inimigo número um do Exército, certamente desempenham um papel nisso. Ele tem mentalidade militar: é obstinado, voluntarista, jamais recua em suas convicções. Tem respostas, não faz perguntas; tem certezas e não dúvidas. Apenas revela ter medo, mas o combate com a coragem, que não lhe falta. Isso tudo deixa o personagem um tanto raso. A cena final, em que Lamarca é morto enquanto descansava, com os braços abertos em uma posição que lembra Jesus Cristo na cruz, também não ajuda a dar envergadura humana ao personagem.

Alexandre Agabiti Fernandez é doutor em cinema

LAMARCA

Brasil, 1994, 129 min. Direção: Sergio Rezende. Com Paulo Betti, Carla Camurati, José de Abreu. Distribuição em DVD: Paramount



Da Vinci por inteiro

Lançada em DVD duplo e versão completa, chega ao Brasil a minissérie italiana sobre o gênio do Renascimento. A obra, com quase seis horas de duração, custou US\$25 milhões à RAI – Radiotelevisione Italiana –, um dinheiro bem gasto, já que permitiu construir um retrato quase definitivo do artista, aliando cenários autênticos, figurinos fiéis e uma acurada pesquisa histórica. Destaque para a atuação do ator francês Philippe Leroy, no papel de Da Vinci.

A VIDA DE LEONARDO DA VINCI (La vita di Leonardo da Vinci, Itália, 1971). Direção: Renato Castellani. Distribuição em DVD: Versátil



Recanto ecológico entre duas jóias mineiras

As incursões bandeirantes em busca do ouro levaram à descoberta de um reduto natural, o Parque do Itacolomi, localizado entre Ouro Preto e Mariana

Durante as expedições bandeirantes na região de Minas Gerais, no século XVII, foram encontradas, no córrego do Tripuí, pedras escuras que, para a surpresa e o contentamento dos desbravadores, se revelariam ouro puro. O marco do tesouro passou a ser o pico do Itacolomi, local disputado por várias bandeiras ávidas pela riqueza que brotava da terra. Somente em 1698, a excursão chefiada pelo português Antônio Dias iniciou a colonização da região, e aquela rocha, à primeira vista, cinzenta e sem valor, inspirou o nome da cidade que nas proximidades se ergueria: Ouro Preto.

De lá para cá, a região tornou-se reduto do ecoturismo pela beleza natural e pela diversidade da flora e da fauna que a cerca. Localizado entre duas jóias do patrimônio artístico e histórico nacional, as cidades de Ouro Preto e Mariana, o Parque do Itacolomi, criado em 1967, reúne em uma área de 7.543 hectares vegetação de transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica, nascentes formadoras da bacia do rio Doce, além de resquícios da história nacional – afinal, em Minas Gerais, todos os cantos evocam o passado.

No alto, fachada e interior da Casa Bandeirista, e Capela de São José. Abaixo, vista geral do parque



Em meio às atrações ecológicas, como trilhas, caminhadas e expedições por entre a mata, o turista pode deparar com a Casa Bandeirista, concebida no tempo da exploração aurífera para cobrança de quintos, vigilância e defesa do acesso às minas de Ouro Preto. A construção é um dos três exemplares em estilo paulista preservados em Minas Gerais, com fachada simétrica, alpendre recentrante no centro, entre dois prismas brancos, com janelas centralizadas. De acordo com historiadores, foi construída pelo 2º Guarda-Mor do Distrito das Minas Gerais, Domingos da Silva Bueno, entre os anos de 1706 e 1708. Alguns estudiosos conferem ao lugar o título de primeiro edifício público da história do estado, tombado, em 1998, pela diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan).

O parque guarda ainda outra surpresa: o Museu do Chá. No século XX, a região foi grande produtora de chá preto. Hoje, a entidade exibe o maquinário utilizado para o beneficiamento da planta colhida nas lavouras da Fazenda do Manso, propriedade localizada dentro do parque, datada de 1772. Até a década de 50, o produto era exportado para a Europa com o nome de chá Edelweiss, e considerado o segundo melhor do mundo, só ficando atrás do concorrente chinês.

Raphaella de Campos Mello, jornalista

SERVIÇO

Horários: o parque fecha somente às terças-feiras. Os horários de saída das trilhas são 8h30, 10 h e 15 h. Informações: (31) 8835-7260. Secretaria Municipal de Turismo de Ouro Preto: (31) 3559-3200.

COMO CHEGAR

De Belo Horizonte, seguir pela BR-040, sentido Rio de Janeiro. Depois de rodar cerca de 20 km, entrar no trevo (Alphaville) sentido Ouro Preto. O restante do percurso é pela BR-356 (Rodovia dos Inconfidentes). A entrada para o parque fica quase 3 km depois do primeiro acesso a Ouro Preto.

Frases

QUE FIZERAM HISTÓRIA



O vento nunca derrubará a montanha.

Yasser Arafat, líder palestino

Liberdade, ó liberdade! Quantos crimes se cometem em seu nome!

Madame Roland, quando de seu julgamento pelo tribunal da Revolução Francesa

Enfim, saberei no futuro onde ele passa suas noites.
Alexandra, rainha da Inglaterra, a um membro da corte, quando soube da morte de Eduardo VII, em maio de 1910

Mesmo os mortos não podem repousar em paz num país oprimido.

Fidel Castro, presidente vitalício de Cuba

O que não me mata me deixa mais forte.

Alexandre, o Grande, rei da Macedônia

Aprendi italiano para falar com o papa; espanhol para falar com minha mãe; inglês,



para falar com minha tia; alemão, para falar com meus amigos; e francês, para falar comigo mesmo.

Carlos V, imperador da Alemanha e rei de Aragão e Castela

Encontrei Roma feita de tijolos e a deixei recoberta de mármore.

Augusto, imperador romano

GASTRONOMIA POR GUTA CHAVES

O café da manhã dos bandeirantes

JACUBA

Misture 1 xícara de flocos de milho pré-cozidos com 1/2 xícara de rapadura moída. Ferva 3 xícaras de água e vá despejando lentamente a mistura do milho e rapadura sobre a água, mexendo sempre, com uma colher, para não empelotar. Cozinhe por mais uns 3 minutos para que o milho fique macio e sem o aspecto de cru. Sirva logo.

Dicas: Substitua a água pela mesma quantidade de leite, tornando a jacuba mais saborosa e nutritiva. Originalmente a receita era feita com farinha de milho, mas hoje utilizam-se flocos pré-cozidos. Se desejar fazer com farinha de milho, adicione mais 1 xícara de água à receita.

Receita adaptada e executada pela chef Heloísa Baccellar, da Escola-Atelier Gourmand, de São Paulo.

Assim como os jesuítas em suas missões, os bandeirantes – que desbravaram o Brasil entre os séculos XVII e XVIII, também comeram animais selvagens; e frutos da mata, como o palmito e as bananas, dos quais surgiu uma receita nacional, a farofa de banana. E, embora consumidos pelas circunstâncias, isto é, a fome, muitos desses alimentos eram considerados verdadeiras iguarias. No entanto, do cardápio programado antes da partida das tropas bandeirantes constavam também outros víveres. Segundo decreto da época, os bandeirantes eram obrigados a cultivar milho, feijão e abóbora, por onde passassem, uma forma de prover alimento aos viajantes que poderiam trilhar o mesmo caminho. Com isso, o café da manhã habitual de um bandeirante era um prato chamado jacuba, espécie de pirão feito com farinha de milho socada, sobre a qual se derramava água fervente, e adoçado com rapadura, trazida dos engenhos paulistas. É dessa época bandeirante que do milho surgiu a quirera de milho, o buré. E também nesse mesmo tempo nasceu um dos pratos paulistanos mais antigos e resistentes às inúmeras influências que a cidade sofreu: o virado à paulista, farinha de milho misturada com feijão. A forma de cozinhar nesses caminhos a desbravar era a mais rudimentar, já usada pelos índios, com três pedras servindo de treme para o fogo. Quando os bandeirantes foram em direção a Mato Grosso e Goiás em busca de novas riquezas, ampliando as dimensões do Brasil, surgiram também novos pratos, como o arroz de suã, ao lado do cultivo do arroz branco (antes se consumia o arroz selvagem, nativo). Assim, com viajantes como os bandeirantes, alguns pratos circularam pelo país e tornaram-se nacionais. Ao lado, uma receita bandeirante por excelência.



NÃO PERCA, NA EDIÇÃO DE SETEMBRO DE SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL: A HARMONIA DO UNIVERSO EM RISCO.

DESCOBERTAS GENÉTICAS E MOLECULARES CONTRA A DOENÇA DE PARKINSON

SCIENTIFIC AMERICAN Brasil

Harmonias fora de tom na música da radiação de fundo desafiam a teoria da inflação do Cósmos

Universo desafinado

O despertar da consciência simbólica dos bebês

Dente artificial abre caminho para a criação de órgãos

Cooperação entre moléculas na origem da vida

A metamorfose de computadores magnetológicos

www.sciam.com.br

Leia na edição de setembro de Scientific American Brasil uma matéria especial sobre sinais de descompasso que vêm do espaço e que podem colocar em cheque o bem-sucedido modelo do crescimento acelerado do cosmos. E ainda: novos estudos com bebês dão pistas sobre como a humanidade adquiriu a habilidade de entender o mundo por símbolos, novidades sobre a evolução do alfabeto romano, desde simples desenhos até a forma atual, e muito mais.

SCIENTIFIC AMERICAN Brasil

A mais tradicional revista de divulgação científica do mundo.

J Á N A S B A N C A S

Raízes da esquerda

Estudo defende que a vitória da democracia na Europa foi fruto da ação de movimentos esquerdistas

Na atual reorganização capitalista em uma ordem globalizada de mercado, conceitos como “socialismo”, “democracia” e “liberdade” foram sendo retirados de seu contexto original, descaracterizando-se. O monumental estudo do inglês Geoff Eley, que reconstitui a trajetória política e cultural da esquerda europeia, de suas origens à crise contemporânea, é um esforço muito bem-vindo de reflexão sobre a história e os significados que esses conceitos hoje ameaçados assumiram durante os últimos 150 anos.

Eley parte da tese segundo a qual um conjunto de movimentos de esquerda – composto por socialistas, feministas, comunistas e outros, cujas raízes remontam ao século XIX – foi o principal responsável pelo triunfo da democracia na Europa, que só se consumou após a Segunda Guerra Mundial. O autor sustenta que a democracia surge da luta organizada coletivamente pelas camadas populares para reivindicar justiça social, apontando que essas camadas sociais pertencem à esquerda. O livro examina detida e cronologicamente o aparecimento da democracia no continente, contemplando os fatores que favoreceram e dificultaram seu desenvolvimento. A análise começa com a discussão do constitucionalismo

Forjando a democracia – A história da esquerda na Europa, 1850-2000.
Geoff Eley;
Editora Fundação Perseu Abramo,
768 págs.; R\$ 75,00



liberal, que cresceu de forma impressionante na década de 1860 na maioria dos países europeus. Em seguida, Eley enfoca o surgimento dos partidos socialistas, entre 1870 e 1890, quando a tradição de esquerda começa a se formar, prossegue com a análise da criação dos partidos comunistas, sob o impulso e as expectativas suscitadas pela Revolução Russa, sem perder de vista os danos irreparáveis causados pelo stalinismo à credibilidade ética do comunismo.

As amplas alianças celebradas para combater o fascismo, em que a esquerda tem papel determinante, estão na base do triunfo da democracia, que se concretiza na Europa ocidental depois de 1945, sob a forma da social-democracia, baseada no keynesianismo, no Estado de bem-estar social e no corporativismo. A Guerra Fria redefiniu as agendas políticas e instaurou uma nova divisão entre direita e esquerda: os socialistas foram perdendo a hegemonia sobre o projeto democrático, enquanto floresciam novos movimentos de esquerda como o feminista, o pacifista e o ecológico. Em crise profunda depois de 1968, os partidos comunistas se afastam dos grillhões soviéticos e caminham na direção da social-democracia, mas isso se efetiva depois da recessão de 1973, que pôs em xeque as políticas social-democratas em vigor desde os anos 1940, dado que o autor ressalta com brio. A etapa seguinte, representada pela queda do muro de Berlim, é saudada como um avanço por Eley, pois trouxe os ventos da democracia à Rússia e ao Leste da Europa.

Ambicioso, o estudo traz a novidade de abordar a esquerda como um todo, o que é feito sem sentimentalismos. Nesse processo, fornece elementos imprescindíveis para a reflexão sobre os dilemas políticos do momento em que vivemos.

Legados da servidão

Memórias do cativoiro – Família, trabalho e cidadania no pós-abolição.
Ana Lúcia Rios e Hebe Mattos;
Editora Civilização Brasileira,
420 págs.; R\$ 39,90

O estudo da história oral se desenvolveu bastante no Brasil de 15 anos para cá, mas só muito recentemente se interessou pelo tema da escravidão. Este livro é o primeiro a fazer amplo uso dos relatos orais de ex-escravos e seus descendentes após a abolição, numa tentativa de compreender as relações entre o processo de emancipação dos cativos e as diferentes modalidades de inserção na sociedade. As autoras, professoras da UFF, recuperam a memória coletiva da escravidão no vale do Paraíba, a região onde viveu a maior parte dos últimos escravos do país. Com isso, conseguem articular histórias ainda desconhecidas ou pouco documentadas da escravidão e do período pós-abolição, estudando como foram percebidas e sentidas pelas comunidades negras, o que permite estruturar visões do passado e a construção de identidades.



Os militares e o poder

Forças Armadas e política no Brasil.
José Murilo de Carvalho;
Jorge Zahar Editor,
224 págs.; R\$ 38,00



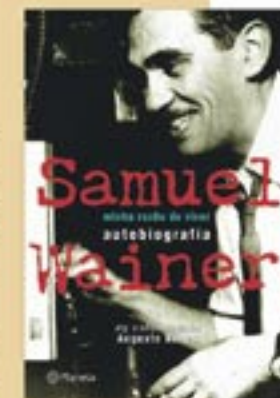
A presença do estamento militar na vida política brasileira é uma das marcas do período republicano. Apesar disso, ela não é objeto de predileção por parte dos historiadores. Nesta reunião de artigos publicados nos últimos 30 anos, o mineiro José Murilo de Carvalho aborda o papel desempenhado pelas Forças Armadas na Primeira e Segunda Repúblicas, as relações de Getúlio Vargas com os militares, o golpe de 1964, as dificuldades de entendimento entre militares e civis quando da redemocratização do país, além de refletir sobre a Guerra do Paraguai e a campanha da FEB na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. A originalidade que faz a força das análises de Murilo de Carvalho está na primazia dada à investigação sobre a organização interna das instituições militares.

Dúvida: uma história, de Jennifer Michael Hecht, tradução de Antônio de Paula Danesi (Ediouro; 558 págs.; R\$ 89,90)

Fruto de alentada pesquisa, o livro passeia pela dúvida ao longo da história, num caminho que se inicia há 2.600 anos e chega até nossos dias. O estudo parte do mundo antigo (gregos, hebreus, Oriente e Roma) e se distribui em dez capítulos até o século XX, mostrando a dúvida como algo que desencadeou mudanças na política, na religião e na ciência.

Minha razão de viver, de Samuel Wainer (Planeta, 368 págs.; R\$ 39,90)

Como salienta o jornalista Augusto Nunes, organizador do livro, essa reedição da autobiografia de Wainer é na verdade uma obra definitiva, já que, falecido o autor, se tornou possível publicar textos que, por sua recomendação expressa, só poderiam ser divulgados após sua morte. Uma boa oportunidade para conhecer ainda melhor esse mito brasileiro.



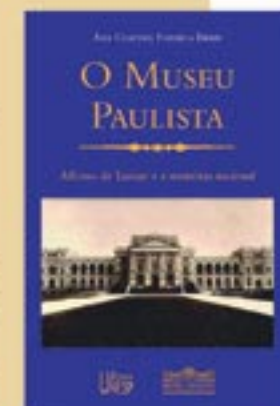
Pizarro – O conquistador dos incas, de Stuart Stirling, tradução de Getúlio Elias Schanoski Jr. (Madrás; 271 págs.; R\$ 37,90)

O livro sustenta que Pizarro, em termos morais, não foi melhor nem pior que qualquer outro comandante militar europeu contemporâneo, e que os métodos por ele empregados não eram mais sangrentos do que os de qualquer outro nativo americano de sua época. E destaca a habilidade que ele teve de consolidar sua conquista em termos políticos.



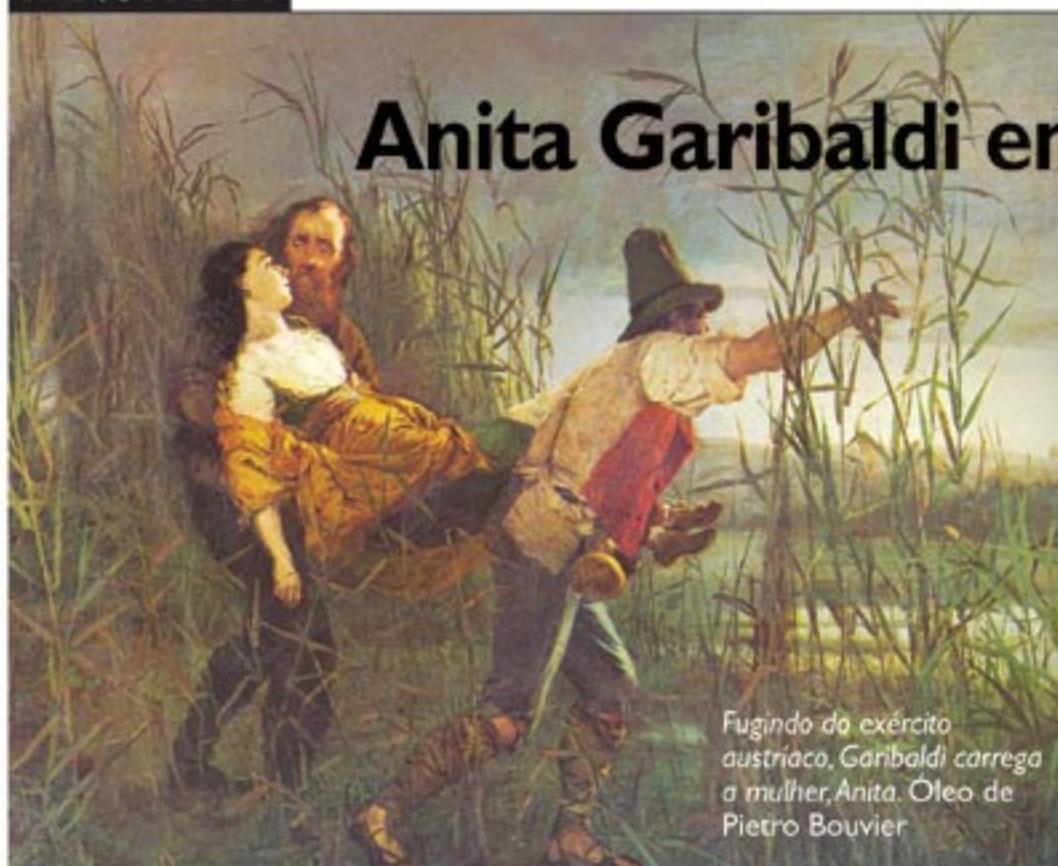
O Museu Paulista – Affonso de Taunay e a memória nacional, de Ana Cláudia Fonseca (Editora Unesp e Museu Paulista da Universidade de São Paulo; 333 págs.; R\$ 48,00)

Além de importante espaço museológico, o Museu Paulista (ou Museu do Ipiranga, como é mais conhecido) oferece rico material de estudo, referente aos anos em que Affonso d'Eschagnolle Taunay o dirigiu (de 1917 a 1945). Esse período é o foco de interesse da obra, que acompanha o processo de ordenamento lógico do conjunto dos objetos históricos, examinando a concepção iconográfica e a representação visual do discurso historiográfico.



A queda do muro de Berlim, um fato que, segundo o autor foi positivo para a Rússia e o leste europeu

PANORAMA



Fugindo do exército austriaco, Garibaldi carrega a mulher, Anita. Óleo de Pietro Bouvier

MUSEU DO RENASCIMENTO, BRÉSIA

Anita Garibaldi em 35 milímetros

Por iniciativa da produtora de cinema italiana, Skylight Cinema, em parceria com o governo catarinense, o filme *Anita*, longa-metragem que conta a história de Anita e Giuseppe Garibaldi, em Santa Catarina, no século XIX, será rodado no sul do país e na Itália. O governo italiano liberou cerca de R\$ 2,9 milhões para as despesas de filmagem, que deve ser iniciada em outubro. Do lado brasileiro, o próximo passo é submeter a proposta ao Ministério da Cultura com o objetivo de captar recursos de acordo com a Lei de Incentivo à Cultura.

Arma que teria matado Trotsky reaparece

Quase 65 anos após o assassinato do líder revolucionário russo, Leon Trotsky, a suposta arma do crime, uma picareta desaparecida há décadas, reaparece gerando polêmica. De um lado, a dona da arma, Ana Alicia Salas, uma taxista mexicana, ameaça vender a peça, segundo ela, herdada do pai, um ex-comandante da polícia secreta que, nos anos 40, teria removido o objeto de uma sala de provas. No outro extremo, o neto de Trotsky, Esteban Volkov, reivindica o direito de expor o achado no museu, mantido por ele, na antiga casa do avô. Basta um exame de DNA para comprovar a autenticidade da arma, que ainda apresenta manchas vermelho-amarronzadas. No entanto, Salas se nega a doar a peça à família caso o exame dê positivo, enquanto Esteban se recusa a pagar uma quantia em dinheiro para obter a posse do objeto.



O Museu Nacional, criado em 1818, agora ampliado

DIVULGAÇÃO

Anexos, para o Museu Nacional

Com 187 anos de existência e repositório de uma das maiores coleções antropológicas e de ciências naturais do mundo, o Museu Nacional, criado em 1818 no Rio de Janeiro por sugestão da princesa Leopoldina ao sogro D. João VI, tem sido continuamente reformado na última década. Entre as restaurações encontram-se as dos torreões

norte e sul, e do pátio interno; houve, também, mudança de cor do edifício, de rosa para um tom creme. A partir de agora, uma nova fase de obras deve começar, com a construção de prédios anexos, em especial o do departamento de Botânica, no Horto, e o do Herbário, patrocinados pela Petrobras, Souza Cruz e pela Fundação Vitae.

Arrematada relíquia renascentista

Um exemplar datado de 1520, contendo desenhos de templos romanos, foi vendido ao londrino Sam Fogg, na Inglaterra, por 230 mil libras esterlinas. O autor, o italiano Giovanni Battista de San Gallo, irmão do renascentista Rafael, teria feito os desenhos a pedido deste, segundo Ian Campbell, professor da Edinburgh College of Art. A última notícia que havia sobre a obra datava do século XVIII, quando pertencia a um colecionador.



O trem, atração cultural na capital cearense

MARCOS STREIBER

Fortaleza, via trem da história

Em comemoração aos 53 anos de criação do Banco do Nordeste e aos sete anos de existência do seu Centro Cultural, foi lançado, em Fortaleza, o projeto Trem da História, uma iniciativa de cunho socio-cultural voltado para indivíduos da terceira idade, associações comunitárias e organizações não-governamentais. O programa oferece um passeio gratuito pelo centro histórico de Fortaleza, em trem aberto, de onde igrejas, palacetes e monumentos são apresentados por guias turísticos aos participantes. Antes do início da viagem, com duas horas de duração, especialistas ministram palestras de uma hora sobre o percurso a ser percorrido e sua relevância no contexto histórico nacional.



Polícia recupera imagem

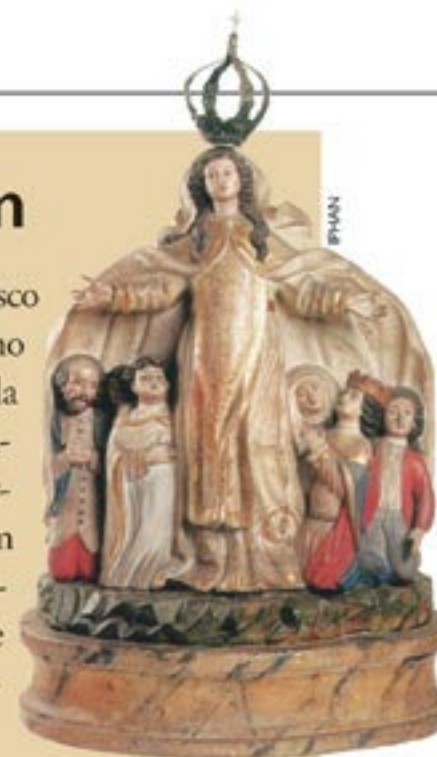
Após 30 anos desaparecida, a imagem de Nossa Senhora das Mercês, roubada do acervo de arte sacra da Igreja de São José do Ribamar, em Recife, foi encontrada pela Polícia Federal de Pernambuco. A investigação, realizada em parceria com a Polícia Federal de São Paulo, apreendeu e recuperou a peça que estava em poder de um colecionador particular. A imagem teria sido comprada em um antiquário em Salvador, na Bahia, por um colecionador paulista e revendida, em São Paulo, por R\$ 40 mil.

Trata-se de uma figura feminina, em madeira policromada dourada, do século XVIII, disposta de pé na posição frontal, com 80 cm de altura, 70 de largura e 37 de profundidade. Sob o manto, abriga seis figuras antropomorfas, em posição gnuflexa. Do lado direito três figuras do sexo masculino; do lado esquerdo, duas do sexo masculino e outra do sexo feminino. A talha da Ca-

pela de São Francisco Xavier do Engenho Bonito, localizada na cidade de Nazaré da Mata, em Pernambuco, também foi resgatada recentemente, depois de ter sido subtraída, em parte, em datas distintas a partir de 1993. A obra barroca, produzida em madeira dourada, no século XVIII, compõe o altar-mor da Capela.

Qualquer informação sobre obras desaparecidas deve ser encaminhada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo telefone (61) 414-6132, ou para a Interpol, pelo telefone (61) 311-8725. A galeria completa dos bens roubados e procurados em todo o país consta do site do Iphan (www.iphan.gov.br).

Nossa Senhora das Mercês: reencontrada



A professora Eni, no dia da posse

Anpuh sob nova direção

A historiadora Eni de Mesquita Samara, professora da USP e diretora dos Museus Paulista e Republicano Convenção de Itu, é a nova presidente da Associação Nacional dos Professores de História, sediada em São Paulo. Eni é a maior especialista, no Brasil, em teses e estudos sobre a importância da mulher na economia do país e no mercado de trabalho.

ANOTE: CURSOS E CONGRESSOS

III Congresso de História da Região dos Lagos. História e Imagem. Conferências, debates e exposições de filmes sobre a importância da imagem e sua utilização pelas sociedades humanas através do tempo. Data: 5 a 17 de setembro. Local: auditório da Universidade Veiga de Almeida (UVA), em Cabo Frio, Rio de Janeiro. Preço: R\$ 30,00 (com certificado). Duração: 30 horas. Informações: (022) 2647-5275.

IV Semana de História da Unijales. Promovida pela Unijales, tem como tema "Segunda Guerra Mundial – 60 anos História e Memórias". Contará com os palestrantes Osvaldo Caggiola, acadêmico formado pela Sorbonne; Ben Abraham, escritor e sobrevivente de Auschwitz; Zélia Lopes da Silva, livre-docente da Unesp; dr. Hector Luis Saint-Pierre, diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Unesp; e a professora de história contemporânea, Tânia Regina de Lucca. Data: 26 a 30 de setembro. Informações: (17) 3632-1620.

FUNDAÇÃO MARIA LUÍSA E OSCAR AMERICANO



Imagens do passado, em meio à natureza

Arquitetura, paisagismo, arte e história constituem as várias faces da Fundação Maria Luísa e Oscar Americano

Nos idos dos anos 50, o engenheiro Oscar Americano, que se destacara em sua carreira por participar de importantes obras viárias – como a construção das vias Dutra e Anchieta – e por ter ajudado a criar grandes loteamentos, encomendou ao paisagista Otávio Augusto Teixeira Mendes a concepção de um parque, numa área do bairro do Morumbi, em São Paulo. Depois, para agradar à esposa, Maria Luísa, fez erguer nele uma casa modernista, tarefa essa que coube ao não menos talentoso e conhecido arquiteto Oswaldo Arthur Bratke. Pois a mansão que, por 20 anos, serviu de lar ao casal, depois de sua morte passou a abrigar a Fundação Maria Luísa e Oscar Americano, instituída em 1974 e aberta ao público em 1980.

A construção, marcante no aspecto externo pelas linhas modernas, no interior se rende ao passado,



onde está reunida uma coleção de arte, mobiliário e objetos históricos brasileiros do século XVII ao XX, entre os quais pinturas, gravuras, esculturas, pratarias, louças e tapeçarias. O acervo, iniciado com peças pertencentes à família Americano, ampliou-se com o passar dos

anos. Hoje, a entidade preserva e retrata grande parte da história do Brasil, com a divisão do tema em três núcleos principais: Brasil Colônia, Brasil Império e Mestres do século XX.

Ali se encontram, por exemplo, as tapeçarias do século XVIII, *Le chasseur indien* e *Combat des animaux*, representantes da série *Nouvelles Indes*. Até chegarem às mãos de Oscar Americano, em 1973, elas pertenceram ao duque de Noilles e, posteriormente, foram adquiridas por Lord Byron. Entre as louças, muitas delas utilizadas pela família imperial, uma

reliquia chama a atenção: a porcelana francesa com a qual a Câmara presenteou Dom Pedro I por ocasião do “Dia do Fico”.

O Nordeste colonial é retratado nas telas do pintor holandês Frans Post (1612-1680). Um conjunto de oito obras integra a coleção da instituição, cuja relevância só se compara às antologias do artista encontradas no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, e no Museu do Louvre, em Paris. Mais próxima da atualidade, a terceira e última seção, Mestres do Século XX, reúne pinturas e esculturas de artistas como Portinari, Brecheret, Lasar Segall e Di Cavalcanti.

Cercada por uma reserva ecológica de 75 mil m² que abriga espécies típicas da Mata Atlântica, a fundação oferece aos frequentadores uma área de lazer com aproximadamente 25 mil árvores, além de um salão de chá e um auditório onde são realizados recitais, cursos e palestras.

Raphaella Campos de Mello, jornalista



1. Porcelana da Companhia das Índias, China (século XVIII).
2. Engenho com capela, de Frans Post (1612-1680), 1667, óleo sobre madeira.
3. Fachada da instituição.
4. Travessa de porcelana Macau, China (século XIX).
5. Meninos e piões, Cândido Portinari (1903-1962) 1959, óleo sobre madeira.
6. Pietà, de Victor Brecheret (1894-1955), 1955, terracota.
7. Cois, de Emiliano Di Cavalcanti (1897-1976), 1955, óleo sobre tela.
8. Gomil e lavanda, Dom José I, prata com marca do prateiro I.D.F. e contraste do Rio de Janeiro, Brasil (século XVIII).
9. Le chasseur indien (O índio caçador), série *Nouvelles Indes*, tapeçaria, manufatura dos Gobelins (século XVIII).
10. Trono episcopal, Dom José I, Rio de Janeiro, Jacarandá entalhado, estofado, Brasil (século XVIII).

FUNDAÇÃO MARIA LUÍSA E OSCAR AMERICANO

Horário: de terças às sextas das 11h às 17h; sábados e domingos das 10h às 17h. Entrada para acervo até 16h30; Salão de chá e parque até 18h30, com entrada até 17h45.
Localização: Av. Morumbi, 4077 (em frente ao Palácio Bandeirantes). Tel.: 3742-0077, fax: 3746-6941. Ingresso: R\$ 8,00 (acesso à fundação), R\$ 4,00 (estudantes e acima de 60 anos), gratuito para crianças até 6 anos.
www.fundacaoscaramericano.org.br



Danton

o homem da revolução

“Mostre minha cabeça ao povo, ela vale a pena”: mesmo no cadafalso, o rebelde, ainda que traído pelos companheiros, demonstrou sua força de tribuno e de homem de idéias

POR LOUIS MADELIN

Tradução de Osmar Portugal, ^º

A diligência proveniente de Troyes, na Campanha, depôs, num belo dia de 1780, em solo parisiense, um jovem disposto a fazer fortuna. Era filho de um homem de lei e neto de agricultores. De constituição robusta e espírito jovial, tinha estatura quase hercúlea e, no rosto, terríveis marcas de varíola. Tratou de conseguir trabalho como escrevente. Passado um mês, já era popular no círculo dos advogados, escreventes e oficiais de justiça que freqüentava o café Charpentier, situado na praça da Escola. Bom rapaz, logo conquistou as boas graças da filha do dono do café, Gabriela Charpentier. Ela trouxe um dote polpudo o bastante para permitir, ao marido, a aquisição de um cargo de advogado no Conselho do Rei.

A família se instalou, então, na freguesia de Saint-Sulpice, onde ele logo se tornou igualmente popular. Na época, nenhum sinal de que, não decorridos cinco anos, morreria no cadafalso, depois de arrancar as pedras de calçamento de seu bairro e do centro, lançar-se às armas, liderar uma Assembléia soberana e, enfim, governar o país. O rapagão tornou-se um dos tribunos mais exaltados, um dos chefes mais destacados e, depois, uma das vítimas mais notórias da Revolução Francesa. Viveu a infância de um garoto turbulento, mas que no Colégio dos Oratorianos de Troyes, mereceu ser classificado como notável. Formou-se um jovem advogado de palavra abundante. Por trás disso, no entanto, um apetite violento inconscientemente o devorava.

Vulgar até à trivialidade, não deixou de ter gestos nobres. Ávido de ação, ainda que de natureza preguiçosa, os perigos o atraíam. Era, conforme o caso, sensível ou atroz. Conheceu todas as paixões e, acima de todas, a de manipular os homens.

Em 1788, a popularidade de que gozava em seu bairro o impeliu a participar da agitação e, logo a seguir, o fez o favorito, o chefe. O bairro tornou-se o distrito dos Cordeliers e dele Danton

CRONOLOGIA

1759

Nasce em Arcis-sur-Aube em 1759

1762

Seu pai morre, e a mãe, viúva, tem de sustentar seis filhos; estuda no seminário de Troyes

1780

Chega a Paris e começa a trabalhar em um escritório de advocacia

1787

Torna-se advogado do Conselho do Rei

1789

Participa de reuniões, com Camille Desmoulins e Marat, no distrito de Cordeliers, de que se torna presidente

1791

Na crise de Varennes, amplia sua popularidade, graças ao talento de orador; em 17 de julho, manifestantes republicanos são fuzilados no Campo de Marte; Danton foge para a Inglaterra de onde retorna em novembro

1792

Depois de sua eleição como procurador da Comuna de Paris, é nomeado ministro da Justiça

1793

Vota a favor da morte de Luís XVI, em janeiro; em março, participa da criação do tribunal revolucionário que ele preside, a partir de julho. Entra no Comitê de Salvação Pública, de onde será demitido, em favor de Robespierre

1794

É preso, e, depois, condenado à morte, na guilhotina



Georges Danton, em óleo sobre tela de Constance Charpentier, c. 1790



O ataque às Tulherias, em 10 de agosto de 1792, no qual a participação de Danton foi decisiva: a queda de um trono de mil anos de idade

Porque combatera os chefes da burguesia, foi tido como um tribuno de extrema esquerda, sempre procurado quando havia manifestações de protesto

fez uma espécie de pequena república, onde reinou. Os Cordeliers tornaram-se vanguarda naquela Paris agitada. Manteve, entre julho de 1789 e junho de 1790, essa área em estado de alerta para a batalha. Não que fosse republicano. Acreditava na necessidade de uma autoridade forte. Presidente do distrito, era a Municipalidade que ele ameaçava, porque ali haviam se instalado homens que julgava de medíocre valor: os constitucionalistas Bailly e La Fayette, então líderes da burguesia revolucionária. Não lhe agradava que a Comuna estivesse em mãos de gente que tratava por “eunucos”. Da fortaleza dos Cordeliers, forçou-os a recuar. Mais: foi à municipalidade para combatê-los.

Aparentemente fracassado, deu de ombros e voltou aos dossiês de advogado e à boa vida em família. Mas, porque combatera, em nome do povo, os chefes da burguesia, foi tido como um tribuno de extrema esquerda. Vinham procurá-lo cada vez que se preparava manifestação favorecedora de novo acesso revolucionário. O Clube dos Cordeliers, que fundou, ultrapassava em violência o dos Jacobinos. Um estado-maior de fanáticos se formava em torno dele e crescia sempre, com a entrada de violentos, desde Camille Desmoulins, que sublevara Paris no 14 de julho, até Marat, que perorava medidas extremas.

Soube-se, súbito, da fuga do rei. Danton perseverara em não atacá-lo. Vislumbrou, porém, sendo La Fayette responsável pela administração de Paris, ocasião de derrubar um inimigo. Subiu

na mesma noite à tribuna do Clube dos Jacobinos: “Interpelo o Sr. De La Fayette...” e seguiu-se verdadeira catilinária. Mas La Fayette, que os Cordeliers odiavam, tinha ainda a seu lado os jacobinos. Defendeu-se e foi absolvido. Danton voltou então para a sede dos Cordeliers. A seção dita do Teatro Francês substituiu o distrito, mas Danton continuava como rei. Para combater La Fayette, suspeito de poupar o trono, lançou a palavra de ordem: Abaixo Luís!.

O grupo dos Cordeliers, atropelando a liderança de Danton, gritava: “A República!”. A palavra era um explosivo. Danton gostava de explosivos e, se não lograsse lançar o trono aos ares, forçaria La Fayette a declarar-se seu defensor, o que iria desmascará-lo. A expressão do desejo da seção foi endereçada à Constituinte, exigindo que a França fosse declarada República. Danton assinava. Comprometia-se. Seguiram-se os eventos temerários do Campo de Marte, onde foi entregue – em 17 de julho de 1791 – uma petição, com 6 mil assinaturas, feita por iniciativa do Clube dos Cordeliers. La Fayette e Bailly, à frente da Municipalidade de Paris, decretam a lei marcial: a fuzilaria no Campo resultou em 100 mortos. A partir daí, Danton introduziu um movimento de reação nos meios revolucionários mais avançados. Estava designado como o homem ideal para bode expiatório. Decidiram persegui-lo. Ele fugiu para Arcis e de lá para a Inglaterra. Voltou, meses depois, certo de que os espíritos estavam apaziguados e de

ser eleito para a nova Assembléia. Mas os revolucionários e os realistas haviam decidido excluir o importuno.

Danton foi eleito substituto do Procurador da Comuna, mas, sempre visto com maus olhos pelo Conselho Geral, vivia sob suspeição na Municipalidade, apesar de seus esforços por agir de maneira ponderada. Havia problemas urgentes fora da cidade, na fronteira. O país estava ameaçado porque a guerra ameaçava progredir desfavoravelmente. Urgia preparar enérgica defesa nacional contra a coalizão externa prestes a concretizar-se. Isso era possível no estado de crise em que estava mergulhado o país. Comentava-se que havia quem pactuasse com a Áustria. A própria Assembléia, cujo domínio estava em mãos de um girondino favorável ao regicídio, se limitava a “proclamar a Pátria em perigo” – e a Pátria decerto não seria salva com palavras. Mais que toda aquela gente do centro, o homem do Leste, que era Danton, cuja província natal ver-se-ia imediatamente ameaçada e, logo, o primeiro pedaço de chão francês a ser amputado, estava dominado pela idéia de que o cuidado com a defesa devia predominar. Não havia como organizar a pátria enquanto o abscesso intestino não viesse a furo. Urgia o trono. Declarou, simplesmente, perante o tribunal revolucionário: “Preparei o 10 de agosto”. Mais que isso, agiu.

Tudo estava em suspenso: os elementos de uma revolução estavam presentes, mas turbilhonavam. A Comuna, sediada na Municipalidade, era contrária à derrubada do trono. Danton deu-se conta de que nisso residia o único obstáculo: quem detivesse o poder municipal, levaria os das Tulherias a capitular. Urgia substituir, por meio da insurreição, uma Comuna revolucionária pela comuna constitucional. Prepararam-se os meios: as instruções partiram dos Cordeliers e, chegada a grande noite, dali partiu o sinal. Conforme o plano de Danton, as seções estavam reunidas em assembléia, no dia 9 de agosto de 1792. Ao cair da noite, elegeram novos comissários que, ao sinal convencionado, deviam dirigir-se à Municipalidade e lá constituir a nova Comuna. Os chefes Cordeliers agitavam-se na noite de 9 para 10 de agosto, em casa dos Danton. O tribuno guardava silêncio e tinha o rosto tenso. “Farão soar o badalo”, indagavam. O homem de repente se levantou: ia dar o sinal da queda de um trono velho de mil anos. Alguns segundos depois, ouvia-se o sino dos Cordeliers que fazia com que se levantasse, à meia-noite, a Paris da segunda Revolução.

A nova Comuna instalava-se à uma da manhã na Municipalidade, onde Danton compareceria com a aurora. Investindo-se de seus poderes, chamou à Casa Municipal o chefe da Guarda Nacional, Mandat, devotado ao rei; destituído, o infeliz foi abatido nas escadarias do edifício. Como a resistência ainda estava desorganizada, os bandos não podiam lançar-se ao assalto contra as Tulherias. O rei não esperou fosse o castelo tomado e apresentou-se à Assembléia – vencido antes do combate. Na Assembléia, havia a exata consciência de que Danton organizara tudo. Ao

pôr-do-sol, exausto, voltou para o Burgo do Comércio e seu leito. Lá dormiu até que no dia 11, às 3 horas da manhã foi avisado que era ministro. Mas ele seria muito mais. A Assembléia proclamada pelo Terceiro Estado, em 17 de junho de 1789, decidiu nomear um novo Conselho Executivo. Decretou, também, que um lugar preponderante seria concedido ao primeiro eleito. Ora, por 222 votos entre 285 votantes, nomeou Danton, com “a Justiça”.

Naquele momento, ele não era mais o jovial advogado. De suas faces, só o tribuno furibundo permaneceu, os cabelos jogados para trás, a fronte sempre congestionada, marcada por rugas precoces. Tudo nele manifestava a força. Mas este Hércules tinha suas fraquezas. Era voluptuoso e dissipador. A amizade era outra fraqueza. Dentre os amigos, uns, após o terem explorado, o comprometeram. Outros o trairiam até lançá-lo à morte, como Robespierre. Enfim, a última e pior fraqueza: pouco escrupuloso em matéria de dinheiro. Há provas: ele recebeu de muitas mãos.

Sua força provinha do cérebro sem ideologia e que palavras de fogo serviam. A elocução era desordenada; sem preparação. Preguiçoso no escrever, ia à tribuna sem papel. Os discursos semelhavam a fluxo esperso que, rolando tumultuoso entre margens escarpadas. As idéias corriam da mesma forma: não se embaraçavam com preocupações. Estavam voltadas para a fronteira. Quis que sacrificassem à defesa do território todas as disputas de homens e partidos.

Era ministro da Justiça, mas não se preocupava muito com a pasta. Considerava-se, em verdade, o chefe do governo provisório: atraindo particularmente três dentre seus colegas, o ministro das Relações Exteriores, o da Guerra e o da Marinha, deles fazia seus



Maximilien de Robespierre, de amigo a adversário ferrenho

principais prepostos e assumia, zeloso, a defesa nacional. Um exército inimigo de 80 mil homens invadiu, em 19 de agosto, a fronteira da Lorena e, antes de um mês, derrubou Longwy, levou Verdun à capitulação, transpôs o Argonne, entrou na Campanha, ameaçou Paris. Danton previra tais reveses desde 11 de agosto, pois conhecia a situação do exército francês, a mediocridade dos chefes, a indisciplina das tropas. Mais, porém, que a situação do exército, a da nação parecia-lhe paralisar a defesa.

Traidores pelas costas

As províncias desde havia muito não mais seguiam a Revolução: com dificuldade aceitavam a queda do trono. Danton contou com o apoio de Paris, onde estava a força revolucionária. Mas Paris ainda estava na terrível Comuna, que ele próprio instalara na Municipalidade. Fez com que Paris ardesse em ódio contra o estrangeiro. A Comuna canalizava parte desse ódio contra os amigos do ex-rei. Mais tarde, seriam obtidas as provas da conivência de Maria Antonieta e de seus amigos e partidários com a Áustria. Os voluntários que Danton expediu para a fronteira, para lá marcharam com ardor e apreensão, deixando atrás deles, diziam, milhares de traidores que os apunhalariam pelas costas.

A queda de Verdun ribombou como um trovão. Os membros do Conselho compareceram à Assembléia. Danton tomou a palavra. afirmou que a França estava em Paris: Paris secundaria os esforços do governo. Comissários seriam enviados à província “para chefiar o movimento sublime do povo”. E acrescentou: “Solicitamos que quem quer que se recuse a servir com sua pessoa ou depor armas seja punido de morte”. Aplausos eclodiam, quando ele concluiu: “Para vencê-los, senhores, é-nos necessária audácia, mais audácia, sempre audácia”.

A audácia, para a Assembléia que o escutava, havia de ser erigida



Danton também esteve por trás da mobilização que levou à vitória de Valmy. A Guarda Nacional de Paris parte para a guerra, de L. Cigniet

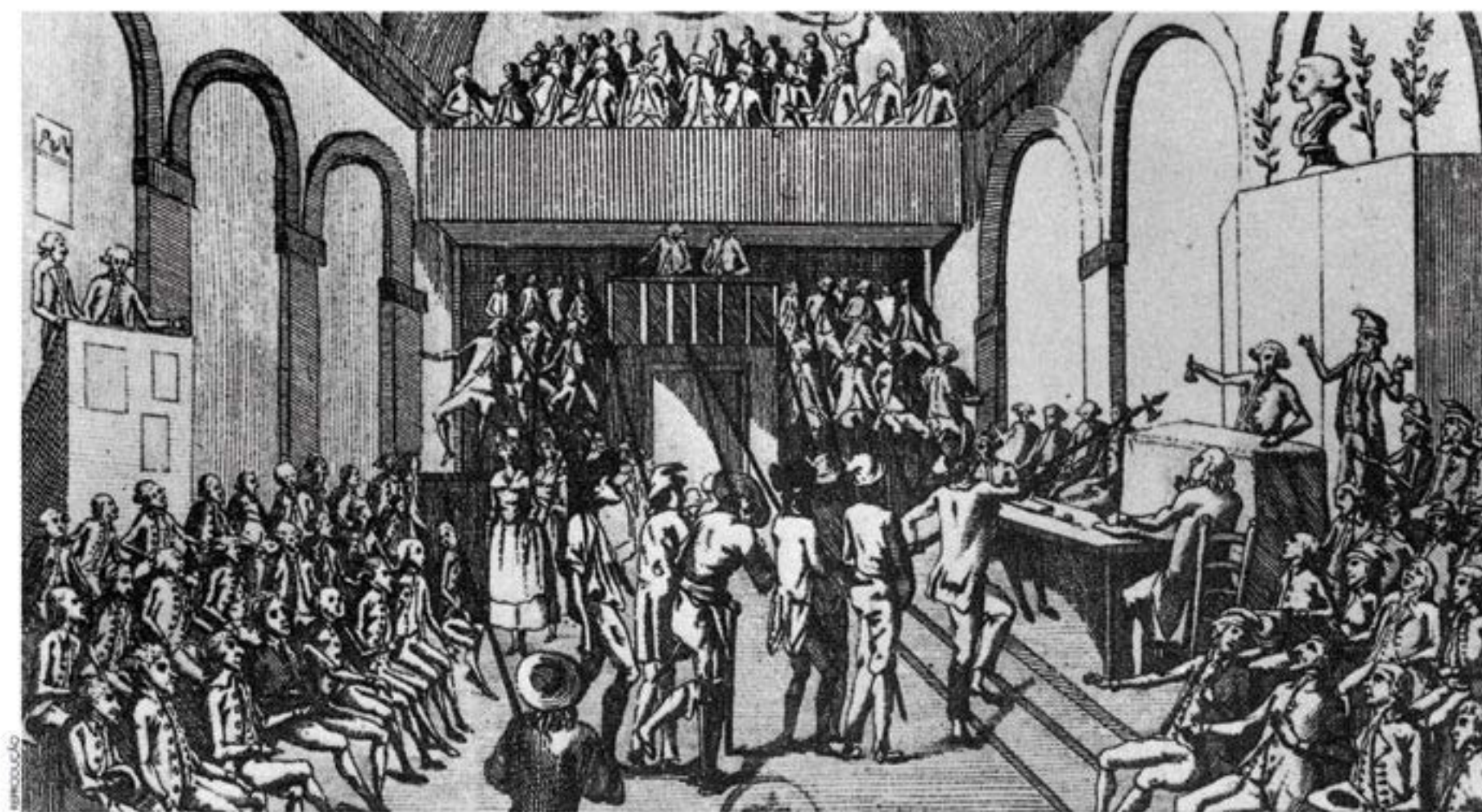
contra os alemães. Para a Comuna era, primeiro, o massacre dos realistas e dos padres nas prisões. Danton dispunha decerto de poder para deter os agressores. Mas permitiu. Somente os deteve ao ver as tentativas da Comuna de passar dos realistas aos girondinos; interpôs-se, então, e salvou a estes — durante um ano. Entregava-se novamente a sua obra guerreira. Quando, em 1792, depois da batalha de Valmy, que marcou a virada decisiva abrindo caminho para a conquista da Bélgica e a anexação da Suábia, o exército prussiano fez meia-volta, quiseram que recuasse até à fronteira — espantada — diante da atitude resoluta dos soldados da nação. O acontecimento era glorioso, e Danton divulgou a lenda, mas sabia com quantos milhares de soldados pagara a estupefaciente retirada do duque de Brunswick.

A Convenção Nacional reuniu-se de imediato, no dia seguinte, e os partidos já se confrontavam. Paris rejeitara todos os girondinos que a província, em contrapartida, acolhera. A metrópole elegera unicamente os “puros”. Robespierre fora o primeiro, mas contando com apenas 338 votos, enquanto Danton era o segundo, com 638 votos — a quase unanimidade e, com ele, todos os seus homens. A província desaprovava as desordens de Paris: a Convenção foi eleita contra os massacres, e a compuseram predominantemente burgueses notórios. Os primeiros quadros eram todos girondinos. O orador que subiu à tribuna foi, porém, Danton. Para tranquilizar os departamentos quanto ao temor de revolução social, solicitou que fosse proclamado em primeiro lugar o dogma da propriedade “eterna”. Entendia que todos (até os conservadores) deveriam unir-se com vistas ao restabelecimento da ordem interna. Os girondinos, levantados contra ele, repeliram a aliança que ele lhes oferecia, o que o exasperou. Sonhava com certa estabilidade política. A quem lhe pediu que salvasse Luís XVI, disse que estava disposto a tirar o rei “da situação” em que se encontrava, mas sabia que se o processo fosse aberto, a morte seria certa — e ele votaria a favor. Partidários de Robespierre reclamavam a cabeça do rei. Danton voltava às propostas de união, pensando na defesa nacional.

Origem do Terror

Mas os ataques persistiam envenenando as disputas. Os girondinos incentivaram o processo contra o rei, à revelia de Danton. O pronunciamento foi a favor do regicídio. Após a execução do rei, Danton subiu à tribuna, em 31 de janeiro de 1793. Famoso discurso: “Digo que é vão temermos conferir demasiada extensão à República. Seus limites estão demarcados pela natureza. Nós os atingiremos todos nos quatro cantos do horizonte: para os lados do Reno, para os lados do oceano, para os lados dos Alpes”. Ganhou os votos da Assembléia. Partiu novamente para o Leste. Na volta a Paris, em 7 de fevereiro, encontrou o lar destruído: a esposa fora morta durante sua ausência. Nas semanas seguintes permaneceu vítima de demência.

A Gironda continuava seus ataques. Danton padecia menos com eles do que com as divisões que provocavam. A guerra até



Revolucionários discursam na Assembléia. O Comitê de Salvação Pública, sustentado pela massa popular, ainda tentou, no início, conciliar posições opostas

Quando se ausentou de Paris, para ficar em Arcis, os amigos o alertaram de que Robespierre o minava. Já estava mortalmente ameaçado, mas deu de ombros

à morte instaurava-se contra toda a Europa. Danton exaltava-se com o fato, mas era então uma exaltação sombria. Como não obtinha a união consensual, contra os inimigos exteriores, avançou rumo ao regime de Salvação Pública, ao estado de sítio e, se preciso fosse, sufocaria toda e qualquer oposição. Fez com votassem a instituição do Comitê de Salvação Pública, a do tribunal revolucionário, medidas que dariam origem ao Terror. Se não tramou a perda dos girondinos, deixou que Marat e partidários os abatessem.

Voltou ao poder e consagrou-se à sua tarefa. No dia 6 de abril, foi, com todos os seus amigos, levado ao Comitê de Salvação Pública: o Comitê Danton, para “Vencer os inimigos, restabelecer a ordem interna e fazer uma boa Constituição”. Robespierre e seus amigos, descontentes, armavam contra ele uma campanha, e dentro da própria Comuna, propalando que ele “moderava-se”. Quatro meses após a morte de Gabriela, desposara Luísa Gély, encantadora nos seus 16 anos. A pedido da noiva, concordou com uma cerimônia religiosa, no momento em que eram tomadas medidas para abolir cultos cristãos.

Recomeçavam os ataques contra ele, também partindo da esquerda. Robespierre ainda hesitava, mas Saint-Just a isso o impelia e levou a campanha contra o Comitê Danton, acusado de fraqueza para com os conspiradores federalistas. Entregue à felicidade doméstica, Danton mal aparecia no Comitê. Ficou

decidido que o próprio Comitê seria renovado. Em poucas horas, Danton e seus amigos haviam sido expulsos dele. Robespierre e os seus apoderavam-se do novo, que seria o terrível Comitê de Salvação Pública do Grande Terror.

Danton fingiu indiferença. Reapareceu no Clube dos Jacobinos, onde foi aclamado. Reapareceu na Convenção que o elegeu Presidente e declarou que, não mais integrando nenhum comitê, far-se-ia “o agulhão de todos”. Via a hostilidade crescente de Robespierre. Desaprovava sua política. O Terror organizava-se; a guilhotina começava a funcionar cotidianamente. Danton repentinamente eclipsou-se: durante dois meses sumiu da Assembléia. Deixou Paris com a família, rumando para Arcis.

Pediram sua volta. Respondeu que estava “farto dos homens”. Os amigos o alertaram de que Robespierre o minava, de que ele já estava mortalmente ameaçado. Deu de ombros.

O titã dominado

Decidiu voltar a Paris, disposto a pôr termo ao Terror. Pediu ao jornalista Camille, fundador de *O Velho Cordelier*: “Peça que sejam clementes”. Sustentou, na tribuna, a mesma política. Arriscava a cabeça: “Vale cem vezes mais ser guilhotinado que guilhotinar”. Falava, na Assembléia, com a autoridade e o êxito de sempre. Ainda não atacava Robespierre: custava-lhe combater até a morte o homem que, aparentemente, não o combatia.



O processo contra Danton e seus seguidores diante do tribunal da revolução, quadro de Jean Mathias Fontaine (1795-1853)

Danton parecia inatacável, mas estava rodeado por um grupo comprometedor: Fabre d'Églantine era um larápio, metido em casos de tráfico; Héault de Séchelles, um fanfarrão, entre outros. Robespierre maquinou primeiro perdê-los para, depois, perder seu patrono; vinculou um a um a seu "inimigo", e Danton ficou duplamente enfraquecido, cada vez que um deles foi detido devido a um caso indecente. Robespierre hesitava, enquanto os que o cercavam pediam a cabeça do titã. Saint-Just preparava seu relatório sobre a vida que o homem levava. Na véspera, ofereceram-lhe a chance de fugir para o exterior. A célebre resposta: "Não tiram a pátria de sob a sola de meus sapatos!".

Acreditava-se ainda demasiado forte para ser preso. Foi detido naquele mesmo dia, 9 do mês de Germinal (abril de 1794). Houve inquietação na Convenção, mas só o açougueiro Legendre, um dos mais antigos amigos de Danton, ensaiou um protesto. Robespierre subiu à tribuna: "Veremos se neste dia terá a Convenção coragem de quebrar um pretenso ídolo, putrefato desde há muito". A Convenção calou-se e passou à ordem do dia.

Seria preciso acompanhar minuto a minuto as fabulosas audiências nas quais, embora todas as precauções tivessem sido tomadas para deixar de todo atada a defesa, o titã fazia rebentarem os elos com os quais tencionavam imobilizá-lo. Promotor público, juízes, jurados, todos devotados a Robespierre e decididos de antemão a condenar à morte o inimigo deste, ficavam estupefatos. A multidão, presente no Palácio de Justiça, ouvia, por trás das paredes, "estrondar o trovão de Danton". Ele

gritava: "Preso, preso! Como assim? Sequer começaram! Não lemos as acusações! Nenhuma testemunha!". Sequer ouviram a defesa. Diante da condenação, Danton bradou: "Assassino covarde... Infame Robespierre. O cadafalso clama por ti! Tu me seguirás, Robespierre!".

Alguns jurados pareceram hesitar. Tiveram a resposta: "Se Danton não for guillotinado, Robespierre o será". Eram todos amigos de Robespierre: o veredicto lançou Danton ao cadafalso. Ele, e outros acusados. A charrete veio buscar os condenados no dia 16 do mesmo mês de Germinal. Nunca fornada semelhante fora a ela encaminhada: Desmoulins, Fabre d'Églantine, Héault de Séchelles, Danton e outros 11, todos célebres na história da Revolução. Danton era soberbo, disse uma testemunha: "Fitava orgulhosamente a estúpida multidão". Ao descer da charrete, quis abraçar os amigos. O ajudante do carrasco os separou. Subiu por último e, voltando-se para o carrasco, disse: "Mostre minha cabeça ao povo, ela vale a pena".

LOUIS MADELIN foi historiador e membro da Academia Francesa

GLOSSÁRIO

Cordeliers: clube (antes Sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem), nos Estados Gerais, com representantes como Danton e Jean Marat: essa denominação, na França pré-revolucionária, era dada à ordem dos franciscanos.

Conspiradores federalistas: os que comemoravam no 14 de Julho a abolição de todas as distinções entre as províncias, e não a Queda da Bastilha, signo do poder real; as federações locais eram conservadoras.

NOSSO NÚMERO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE MUDOU.

Este é o novo número para você entrar em contato com as revistas da Duetto.

11.3038.6300

A partir de agora, é por esse número que você solicita e renova assinaturas, informa mudança de endereço e esclarece dúvidas sobre pagamentos e entrega. Anote também nosso novo fax: 11.3038.1416.

Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h.

NOSSOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS PERMANECEM OS MESMOS

Atendimento via Internet: atendimento@duettoeditorial.com.br

Novas assinaturas pela Internet: queroassinar@duettoeditorial.com.br

Edições anteriores: edicoesavulsas@duettoeditorial.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@duettoeditorial.com.br

www.revistacabelos.com.br

www.historiaviva.com.br

www.vivermentecerebro.com.br



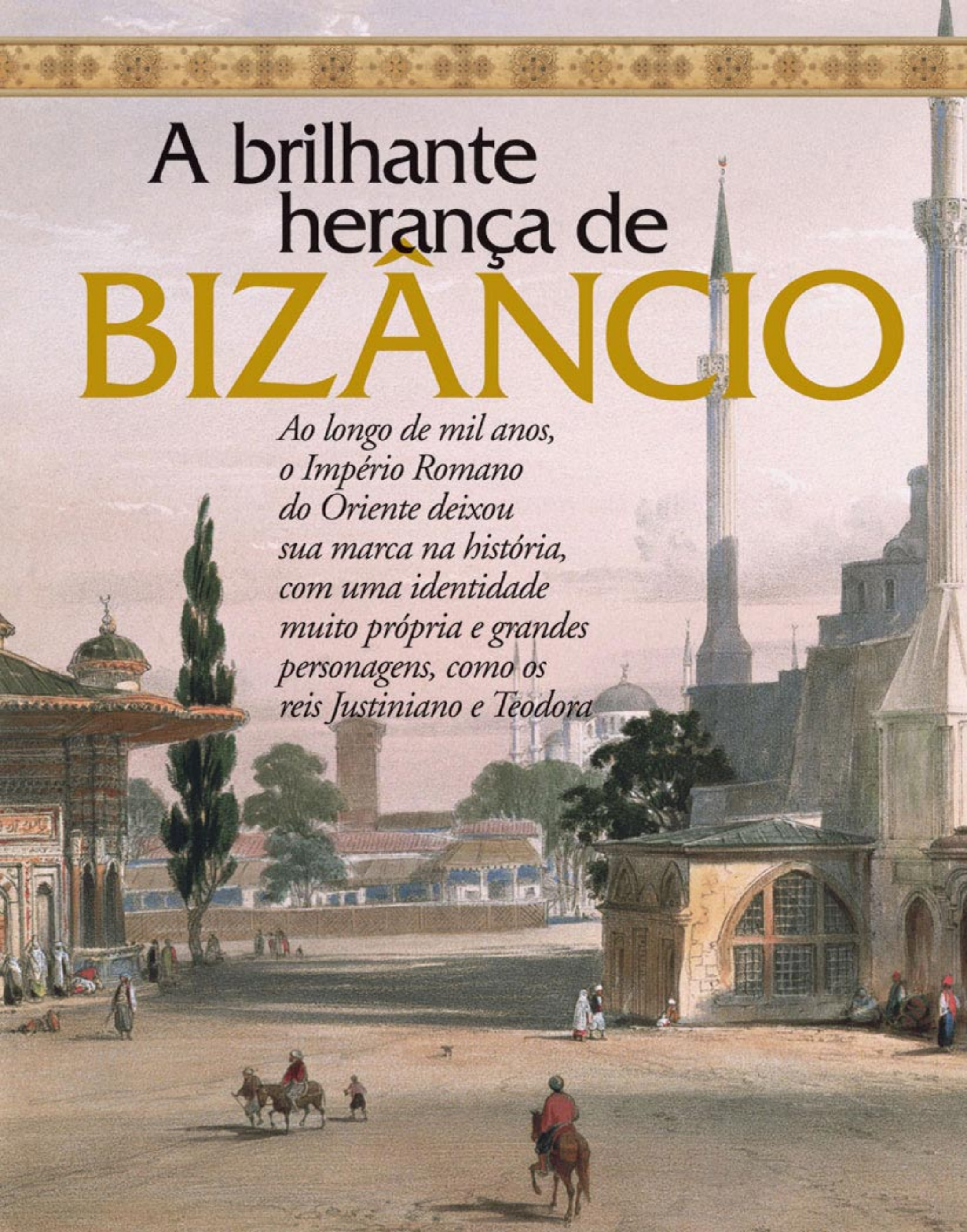
www.revistaesteticabrazil.com.br

www.sclam.com.br

www.revistaentrelivros.com.br

A brilhante herança de BIZÂNCIO

*Ao longo de mil anos,
o Império Romano
do Oriente deixou
sua marca na história,
com uma identidade
muito própria e grandes
personagens, como os
reis Justiniano e Teodora*



Santa Sofia, em Constantinopla,
em litografia de Lovis Haghe,
feita a partir de um desenho
de Chevalier Caspar Fussati

Linha do tempo de CONSTANTINOPLA

A trajetória de uma grande civilização

POR LUIZ MARQUES

1. Fundação e primeiro século

303-304: sob instigação do tetrarca Galério César, Diocleciano lança um édito de perseguição aos cristãos. Trata-se da última das grandes perseguições.

305-312: em 306, a morte do novo Augusto, Constâncio Cloro, desencadeia uma série de desordens e usurpações. Constantino consegue ser proclamado Augusto pelas legiões da Gália e da Bretanha e derrota Maxêncio, na batalha do Ponte Milviano.

313: édito de Milão, garantindo a liberdade de culto a todos e inclusive aos cristãos.

324-330: fundação de Constantinopla.

337: morte de Constantino, sucedido por seu filho Constantino II.

404: pressionado pela ameaça dos visigodos, o imperador romano do Ocidente, Honório, deixa Roma e transfere a capital do Império Romano do Ocidente para Ravena. Embora tomada por Odoacro em 476 e em seguida pelos ostrogodos, Ravena manterá ao longo dos séculos V, VI e VII intensos contatos com Constantinopla, tornando-se um dos mais importantes centros da assim chamada arte bizantina.

425: Teodósio II funda a universidade religiosa de Constantinopla.

451: Concílio de Calcedônia. Restabelecimento da ortodoxia, após o Concílio de Éfeso: o Cristo é proclamado "consustancial ao Pai por sua divindade e consubstancial aos homens por sua humanidade, pois a união não suprimiu a diferença de naturezas. Cada uma delas conservou sua maneira de ser própria e encontrou-se com a outra em uma única pessoa". Trata-se de uma entre as inúmeras reviravoltas na luta que, em Constantinopla e em todas as maiores cidades do Império Romano do Oriente, opôs durante mais de meio milênio ortodoxia e heterodoxias no que se refere ao significado teológico da encarnação do Verbo.

2. O século de Justiniano

519: homem forte do imperador Justino, Justiniano tenta recompor a unidade da Igreja. Tem fim o cisma acaciano, iniciado em 484 quando o papa Felício III excomunga o patriarca de Constantinopla, Acácio, que inspirara a publicação do Henoticon, o assim chamado Édito de união com o qual se tentava conciliar as teses cristológicas dos nestorianos (duas naturezas e duas pessoas em Cristo) e dos monofisistas (uma só natureza, divina).

527: tem início o reinado de Justiniano e os decretos contra os hereges que levarão em 529 ao fechamento da Universidade de Atenas, último refúgio do paganismo.

527-565: reinado de Justiniano, que de fato já se inicia durante o reinado de seu tio, Justino I (518-527). Ao longo desses 32 anos, Justiniano empreende quatro campanhas militares maiores contra os persas, os vândalos, no norte da África, os ostrogodos na Itália e contra os hunos e demais bárbaros ao norte de Constantinopla.

532-534: a revolta de Niká (532) implica a reformulação jurídico-administrativa do império, com a publicação do *Corpus juris* de Justiniano.

537: inauguração da reconstruída basílica de Santa Sofia, destruída pela revolta de Niká.

541-543: primeiro choque da peste bubônica, em sua forma pneumônica particularmente letal, iniciada no Egito. Em 543, ela atingira a Síria, a Ásia Menor, Constantinopla, a Pérsia, a Itália e a África. De um terço a metade da população de Constantinopla perece.

558-559: os hunos ameaçam Constantinopla e são derrotados por Belisário, o grande gênio militar de Justiniano.

560-562: agentes do Império conseguem trazer o bicho-da-seda da China e obter sucesso na fabricação da seda, passo decisivo nas tentativas bizantinas de romper, inclusive por meio de sucessivas guerras, o controle persa sobre a rota da



O Arco de Constantino, datado de 312-315, em Roma. Ao lado, é possível ver uma parte da fachada do Coliseu

seda, que, iniciando na China, tinha por destino Constantinopla. Em 562, firma-se uma paz de 50 anos com a Pérsia, que mantém a tutela do comércio com o Extremo Oriente.

3. A crise do século VII

602-610: focas, um centurião trácio, é aclamado pelas tropas novo imperador. Ele reconhece a primazia de Roma em matéria de religião. O papa Gregório I erige-lhe a famosa coluna de Focas no Fórum romano, até hoje existente. Além das hostilidades sassânidas, a política de Focas, contrária aos monofisistas e aos judeus, provoca o ódio das províncias do Leste, que chamam o exarca de Cartago, Heráclio, para derrubá-lo.

610-641: reinado de Heráclio. Definitiva helenização do império. Não se trata mais do Império Romano do Oriente, mas de um Império Grego do Oriente. A falta de unidade entre Ocidente e Oriente revela-se na sua máxima plenitude.

642-668: reinado de Constâncio II, sucessor de Heráclio.

674-678: primeiro cerco árabe a Constantinopla.

678: os turcos búlgaros tomam a região da ex-Trácia, hoje conhecida como Bulgária, após vencerem Constantino IV e lhe imporem um tributo e assentamento nos territórios ao sul do Danúbio. Es-

vizam-se a tal ponto que esquecem suas origens fino-úgricas, impondo, por outro lado, aos eslavos uma forte estruturação política. Nasce o estado búlgaro, funesto em seguida para Bizâncio. Retração do império para aquém do Danúbio, que se entrincheira nas montanhas do norte da Trácia.

4. As dinastias isáurica e armórica, e o iconoclasma

717-867: a ateniense Irene, viúva do imperador Leão IV (775-780), torna-se regente de seu filho Constantino VI, até 797 (780-797). Depois reina ainda até 802. Destronada por seu ministro das finanças, de origem árabe, Nicéforo I (802-811), que perece na guerra contra



Cúpula do batistério da catedral de Ravena, primeiros decênios do século V

os búlgaros. Sucede-lhe o estrategista dos anatólicos, Leão V, o armênio (813-820), assassinado. A ascensão de Miguel II, o Gago, marca o início da dinastia armórica (Armória, na Frígia).

717-718: segundo cerco árabe a Constantinopla (ver 674-678). A resistência do monofisismo e a intolerância em relação a ele são a razão principal do avanço dos árabes nas províncias monofisistas (Síria, Egito e Palestina). A influência árabe é importante na eclosão da crise iconoclasta.

726-787: primeira fase da crise iconoclasta. O imperador Leão III, o Isaurio, toma posição contra os ícones, e seus agentes destroem uma imagem célebre de Cristo. Eclosão da Primeira Fase da Crise Iconoclasta, com a proibição oficial ao culto das imagens a partir de 730, no Concílio de Constantinopla. Em Roma, em 731, um contraconcílio anatematizava os adversários das imagens. Em 787, a imperatriz Irene, viúva de Leão IV,

convoca o VII Concílio de Nicéia, no qual o iconoclasma é condenado.

741-775: auge da Crise Iconoclasta, com a condenação inclusive do culto da Virgem e dos santos. Em 753, Constantino V reúne o concílio em Constantinopla e condena solenemente as imagens. Destruição ou caiação dos ícones e dispersão das relíquias. Lutas contra os monges e confisco de seus bens.

814-843: segunda fase da Crise Iconoclasta. Leão V retoma o poder e proíbe no Concílio de 815 o uso de ícones. Em 843, Teodora, viúva do Imperador Teófilo, restaura a veneração dos ícones em um concílio nessa data, que restaura as resoluções do VII Concílio de Nicéia. Em 11 de março de 843 foi realizada em Santa Sofia uma cerimônia solene de restauração da ortodoxia, até hoje comemorada pela igreja grega.

751: batalha do rio Talas, na qual os árabes batem os chineses. As duas potências do-

minam a Ásia Central. Transmissão da tecnologia do papel, que chega à Espanha em 900, instala-se em Bagdá já sob o califado de Harum al-Rachid (786-809). Grandes relações diplomáticas e comerciais entre os árabes, a China e a Europa franca e inglesa, isto é, a Mércia de Offa (757-796)

780-820: o Império Bizantino é encurralado entre os turcos búlgaros e os árabes.

5. Recuperação e novo apogeu

820-842: reinado do imperador Teófilo, discípulo do erudito bizantino João Filoponus, um ardente iconoclasta e, mais tarde, patriarca de Constantinopla. Teófilo foi muito influenciado pela sofisticada corte de Bagdá, ao tempo do califa Harum al-Rachid (786-809). Empenha-se na defesa das fronteiras setentrionais do império contra os vikings e os magiares, e nas orientais, contra os muçulmanos. Construção do grande relógio de Santa Sofia, reforma na escrita com a implantação da uncial, multiplicação dos *scriptoria*, com produtos como a edição ilustrada de Ptolomeu (esfera celeste) e restauração da Universidade de Constantinopla, após seu declínio no século VIII, com a nomeação de Leão, o matemático, como reitor.

863: em Poson, perto do rio Halys, na Anatólia, os árabes são aniquilados. Início da reconquista bizantina. Cirilo e Metódio partem de Tessalônica para evangelizar a Morávia, tornando-se os apóstolos dos eslavos. Em 864, o czar da Bulgária, Bóris, é batizado em Constantinopla, adotando o nome cristão de Miguel. De meados do século IX até inícios do século X, os exércitos e a armada bizantinos iniciam a expansão dos limites do império, que avança progressivamente ao norte até o Danúbio, a leste até a Síria e o Cáucaso e ao sul até Creta, arrebatando territórios dos muçulmanos, eslavos e armênios. Sua diplomacia e sua influência cultural atingem Kiev, Bagdá, Damasco, Cairo e

Roma, em uma restauração do prestígio que equipara esse período ao de Justiniano (527-565).

961: nicéforo Focas reconquista Creta.

969: reconquista bizantina de Antioquia.

976-1025: reconquista bizantina dos territórios ocupados pelos árabes e búlgaros, sob Basílio II. Reconquista do Danúbio.

1014: nos desfiladeiros de Clidion, o exército búlgaro é esmagado pelo de Basílio II. Quinze mil homens são feitos prisioneiros e têm seus olhos vazados, salvo 1% deles, encarregados de levar de volta seus companheiros a Samuel.

1054: cisma na Igreja, gerando a Igreja do Ocidente (Roma) e do Oriente (Constantinopla). Nesses anos, o império é a primeira potência do mundo.

1055: os turcos seljúcidas tomam Bagdá.

1071: o exército bizantino enfraquecido sofre dois reveses fundamentais: batalha de Manzikert, no planalto extremo-oriental da Anatólia (hoje Iraque), com a vitória esmagadora dos turcos seljúcidas; perda definitiva da Sicília para os normandos.

1096: chegada da Primeira Cruzada em Constantinopla.

1171: os venezianos são expulsos de Constantinopla.

6. Agonia e morte do império

1204: Constantinopla é invadida e saqueada pela IV Cruzada. O poder se retira para Nicéia e retoma a cidade apenas em 1261, com Miguel VIII Paleólogo.

1282: morte de Miguel VIII Paleólogo e ascensão ao trono de Andrônico II.



1282-1341: os imperadores Andrônico II e III assistem impotentes à expansão turca pela Ásia.

1341-1391: o imperador João V resiste aos sérvios às portas da cidade de Constantinopla.

1391-1448: os imperadores Manuel II e João VIII, em viagem à Itália, tentam

em vão obter socorro da Europa contra os turcos.

1453: 29 de maio: Constantino Draga-ses, último imperador bizantino, morre na defesa das muralhas, expugnadas pelos turcos.

LUIZ MARQUES é do Departamento de História IFCH/Unicamp

A nova Roma, no ORIENTE

Como e por que surgiu a maior potência econômica e urbana do mundo mediterrâneo, que garantiu ao Império Romano mais um milênio de existência

POR LUIZ MARQUES

Há dois tipos de forças que impulsionam o Império Romano em direção ao Oriente. Trata-se, no primeiro caso, de forças endógenas, atrativas e de recíproca assimilação. No segundo caso, temos, ao contrário, forças externas não menos importantes que agem no sentido do enfrentamento militar e da repulsa entre Roma e o Oriente. Um exemplo tomado da história da arquitetura é apropriado para se identificar as forças atrativas. A arquitetura romana herdou da Grécia a forma concêntrica de seus templos e teatros, em que o objeto construído cria e contém em si um espaço físico e simbólico. Mas Roma criou uma forma arquitetônica totalmente própria, não concêntrica, nem concebida como uma estrutura continente: o arco triunfal, destinado apenas a intersectar a passagem de um cortejo imperial, coagulando em um marco espacial um “antes” e um “depois”, isto é, um evento digno de ser monumentalizado (*monumentum* remonta ao verbo *moneo*, que significa fazer lembrar). Bem ao contrário, pois,

das outras formas arquitetônicas, cuja história está ligada essencialmente às atividades que nelas se desenvolverão regularmente após sua construção, o arco do triunfo só ganha inteligibilidade se pensado à luz de um evento pontual ocorrido antes de sua construção.

A eterna rememoração desse evento é sua única razão de ser. Há, entretanto, uma exceção à regra: o arco de Benevento, construído por Trajano entre c. 114 e 117, sobre a via que da cidade de Benevento levava a Brindisi, abreviando o percurso da via Ápia. É claro que também ele destinava-se a rememorar batalhas vencidas, mas sua construção servia, além disso, para demarcar simbolicamente a via que levava de Roma ao Oriente, desenvolvimento lógico das campanhas de Trajano na Mesopotâmia, que se concluíam, após 18 anos de poder, pela expansão máxima do *limes* imperial.

Pode-se dizer que, em Benevento, o Império Romano erigia em monumento não apenas um evento, mas uma sua antiquíssima tendência ou ímpeto em direção

VRBS CONSTÂNTINOPOLITANA NOVA ROMA



Como a capital do Império Bizantino era vista no século XV. Descrição da Terra, Constantinopla



Jesus Cristo entre o imperador Constantino IX e a imperatriz Zoé, em mosaico do século XI

ao Oriente, iniciado com suas conexões com Pérgamo ainda no século III a.C. e consagrado, se quisermos uma data simbólica, em 168 a.C., quando Paulo Emílio esmaga o exército de Perseu da Macedônia na batalha de Pidna. Se tal é seu significado profundo, ainda que não manifesto, não seria talvez excessivo afirmar que o arco de Benevento prenuncia a fase final do longo processo de helenização de Roma, processo do qual a fundação de uma nova Roma oriental no coração da Trácia, dois séculos depois, será a inevitável conclusão. Inúmeros são, naturalmente, os elos de mediação entre Trajano e Constantino, entre os quais devemos contar o recentramento do império em torno do eixo Roma-Atenas operado por Adriano (117-138) e os impulsos orientalizantes que a dinastia dos Severos (193-235) e os progressos do cristianismo infundem nas orientações fundamentais do império.

Mas ao lado destas forças, por assim dizer, atrativas, entram em ação forças igualmente antigas de repulsão. Com

feito, ao se expandir para o Oriente, o império romano instalava-se em uma zona de “falha civilizacional”, no sentido geológico da palavra, em uma zona sujeita a terremotos geopolíticos, envolvendo em geral confrontos entre “ocidentais” e “orientais”, desde ao menos o início do primeiro milênio a.C., vale dizer desde as guerras de Tróia, os conflitos gerados pela colonização grega do Oriente, as guerras médicas nos séculos VI e V a.C. Uma série, em suma, infundável de confrontos e atritos que a conquista alexandrina e a emergência dos partas nos séculos IV e III a.C. não fizeram senão aprofundar e que resultaram finalmente na efêmera conquista da Mesopotâmia por Trajano.

O século e meio que se conta entre Adriano (117-138) e Galieno (253-268) é marcado pelas mais diversas tentativas militares e diplomáticas de resolver a questão parta, a qual dará lugar a partir de meados do século III à ainda mais grave questão sassânida, isto é, a um *revival* do expansionismo persa, que levará em 260

ao humilhante aprisionamento e morte do imperador Valeriano, pai de Galieno. Se a tais pressões sobre as fronteiras orientais do império acrescentarmos as exercidas pelas tribos germânicas ao longo do Reno e do Danúbio, entenderemos por que, a partir dos Severos, o império mantém dez de suas 32 legiões estacionadas ao longo da fronteira oriental e 16 ao longo da linha do Reno e do Danúbio. Não por acaso, no âmbito da tetrarquia de finais do século III, Diocleciano reserva-se o governo da parte oriental do império, de há muito mais importante que a ocidental do ponto de vista econômico, geopolítico e estratégico.

Na realidade, as forças de atração e de repulsão, de fascínio e de ameaça, de assimilação e de diferenciação, levavam a que, ao longo do século III, o sistema nervoso do império romano, suas fontes de riqueza comercial, seus ideais filosóficos e religiosos se houvessem voltado para o Oriente. Faltava apenas transferir a capital.

A nova Roma

Foi o que fez Constantino, a quem se ofereciam então basicamente três alternativas: Tessalônica, Ílio e Bizâncio. Malgrado as dificuldades do terreno e a escassez de água, sua opção pela antiqüíssima colônia grega de Megara, Bizantion (fundada em 667 a.C.), deve-se sem dúvida à sua situação privilegiada do ponto de vista comercial e geopolítico, além do fato, decisivo em tais circunstâncias, de ser um sítio potencialmente inexpugnável. Na encruzilhada entre o eixo marítimo que levava do Mediterrâneo às estepes da Rússia e o eixo terrestre que interligava os Bálcãs e a Anatólia, Constantinopla estava destinada a florescer, a tornar-se a maior potência econômica e urbana do mundo mediterrâneo e a garantir ao Império Romano, que contava então aproximadamente quatro séculos, mais um milênio de existência.

Menos que fundar uma nova cidade (uma “Cesaréia” a mais), tratava-se, na

realidade, para Constantino, de refundar Roma às margens do Bósforo, à sua imagem e semelhança: o *palladium* da antiga capital foi enterrado sob a famosa coluna de pórfido do fórum de Constantino. Como em Roma, a cidade foi dividida em 14 regiões, foram identificadas sete colinas, os ritos inaugurais foram conduzidos por um *flamen dialis* e por um filósofo pagão, Sopater de Apaméia, com a apresentação da cruz de Cristo na carruagem do deus-

No século VI, enquanto Roma já havia sido incendiada e saqueada diversas vezes, a capital de Justiniano atingia seu primeiro apogeu

sol, ladeado por estátuas de Marte, protetor de Roma, e de Apolo.

A identificação de Cristo com Apolo, deus-sol, servia para explicitar ainda mais a identificação da velha com a nova Roma. Assim, do templo de Apolo em Roma foi trazida uma outra coluna de pórfido, chamada Anthelios, no topo da qual se erguia uma estátua do deus voltada para o Oriente. Era como se os descendentes de Enéias, um milênio após a fundação de Roma pelo herói troiano, retornassem à casa, de tal maneira que, como bem lembra Louis Bréhier, o erudito bizantino João Lidus pôde reunir em seu tratado *Sobre as magistraturas do Estado Romano* as instituições de seu século VI e as da antiga Roma.

De resto, “Bizâncio” ou “bizantinos” não são os termos pelos quais seus habitantes chamavam-se eles próprios, mas sim “Romaioi”, sendo sua pátria a “România”. Em um “grafite” de 580, por exemplo, lê-se: “Ó Cristo Senhor, socorre a cidade, resguarda-a dos ávaros, protege a România e este escreva. Amém”. Os próprios turcos designam os bizantinos pelo nome de “Roum”. Não devemos nos esquecer que os termos “grego” e “heleno” tinham então, e ao menos até o século XIII, um caráter pejorativo, posto serem sinônimos de “pagão” ou de “idólatra”.

Já ao longo do primeiro século de sua existência, graças aos favores de que a

cercam os imperadores, de Constantino a Teodósio II, que em 425 funda uma espécie de universidade religiosa de Constantinopla, a “România” tornar-se-ia ainda mais esplendorosa que a velha Roma. No século VI, enquanto esta já havia sido incendiada e saqueada diversas vezes, a capital de Justiniano atingia seu primeiro apogeu. Malgrado as ameaças externas exercidas pelos hunos, os ávaros, os eslavos e os persas, malgrado a catastrófica revolta popular de

dos monumentos que adornavam a *spina*, dentre os quais a coluna com a serpente de bronze, de Delfos, onde Pausânias, o espartano vencedor dos persas em Platéia (479 a.C.), a tinha dedicado a Apolo. A rua principal de Istambul, a Diyanyolu, é a rua principal de Constantinopla, a Mesa. Ela conduz ao Fórum Oval e, para além dele, à Porta Dourada, erguida por Teodósio e jamais expugnada até 1453. Ao longo da Mesa havia um comércio bem estruturado.

Niká em 532 e, enfim, malgrado a terrível peste bubônica de 541-543, que ceifa de um terço a metade de sua população, Constantinopla, com um efetivo militar de aproximadamente 150 mil homens, era então a capital de um Mediterrâneo quase inteiramente reunificado sob sua égide.

O historiador Procópio de Cesaréia dá uma idéia, em sua obra *Sobre os Edifícios*, em seis livros, publicada em 561, dos resultados da política edificatória de Justiniano, com suas excepcionais fortalezas militares distribuídas por diversos pontos do Mediterrâneo. Mas é em Constantinopla, naturalmente, que tal política se manifesta em sua plenitude, como o demonstram Procópio e outros cronistas e viajantes. No ângulo sudeste da cidade estava o grande palácio. Como o Kremlin, em Moscou, seu herdeiro direto, ele não era um único edifício, mas um conjunto deles, protegidos por uma muralha. Do outro lado da praça Augustaeum, erguia-se Hagia Sophia, e a oeste ficavam o hipódromo e as termas de Zeuxipo.

O hipódromo está hoje em ruínas, mas do lado do mar podem-se ver suas subestruturas e, no meio da arena, alguns



Bandeja de prata com a imagem do imperador Teodósio I, descoberta em Badajoz, na Espanha

Perto do palácio, os vendedores de perfumes, cujo odor era considerado adequado aos imperadores. Em seguida, havia os ourives e os cambistas, e depois, no Fórum Oval de Constantino, estava o centro de comércio de peles. Perto das Termas de Zeuxipo estava a “Casa das Lâmpadas”, acesa dia e noite, em cujas vitrines se expunham as mais finas sedas tingidas.

Se os desígnios maiores de Justiniano (527-565) são a reformulação jurídico-

administrativa do império, a restauração pelas armas do *limes* imperial romano e a consolidação de uma ortodoxia religiosa cristã, deve-se admitir que a codificação da ordem jurídica e as conquistas militares apresentam finalmente um balanço mais positivo que o religioso. De fato, o célebre *Corpus juris* justiniano, reunião de todas as constituições imperiais de Adriano até 534, acrescidas dessa suma das jurisprudências romanas que é o *Digesto* ou os *Pandectas*, e das *Novelas*, as 154 constituições publicadas (em grego) por Justiniano desde 534, constituem a base de nossa própria Justiça e sem dúvida o maior monumento da história jurídica da civilização greco-romana. Por outro lado, a unificação político-militar do *mare nostrum*, ainda que efêmera e

ruinosamente custosa, chegou a ser uma realidade sob Justiniano, enquanto a unificação religiosa não chegou a se verificar nem dentro do palácio imperial, já que a imperatriz Teodora nutria ativas simpatias pelo monofisismo.

Convém aqui um pequeno excursus sobre o significado do monofisismo ("uma só natureza" de Cristo), pois ele é determinante para a história de Constantinopla e do império bizantino ao menos entre finais do século IV e o século VII, quando os árabes, ao invadir o Egito e a Síria, assimilaram grande parte das populações de credo monofisista, que os preferiram à insuportável opressão constantinopolitana. Ainda hoje subsistente em algumas Igrejas orientais (lembramos as Igrejas



Introdução a uma versão do século VI do código de Justiniano

O docetismo é uma doutrina segundo a qual não houve encarnação do Cristo, sendo sua humanidade apenas um simulacro, uma aparência



Presente de Justiniano II ao Vaticano, no século VI. A estilha no medallão, acreditavam os bizantinos, seria proveniente da cruz de Cristo

copta ortodoxa, etíope, armênia ou "gregoriana", e síria ortodoxa ou "jacobita"), o monofisismo é uma variante do docetismo, doutrina que floresce nos séculos II e III, segundo a qual não houve de fato encarnação do Cristo, sendo sua humanidade apenas um simulacro, uma aparência (do verbo grego *dokein*, parecer). Já o bispo Apolinário de Laodicéia, anatematizado no Concílio de Constantinopla de 381, entendia que o Logos ou Verbo divino se substituiria à alma humana de Cristo, o que abria a via para que Eutíquio, um monge que desfrutava de imenso prestígio junto à corte do imperador Teodoro (meados do século V), declarasse "uma só natureza do Verbo encarnado".

Nesse contexto de violentas disputas sobre como interpretar a idéia, em si mesma obviamente contraditória, das duas naturezas do Cristo reunidas, mas não fundidas, em uma só hipóstase ou uma só Pessoa, e de como definir, portanto, a natureza teológica da relação entre essa Pessoa e as duas Outras da Santíssima Trindade, o grande desafio

de Justiniano será o de fazer acatar pelas partes em dissenso a autoridade do imperador, que se arvorara, desde Constantino, em árbitro das diversas tendências em luta no interior da Igreja. Como se sabe, a tentativa de Justiniano de fazer prevalecer a ortodoxia do Concílio de Nicéia (325) – reconfirmada no Concílio de Calcedônia (451), contra o monofisismo, em seus diversos matizes, e contra o nestorianismo, que afirmava, ao contrário, a natureza puramente humana de Cristo, no âmbito da qual o Verbo divino apenas habitaria, como um deus em um templo – estava fadada a um relativo fracasso.

De Constantinopla a Bizâncio

A questão tinha naturalmente implicações imensas. Ela envolvia, antes de mais nada, as relações diplomáticas entre Constantinopla e a monofisista Alexandria, à beira do Nilo, celeiro de grãos do Mediterrâneo, da qual Constantinopla dependia para se abastecer. Envolvia também o problema dos diferentes interesses

representados, de um lado, pelo rico monaquismo monofisista, que desenvolvia um crescente senso de autonomia em relação à Igreja e, de outro, pela sempre mais rígida e poderosa hierarquia eclesiástica. Essa hierarquia remetia, por sua vez, à discrepância, jamais resolvida por Constantinopla, da primazia religiosa de Roma sobre sua própria primazia política e militar. Tal discrepância tornara-se patente desde 376, data da renúncia do imperador Graciano ao título de *Pontifex Maximus*, isto é, ao título de sumo sacerdote, que cabia de direito aos dirigentes romanos desde César, em 63 a.C. Dois anos depois, em 378, o papa Damásio assume pela primeira vez o mesmo título, o que significava que, doravante, uma pessoa diferente do imperador reunia em si o poder religioso máximo a ser reconhecido por todos os súditos do império, cristãos ou não cristãos e, inclusive, ao menos em princípio, pelo próprio imperador. Para tornar o conflito ainda mais agudo, devemos lembrar que desde 392 Teodósio havia transformado o cristianismo em religião única do império, assimilando-a de certa forma, portanto, ao Estado, e que a pessoa do imperador tornara-se divina, ela própria, sendo sistematicamente deificada em vida desde ao menos o século IV.

Quando, na noite de Natal do ano de 800, o papa Leão III consagra Carlos Magno imperador dos romanos em plena basílica de São Pedro, nada mais poderia evitar o conflito entre as esferas de poder. A única saída teria talvez sido unificar os dois impérios por meio de uma manobra dinástica, e Leão III não deixou de tentá-la com suas gestões diplomáticas para unir em matrimônio Carlos Magno e a terrível Irene. Com efeito, esta deixara três anos antes a condição de regente, ao vazar os olhos do jovem filho Constantino VI, para se sagrar imperatriz. Mas tal tentativa devia fracassar, pois Irene seria destronada em 802 por seu ministro das finanças,



Imagem do imperador Justiniano, em prato de faiança

Nicéforo I, cuja origem árabe não o predispunha, de resto, a qualquer outro gênero de aproximação com Roma.

Um século e meio depois, em 968, a chaga estava tão aberta que os legados pontificais que se apresentaram em Constantinopla foram lançados ao cárcere simplesmente porque em suas cartas de apresentação o imperador Oto I era chamado de "imperador augusto dos romanos" e Nicéforo Focas, injuriosamente, de "imperador dos gregos". As condições para o Cisma Oriental de 1054 estavam dadas, mas é talvez possível afirmar que já as grandes crises iconoclastas compreendidas entre os anos 717 e 866 tenham a ver não apenas com a influência do aniconismo árabe, mas também com a impotência dos imperadores a impor a seus súditos a ortodoxia romana.

A história das relações entre Constantinopla e Roma reproduz à sua maneira a dialética da assimilação e da rejeição entre

Ocidente e Oriente. Se nos três séculos e meio que vão de Constantino a Justiniano se observa a preponderância das forças atrativas e assimiladoras, com a dinastia de Heráclio (610-641), como bem demonstrou Georg Ostrogorski, declina rapidamente a idéia de Constantinopla como um Império Romano do Oriente, que se verá ou será obrigado a se ver, paulatinamente, como um Império Grego do Oriente. A rejeição entre os pólos será tal após 1204, com o saque de Constantinopla pelos cruzados e obviamente após o domínio turco, que será necessário cunhar um nome diferente para a cidade que nascera como nova capital do Império Romano. Será a obra, no século XVI, de Jerônimo Wolf, bibliotecário dos Fugger em Augsburg, que a rebatizará justamente com seu nome grego: Bizâncio. ■

LUIZ MARQUES é do Departamento de História IFCH/Unicamp

TEODORA, a grande força

A atriz que assumiu o trono de Bizâncio incitou o imperador a enfrentar rebeldes e assim conquistou o direito de governar

POR CHARLES DIEHL
Tradução de Marly N. Peres

Uma dançarina que se tornou imperatriz, uma mulher que, tanto por sua energia quanto por sua beleza, tornou-se notável: Teodora. Parece não existir uma história mais romanesca que a de sua vida, nem aventura capaz de apresentar uma síntese mais cativante dos graus da condição humana e que nos conduza pela mão ao longo das mais estranhas peripécias. Bruscas modificações de situação, contrastes de miséria e grandeza, intrigas, revoltas, dramas e vinganças se cruzam na existência atribulada dessa criatura que demonstrou extrema coragem. Ela é um exemplo, talvez sem paralelo, de uma atriz que foi grande figura política. Tudo isso começou como nos contos de fada, em que se vê um príncipe desposar a jovem mais humilde. Era uma vez um pobre diabo, Acácio, guardião de ursos no hipódromo. Sua esposa lhe deu três filhas: Comito, Teodora e Anastácia. Quando Teodora veio ao mundo, por volta do ano 500 a.C., Constantinopla, a capital do Império Romano do Oriente, era um misto estranho de idéias e

raças, o luxo da Ásia lado a lado com a barbárie, o poder absoluto convivendo com a anarquia. Um dos traços mais característicos dessa sociedade em evolução era a paixão generalizada pelos jogos e espetáculos de circo. Quando Acácio morreu, sua viúva incentivou as filhas ao teatro.

Teodora era linda: pequena e graciosa. Dessa figura, seu retrato oficial, na igreja de São Vital, em Ravena, guardou pouco. Sob o manto imperial, a imagem parece rígida e longilínea; o diadema lhe pesa sobre a fronte e a peruca esconde as têmporas. A figura miúda tem uma gravidade quase melancólica. Um único traço sobreviveu: a chama dos olhos negros. Teodora tinha, também, a seu favor a inteligência. Espirituosa, ela era dona de uma verve cabotina, que exercia de bom grado contra quem quer que fosse. Atriz e dançarina, apresentava-se em espetáculos e pantomimas.

Sua carreira foi acidentada, construída ao longo de anos de aprendizado e viagens. Esteve na África, onde se viu sem dinheiro, sem posição, sem apoio. Foi nesse estado miserável que chegou a Alexandria, o porto mais importante do mundo. Entreposto monstruoso do Levante, era ao mesmo tempo a cidade mais mística do Oriente,

de Justiniano

cercada pelo deserto. Naquele novo meio, de uma religiosidade intensa, Teodora arrependeu-se e assumiu uma vida mais cristã. Mas não tardou a retomar seu antigo modo de vida. Em Antióquia, para onde se dirigiu ao deixar o Egito, esteve nos lugares menos edificantes: no teatro, no hipódromo, onde era aclamada. Uma noite, sonhou que, de volta a Constantinopla, seria, ali, dona de todas as riquezas do mundo.

Paixão fulminante

De volta a Bizâncio, mais sábia, mais madura, cansada de sua existência errante, desejosa de ter uma atividade séria, a antiga atriz passou a viver de maneira austera. Escolheu uma morada discreta. Caseira, fiava lã, como outrora as donas-de-casa em Roma. Foi quando conheceu Justiniano, sobrinho do imperador Justino e presumível herdeiro do reino. Ele tinha 40 anos, ela 22. Seu triunfo foi tão súbito, tão retumbante e tão completo que seus contemporâneos atribuíram ao fato causas mágicas. Tratava-se, porém, do efeito de uma vontade enérgica sobre um temperamento incerto. Perdidamente enamorado, o príncipe conseguiu a ab-rogação das leis que se opunham ao casamento com atrizes ou ex-atrizes e fez dela sua esposa.

Chegou o dia em que o velho soberano, cansado da coroa, anunciou solenemente seu sobrinho à frente do império, proclamando-o "basileu". Pouco depois, na Páscoa, Justiniano recebia, na basílica de Santa Sofia, a unção feita com o óleo sagrado. A

seu lado, vestida com um longo manto violáceo, a cabeleira entremeadada de espirais trançadas de pérolas e pedras preciosas, Teodora trazia o diadema sobre a cabeça. Paramentada como um ícone, compartilhava o triunfo com o marido. Depois de coroada na basílica, a nova Augusta foi receber as aclamações do povo, no mesmo hipódromo que testemunhara o início de seu trajeto. Seu sonho se fazia realidade.

Alguns meses mais tarde, em 1º de agosto de 527, morria Justino, e a esposa de Justiniano reinaria, ao lado do marido, sobre o mais belo império que havia então no mundo civilizado. O palácio, dentro da capital, era como uma cidade à parte. Ali moravam mais de 10 mil pessoas, entre funcionários da câmara imperial, servidores diretos do príncipe, gente que se responsabilizava pelo silêncio à passagem do basileu, dos intendentess, dos secretários que se ocupavam da correspondência. E mais: soldados da guarda, arautos, meirinhos, arumadeiras, damas de honra. No centro do palácio, no recanto mais secreto, em meio à fresca densidade de ciprestes povoada de mulheres e de eunucos, ali transcorria a vida íntima da imperatriz.

Seu primeiro cuidado era com a beleza. Para ter o semblante sempre descansado e encantador, ela prolongava seu sono da noite com intermináveis sextas. Essa afeição era de cunho político: Teodora sabia muito bem que seu verdadeiro poder vinha da beleza. Ela vestia roupas magníficas e se enfeitava com jóias deslumbrantes. Mul-

À esquerda, a imperatriz Teodora em mosaico da Escola Bizantina, c. 547. Na página ao lado, o imperador Justiniano, em recorte da mesma obra



Mulher retratada em mosaico do século V. Constantinopla

modo que ao final Justiniano, impaciente, ordenou ao arauto que verificasse o que estava acontecendo.

Os Verdes se inflamaram. Queixaram-se de não ter acesso ao palácio e ao governo, de serem excluídos. Seus oponentes, os Azuis, começaram a insultá-los: “Vagabundos, blasfemadores, inimigos de Deus, quando vocês vão calar a boca?”. A resposta: “Se Sua Majestade, três vezes augusto, ordenar, nos calaremos, mas contra a vontade. Boa-noite, Justiça! Eis-te morta. Boa-noite, vós todos. Partimos”. Em massa, os Verdes deixaram o hipódromo. Era a maior afronta que se podia fazer à majestade imperial. A repressão não se fez esperar. O prefeito mandou deter um bom número de revoltosos; quatro deles foram decapitados, três enforcados. Um deles era Azul. Isso uniu os dois partidos contra o governo.

Poder da palavra

Justiniano julgou adequado mostrar pulso firme. No dia 15, ele mandou que os soldados da guarda investissem contra os insurretos. No decorrer da luta, os rudes mercenários empurraram os sacerdotes de Santa Sofia, que levavam em suas mãos as santas relíquias, vindos da basílica, para tentar separar os combatentes. Desencadeou-se, no seio da devota população de Bizâncio, uma revolta generalizada contra o sacrilégio. Das janelas, do alto dos telhados chovia sobre as tropas uma tempestade de telhas e pedras. As mulheres participaram da batalha. Desconcertados, os soldados bateram em retirada na direção do palácio, e para coroar a confusão o povo vitorioso ateou fogo às construções públicas das vizinhanças. Durante três dias, o fogo, impulsionado por um vento violento, lambeu com suas chamas a cidade. Mais de um quarto da capital foi reduzida a cinzas; havia pilhas de cadáveres.

Em 18 de janeiro, no terceiro dia de revolta, Justiniano tentou um último gesto. Pelos corredores que levavam do palácio ao

A beleza da imperatriz, registrada com arte em um prato de faiança



“Se queres fugir, César, tudo bem: tu tens dinheiro, os navios estão preparados, o mar se abre diante de ti; quanto a mim, eu fico”

camarote imperial, ele se dirigiu ao hipódromo. Mandou abrir as grandes portas de bronze da tribuna e fez sua aparição, tendo à mão o Evangelho. Prometeu, solenemente, perdoar a todos, se os revoltosos depusessem as armas. Foi recebido por insultos: “Mentiroso! Asno! Perjuízo!”. Pedras cruzavam o ar rumo à tribuna imperial; ofensas choviam sobre Justiniano e Teodora. Não restava nada a fazer senão se retirar.

Às pressas, pelos jardins que conduziam ao mar, navios foram carregados de riquezas do tesouro imperial. Justiniano preparava-se para fugir pelo mesmo caminho. O conselho supremo se reuniu; Teodora estava presente. Permaneceu, inicialmente, impassível e silenciosa. De repente, indignada com a covardia de todos, lembrou os deveres do imperador e de seus ministros,

que estavam prestes a desistir de qualquer ação. Suas palavras foram contundentes. Disse que mesmo se não houvesse outra saída que não a fuga, ainda assim ela não queria fugir, pois todos aqueles que usaram sobre suas cabeças uma coroa não podem sobreviver à sua perda: “Em hipótese alguma conhecerei o dia em que não mais serei chamada de imperatriz. Se queres fugir, César, tudo bem: tu tens dinheiro, os navios estão preparados, o mar se abre diante de ti; quanto a mim, eu fico. Amo a máxima que diz que a púrpura é um bom sudário”. Justiniano e seus conselheiros mudaram de atitude. Começou a ofensiva das tropas imperiais, com uma chuva de flechas sobre a multidão no hipódromo. Sem defesa, as pessoas tentavam fugir, mas estavam cercadas. O massacre foi impiedoso.

so: restaram milhares de cadáveres no solo ensangüentado do hipódromo. A insurreição fora dominada, graças a Teodora. Por isso, a revolta de Niká foi um momento decisivo na vida da imperatriz. Naquele dia de crise ela se revelou e, dali em diante, assumiu no Conselho o lugar que devia, diante da fraqueza do imperador. Tinha o senso dos grandes negócios e o espírito de realização, além da percepção das necessidades do governo. Administrou de modo soberano, e muito bem.

Durante os 21 anos em que reinou, teve mão forte sobre todos os assuntos, na administração que povoou com seus protegidos, na diplomacia, na política, na Igreja. Fazia e desfazia, em função de seus interesses, papas e patriarcas, ministros e generais, sempre tão pronta a favorecer o destino de seus favoritos quanto a arruinar o crédito e o poder de seus adversários. Infeliz de quem lhe fizesse sombra. Seu rancor não conhecia piedade. Em 29 de junho de 548, Teodora morreu de câncer, após longa enfermidade.

Pela última vez, toda Bizâncio desfilou em procissão grave, diante dela. No final do longo cortejo, vieram os príncipes e o próprio Justiniano, em lágrimas, destruído pela dor. Ele oferecia à mulher que amava, como último presente e suprema lembrança, jóias suntuosas, tecidos magníficos, todo um aparato fúnebre que a acompanharia em sua tumba, como último reflexo daquele luxo e daquelas pompas que ela tanto amara. Sua última morada foi a igreja dos Santos Apóstolos. Justiniano jamais esqueceu a sedutora criatura, a colaboradora inteligente e ousada. Muitos anos mais tarde, quando queria fazer uma promessa solene, tinha o costume de jurar sobre o nome de Teodora.

CHARLES DIEHL foi uma autoridade no tema Bizâncio e membro da Academia Francesa

HIPÓDROMO,

centro de disputas de poder

Como era o dia dos jogos, feito de cerimoniais prévios e delírio, apostas e costumes sanguinários

POR RENÉ GUERDAN

Tradução de Marly N. Peres

O estrangeiro que entrava em Bizâncio deparava-se, desde a chegada, com uma série de fatos insólitos. Se vagasse ao acaso por entre os monumentos, veria a seguinte inscrição: "Christos basileus". Ou seja, Cristo, imperador de Bizâncio. Quando recebesse moedas de ouro num banco, poderia ver nelas a imagem impressa de Cristo, cingida de um diadema imperial. Sob os portais, a representação iconográfica do Messias, como imperador. Na rua, ouviria salmos e cânticos, ao mesmo tempo que

uma cruz colossal emergiria à frente de um cortejo; em cadência, ele ouviria gritar "Cristo Vencedor" – não uma procissão, mas um desfile de soldados.

Para os bizantinos, o imperador de Bizâncio era Cristo. O filho de Deus, em busca de um povo, teria eleito a eles. O império bizantino era o palco de uma representação espetacular, na qual o protagonista desempenhava o papel de Cristo. O imperador não se vestia, ele se fantasiava, como um ícone. O palácio não era decorado como residência, mas como igreja.

O imperador morava alternadamente numa dúzia de palácios de luxo. O Palácio Sagrado, o principal, era um conjunto de sete residências, com jardins enfeitados por pavilhões, pérgolas, fontes e piscinas. Com suas salas de concerto, seus museus, suas câmaras de audiência e de amor, suas igrejas, 20 mil empregados domésticos não era demasiado para servi-lo. No imperador concentravam-se os poderes: o executivo, o legislativo, o judiciário e o religioso. Ele nomeava e demitia ministros, fixava as taxas e a quantidade de impostos, comandava os

exércitos, fazia e desfazia as leis, designava e cassava o patriarca.

O imperador deixara também de consultar o povo, cujos representantes, os "Verdes" e os "Azuis", já não desempenhavam nenhuma função pública. A seu povo, o imperador destinava, agora, uma válvula de escape, um terreno de disputas: o hipódromo. Mais do que uma pista de corridas, o hipódromo era uma arena política, o reduto por excelência da vida pública. Imaginemos dois componentes de nossa vida política, a esquerda e a direita

colocando a possibilidade de vitória não no número de votos contados, mas no turfe, e teremos uma idéia mais precisa do que era o Hipódromo de Bizâncio.

Na realidade os dois partidos, os Verdes e os Azuis, assim chamados em razão das cores que ostentavam, que representavam um as camadas populares, outro as mais abastadas, se enfrentavam ali, já que naquele império autocrático não existia nenhum outro meio de expressão política.

Em Bizâncio, o cocheiro era um personagem eminente, que antes de

qualquer corrida era escolhido pelos que representava e, uma vez vitorioso, recebia as insígnias de honra. Erigiam-se em sua homenagem estátuas com belas inscrições no pedestal, onde se podia ler que ele era o amante de Vênus ou o favorito da Vitória, em vez de alguma inscrição que atestasse o reconhecimento manifesto da pátria. Nas províncias mais afastadas, talvez se ignorasse o nome do basileu, mas não a glória de um Anquiso, de um Caliope, de um Anatelon, cujas bigas cruzavam tantas vezes a linha de



Dois dos quatro cavalos da basílica de São Marcos, em Veneza: um símbolo de Bizâncio

© THE IMAGOPHANT ART LIBRARY/GETTY IMAGES

O imperador aparecia diante dos 100 mil espectadores. Fazia, com a mão escondida, três vezes o sinal-da-cruz, sobre a multidão reunida



Chifre de marfim, que teria sido usado para dar início às corridas eqüestres em Constantinopla, séculos X-XI

MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

chegada em primeiro lugar. Para um bizantino, o hipódromo era antes de mais nada o local onde se gritava, se ameaçava os outros com o punho cerrado – enfim, um lugar onde se ardia em febre.

Desde a véspera, a flâmula que anunciava as corridas tremulava ao vento, acima da porta do hipódromo. No pátio interno circundado pelas estrebarias, os cavalos de corrida, sob o olhar dos cavaleiros eram passados em revista. O pessoal do hipódromo, acompanhado pelos representantes da corte, dirigia-se à pista para verificar a solidez das barreiras e o funcionamento do mecanismo que ao sinal de partida abria as portas dos boxes, de onde se lançavam as bigas rivais. Finalmente, na tribuna do presidente dos jogos, tirava-se a sorte para designar o concorrente que se postaria próximo à corda que assinalava o limite interior da pista.

Desde a véspera, a multidão invadia o hipódromo. Ela passaria a noite nos degraus. Ninguém queria perder os jogos. Além disso, que prazer o de assistir aos preparativos, o de dizer gracejos ao pessoal do circo, incitando-os a testar a solidez das bigas, a nivelar a arena, cujo solo era feito de areia nova e pó de cedro. Estavam todos ali: o camponês da Trácia pressionado pelo fisco, o montanhês de Ródope armado até os dentes, o pirata do arquipélago, de luxo insolente, o franco vindo do Ocidente, o árabe do Egito, da Síria ou da Sicília, de roupas amplas. Dignitários da corte e embaixadores estrangeiros sentavam-se não distantes do imperador. Os membros de clubes se postavam sobre os degraus mais próximos da arena – os Azuis no hemicírculo da direita, os Verdes no da esquerda. No dia seguinte, suas túnicas leves se encharcariam de suor. A noite caía, mas todos permaneciam no anfiteatro, preocupados em não perder o lugar.

Finalmente despontava a aurora. Fora do circo, nada funcionava. Oficinas, lojas, ancoradouros do porto, tudo ficava fechado. De súbito, fazia-se um movimento extraordinário. Soavam cantos e aclamações. No alto das escadarias, surgia o chefe de cada facção. Ele benzia seu clube com três sinais-da-cruz; e mil gargantas aclamavam em cadência: “Salve, Senhor! Que sempre e para sempre este dia seja para ti um belo dia!”. Uma orquestra de flautas e címbalos emitia notas estridentes, enquanto gemiam órgãos de foles. Os cânticos entoavam o refrão de boas-vindas: “Vem, vem, tu – servidor dos soberanos coroados de Deus: vem, vem, tu – eleito de nossos benfeitores; vem, vem tu – protospatário [título honorífico conferido pelo imperador], obediente subordinado dos Augustos!”. O terraço, que se estendia num nível inferior ao camarote imperial, enchia-se de soldados. Tudo estava em seu lugar. Só faltavam o imperador e sua corte.

Cerimoniosamente, eles também se preparavam. Despertos antes da aurora, os dignitários apresentavam-se diante da porta das Skyles e, introduzidos no recinto do palácio pela Papias e pela Heteriarca, dirigiam-se ao hipódromo chamado de “coberto” para se trocar. Em seguida, reunidos, esperavam que surgisse o imperador. Ele também se levantara com o nascer do dia, e como exigia o rito, saía de seu pavilhão feito de ouro, o *Chrysotriclinos*, para proceder a seus atos de devoção num dos pavilhões do palácio, o de Daphne, construído por Constantino, o Grande. Diante de cada um dos oratórios, ajoelhava-se três vezes, enquanto o grande preposto lhe entregava as velas que outros serviçais – todos eunucos – tinham acendido. Em seguida, entrando na pequena igreja contígua, de Santo Estêvão, subia a escadaria secreta espiralada que levava a seu aposento privado no circo, a *Cathisma*, de onde, protegido dos olhares observava os últimos preparativos.

Sinais-da-cruz

Chegava então o grande preposto: “Tudo está pronto, Augusto!”. A passos lentos, coberto com a clâmide imperial, ele era adorado pelos dignitários, todos com o rosto contra o chão. Só depois era aberta a porta interior da *Cathisma* e, passando pela soleira do camarote imperial, o imperador aparecia diante dos 100 mil espectadores. Silêncio prodigioso. Em pé, fazia, com a mão escondida sob uma dobra da clâmide, três vezes o sinal-da-cruz, sobre a multidão reunida: à direita os Azuis, à esquerda os Verdes, e ao centro, o restante da população. Nesse momento, explodiam os vivas, os órgãos gemiam, os cânticos elevavam-se para, depois, dar lugar de novo ao silêncio. O momento decisivo havia chegado. O do sinal que abriria as portas da loucura.

© AGF BRUNELLESCHI

E ele era dado. Sob a tribuna dos cárceres, no nível do chão, abriam-se quatro portas, quatro barreiras desciam, quatro bigas atreladas com quatro cavalos de corrida lançavam-se. Coxas e braços nus, o chicote entre os dentes, o punhal à cintura, com o capacete nas cores próprias a cada um, segurando as rédeas, os condutores de bigas, em pé, pareciam voar. Antes de cruzar a linha de chegada, os veículos ligeiros, de duas rodas, faziam sete vezes a volta dos 370 metros de pedra que dividiam a arena em duas pistas. Havia um momento especial: aquele em que era feita uma curva, pois em cada extremidade da *spina* – espinha central – erguia-se um triplo limite que formava um promontório, a meta.

Ali, eram freqüentes os “naufrágios”: os cavalos prostravam-se; as bigas chocavam-se; os veículos que vinham atrás tombavam e, num minuto, condutores e bigas misturavam-se num caldo sangrento. E, enquanto – inclinados para a frente, músculos tensos, traços crispados –, os cocheiros se ultrapassavam, eram pegos em ondas de areia que os participantes levantavam ao brandir o chicote, os clubes faziam ouvir seu canto, suas súplicas.

Cada uma das corridas durava cerca de meia hora. Elas se sucediam em ritmo acelerado, espaçadas pela coroação do vencedor. Após a quarta, vinha o intervalo, com exibição de animais exóticos e acrobacias. Tratava-se, sobretudo, de rir: palhaços e anões se exibiam, treinadores seguravam pela trela crocodilos dourados, acrobatas cavalgavam avestruzes pintados de lilás, atores faziam pantomimas.

Volúpia do horror

Em outros momentos, os chefes das facções concordavam em se atacar, profereindo chistes grosseiros e injúrias combinadas. Mesmo ali, o bizantino não deixava de fremir. A esperança de assistir a um acidente fazia com que apreciasse os números dos saltimbancos. Com voluptuoso horror, freqüentemente via um acrobata chegar



Mosaico do século VI retratando as corridas, encontrado em Gafsa, na Tunísia

quase até o cume do alto obelisco, para em seguida ser tomado de vertigem e cair de uma altura tal que quebrava todos os ossos. Com o intervalo, terminava a manhã. Mas o espetáculo ainda não tinha acabado, as corridas recomeçavam à tarde.

Naquele ínterim, comia-se. Ninguém deixava o hipódromo. Cada um desembulhava suas provisões ali mesmo, sobre os degraus: carnes secas, peixes salgados, ervilhas fritas, frutas. Algumas vezes o imperador oferecia o almoço. A população, que terminava de se refestelar, clamava pelo basileu, com cânticos insolentes. O grosseiro Focas não suportava isso. E tinha lá seus motivos. Após as invocações respeitadas: “Levanta-te, ó sol imperial, levanta-te, aparece!”, os clubes não demonstravam a gritar: “Pronto, já fizeste demais a

feita com tua garrafa, já deves estar tonto!”. O tirano mandava a guarda cortar cabeças, narizes e orelhas. Uma carnificina. Poucos anos mais tarde, é verdade, o povo teve o consolo de ver Focas assado vivo por seu sucessor, Herádio.

Desse hipódromo, hoje, só restam vestígios. Primeiro os cruzados e, depois, os turcos se encarregaram de fazer desaparecer dele as riquezas e quase as marcas. No entanto, continuamos a admirar um de seus tesouros: os quatro cavalos de bronze dourado que se erguiam na tribuna dos cárceres, face ao alvéolo do circo. Esses quatro cavalos são justamente os que enfeitam a galeria do primeiro patamar da basílica de São Marcos, em Veneza.

RENÉ GUERDAN é historiador

GLOSSÁRIO

Verdes e azuis: clubes; em Roma havia quatro: vermelhos, verdes, braços e azuis; em Bizâncio, os vermelhos se fundiram aos verdes, e os brancos, aos azuis.

Quatro cavalos: evocavam as estações do ano, assim como as quatro cores das facções, os elementos.

Spina: eixo central localizado no centro do hipódromo; era um longo pódio de pedra, em volta do qual aconteciam as corridas.

Sete voltas: quantidade de trajetos completados a cada jogo.



UM MILÊNIO DE ARTE METROPOLITANA

De 330 a 1204, as maravilhas criadas nos ateliês de Constantinopla, mais os sublimes mosaicos de Ravena

POR LUIZ MARQUES

Ilustrar com um número restrito de imagens mais de um milênio de sensibilidade visual de uma civilização não é possível sem ter em vista dois critérios. O primeiro é o da abrangência e o da imparcialidade. Ele recomenda não deixar na sombra nenhum dos grandes períodos desta história artística, o que supõe uma distribuição mais ou menos uniforme das obras ao longo deste arco histórico. O “milênio” em questão vai de 300 a 1200 e não a 1453, data da queda de Constantinopla nas mãos dos turcos. A história da arte de Constantinopla termina em 1204, com a destruição da cidade pelos cruzados. Deter-se em 1453 seria arbitrário, porque a arte bizantina prolonga-se fora de Cons-

tantinopla, até o século XIX. Mas a abrangência no tempo (330-1204) tem por contrapartida uma rigorosa delimitação no espaço. Em oposição ao primeiro critério, o segundo é restritivo, dada a necessidade de um certo foco e, portanto, de sacrificar áreas inteiras da Europa, da Ásia e da África que acolheram a arte de Constantinopla e dela desenvolveram acepções próprias. Mesmo após a expansão eslava, árabe e turca, a cultura visual bizantina estende-se a leste, pela Ásia Menor, a Palestina, a Síria e a Pérsia sassânida; a noroeste e a norte, pelas duas margens do Loire, do Reno e do Danúbio até a Rússia; a oeste e ao sul, por toda a borda do Mediterrâneo e pela África oriental. Impunha-se um

recorte preciso: o de nos atermos à arte metropolitana, produzida pelos ateliês. A única exceção foram os mosaicos de Ravena, pois sem eles ficaríamos privados de um dos momentos mais elevados da arte de todos os tempos. Tal recorte deve-se a razões práticas de espaço e não de um julgamento de valor. Dos anos de Constantino aos dos Comnenos, a arte de Constantinopla transforma-se imensamente: não foi sufocada e enrijecida pelos ditames da religião e do Estado. Se após o iconoclasma (séculos VIII e IX), ela tende a se estabilizar, isto pode ser entendido não já como um declínio, mas como um aprofundamento ininterrupto de sua própria vocação não-naturalista.

Roma, Palazzo dei Conservatori

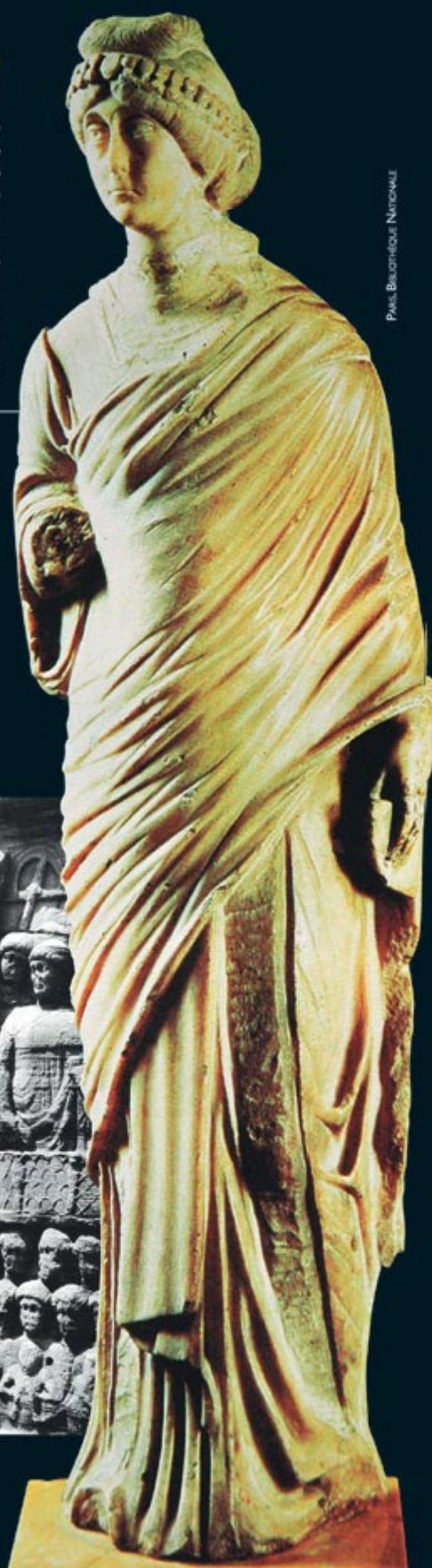
CABEÇA DE UMA ESTÁTUA COLOSSAL DE CONSTANTINO, O GRANDE (285-337) 177 cm. de altura, Roma, Palazzo dei Conservatori. Primeiro imperador cristão e fundador de Constantinopla, Constantino radicaliza as tendências anticlassicas da arte romana do século III, lançando as bases da monumentalidade hierática e antinaturalista da arte bizantina





MAUSOLÉU DE GALLA PLACIDIA (425-450). Obra-prima da primeira arte bizantina. Trata-se de uma capela fundada pela Imperatriz, não de seu mausoléu, pois foi ela provavelmente sepultada no mausoléu de seu pai, Teodósio, o Grande, em São Pedro, em Roma. Braço norte. Na luneta, o Cristo como Bom Pastor. A cena idílica guardaria ainda memória das antigas conexões entre os cultos cristão e órfico

ESTATUETA DE AELIA FLACILLA (morta em 386), Imperatriz, primeira esposa de Teodósio. Constantinopla, mármore, 78 cm. 380-390. Paris, Bibliothèque Nationale. A cabeça foi quebrada e reposta, encurtando um pouco o pescoço. O diadema e o diptico na mão esquerda certifica que a estátua é posterior a 379, data em que Aelia Flacilla é nomeada Augusta



PARIS, BIBLIOTHÈQUE NATIONALE

TEODORA E OS PRINCIPAIS DIGNITÁRIOS DE SUA CORTE, mosaico da parede direita da abside da igreja de San Vitale, Ravena, anterior a 548. Entre as figuras, estão provavelmente Antonina e Giovannina, mulher e filha de Belisário



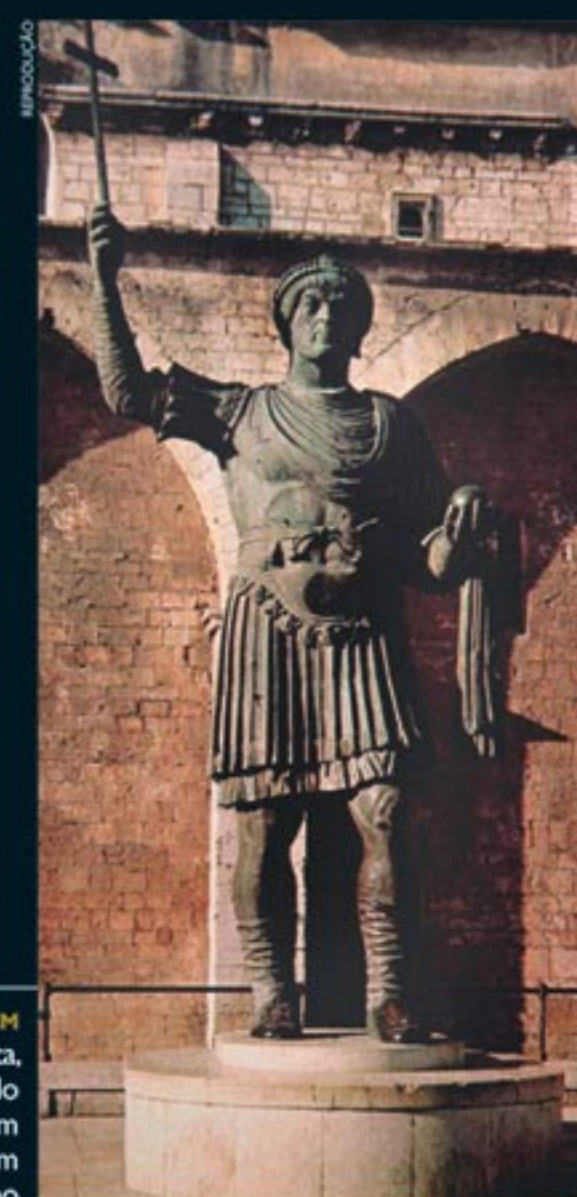
IGREJA DE SAN VITALE, RAVENNA



JUSTINIANO E OS PRINCIPAIS DIGNITÁRIOS DE SUA CORTE, mosaico da parede esquerda da abside da igreja de San Vitale, Ravena, anterior a 548. No séquito de Justiniano, reconhecem-se o arcebispo Maximiano e talvez Belisário, o conquistador de Ravena

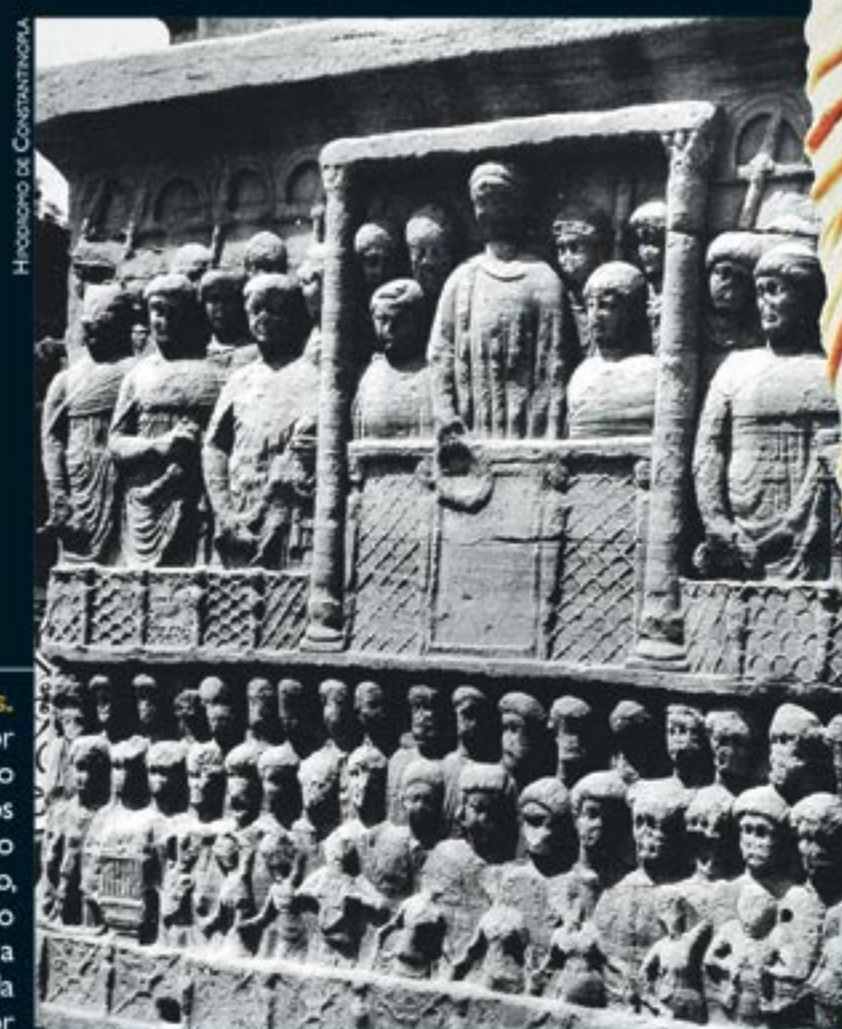
IGREJA DE SAN VITALE, RAVENNA

ESTÁTUA COLOSSAL DE MARCIANO, IMPERADOR EM CONSTANTINOPLA (450 - 457). Bronze, 510 cm, Barletta, em frente à igreja do Santo Sepulcro. Figura-chave do Concílio de Calcedônia, que ele convocou em comum acordo com o papa Leão Magno, e no qual prevalecem as teses ortodoxas contra o monofisismo



REPRODUÇÃO

TEODÓSIO ASSISTE AOS JOGOS. Base do Obelisco do Imperador Teodósio I (379-395) no Hipódromo de Constantinopla. Alinhando os espectadores dos jogos, como soldados em um batalhão, esta composição suprime o espaço e subordina a composição e a escala à figura central e agigantada do Imperador



HIPÓDROMO DE CONSTANTINOPLA

CÁLICE DE ANTÍOQUIA, prata dourada, 19 cm. Síria, 500-550. The Metropolitan Museum of New York. Há duas figuras do Cristo, sem barba e com barba, aclamados pelos apóstolos e cercados de símbolos da Eucaristia. Representam o Cristo do Julgamento Final e o Cristo ensinando, como um filósofo antigo



THE METROPOLITAN MUSEUM OF NEW YORK



Externo de Hagia Sophia, 532-537



Interno de Hagia Sophia, 532-537



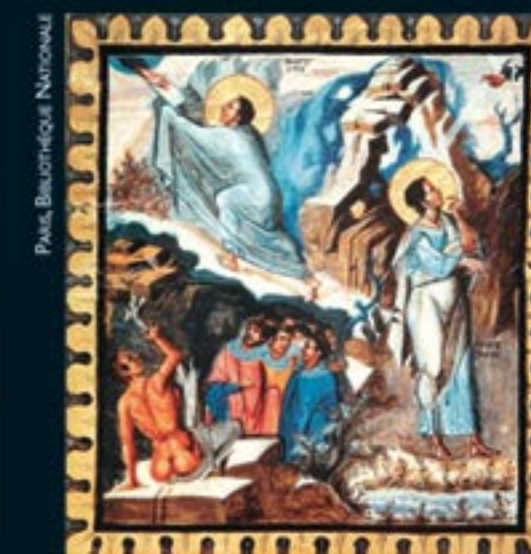
"IMPERADOR TRIUNFANTE" (Anastácio ou Justiniano) e defensor da fé. Asa de um díptico de marfim, 34,2 x 13,4 cm, 491-518 ou 527-550, Paris, Louvre. Atrás da lança, um bárbaro; por terra, uma alegoria da Terra, tocando o pé do Imperador; acima, o Cristo imberbe em um clipeo; embaixo, a Vitória, bárbaros exóticos e feras prestam homenagem

MENOLOGION DE BASÍLIO II. Constantinopla, 985 ca., 36,5 x 28,5 cm., Simão, o Estilita. Biblioteca Apostolica Vaticana (Vat. gr. 1613)



BIBLIOTECA APOSTOLICA VATICANA

DE MATERIA MEDICA (Os materiais da medicina) de Pedanius Dioscorides de Anazarbos. Constantinopla, 950 ca., The Pierpont Morgan Library, New York



PARIS, BIBLIOTHÈQUE NATIONALE

SALTÉRIO DE PARIS. Moisés recebendo as tábuas da Lei, 950-1000. Paris, Bibliothèque Nationale

THE PIERPONT MORGAN LIBRARY, NEW YORK



COBERTURA DE LIVRO COM CRISTO PANTOCRATOR. Constantinopla, 975-1025. Prata dourada sobre madeira, ouro e esmalte cloisonné, 29 x 21 cm. Veneza, Biblioteca Marciana (Ms. Lat. Cl. I. 100)

JOÃO EVANGELISTA (fol. 106 v.), Novo Testamento, 1133. Têmpera e ouro, 22 x 18 cm. The Paul Getty Museum, Los Angeles



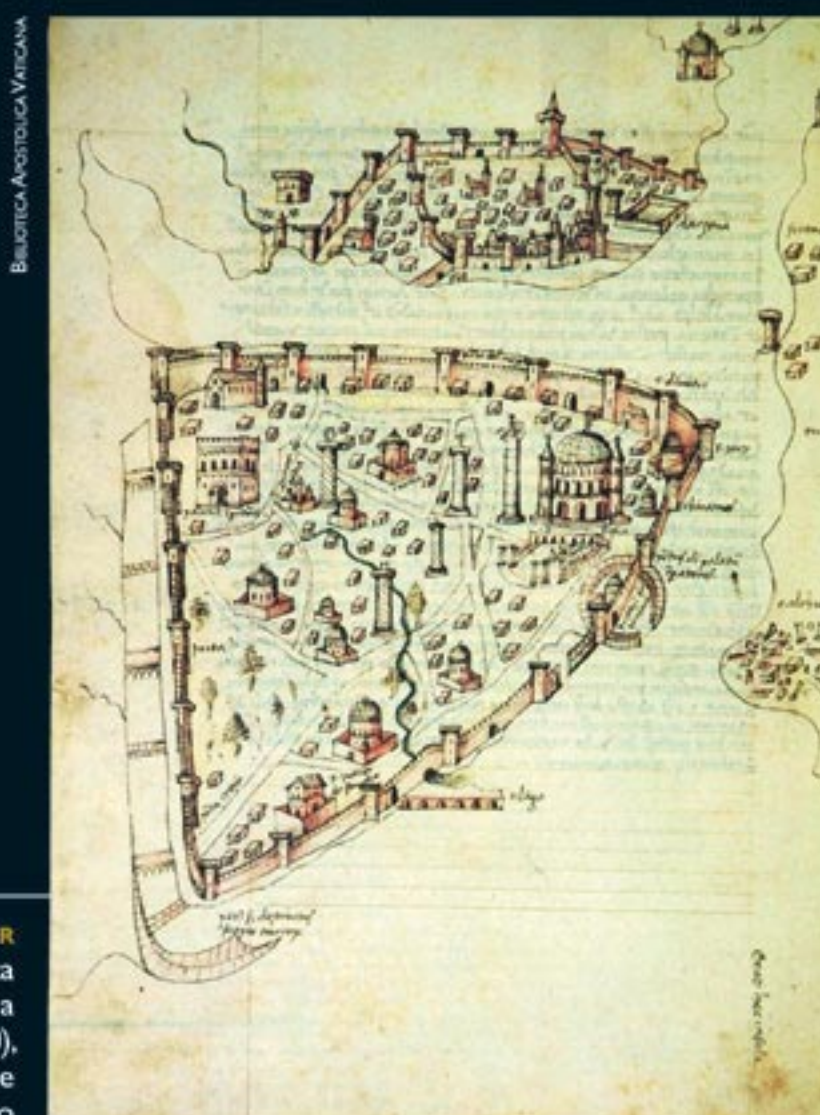
Página de Lecionário com o Evangelista Marco. Constantinopla, 975-1025. Têmpera e ouro, 26 x 19 cm



ÍCONE COM A TRANSFIGURAÇÃO DE CRISTO. Constantinopla. Mosaico, bronze dourado, mármore, lápis-lazúli, vidro e cera sobre madeira. 1180-1200. Paris, Louvre

MAPA DE CONSTANTINOPLA EM UMA MINIATURA DO LIBER INSULARUM ARCHIPELAGHI, de Cristoforo Buondelmonti. Biblioteca Apostolica Vaticana (Codex Rossiano 702). O autor viaja a Constantinopla em 1420. Entre as muralhas de Teodósio II (408-450), reconhecem-se Haiga Sophia, o hipódromo, as colunas honorárias de Constantino, Teodósio I, Arcádio e Justiniano

Ícone com a Crucificação. Constantinopla ou Sinai, têmpera sobre madeira, 28 x 21 cm. Monastério de Santa Catarina em Monte Sinai, 1100 ca.



Inimigos à espreita, nas fronteiras

Para sobreviver, o império lutava em três frentes: os normandos da Sicília, a oeste, os pechenegues, ao norte, e os seljúcidas, a leste

POR MIKAËL NICHANIAN
Tradução de Roberto Espinosa

O imperador que recebeu em Constantinopla os soldados da Primeira Cruzada em 1096, Aleixo I Comneno, desempenhava em Bizâncio o papel de um soberano excepcional. Tinha 24 anos quando assumiu, em 1081, à frente de um império em decomposição. Fundador de uma dinastia, durante seus 37 anos de reinado, empenhou-se em impedir o desaparecimento de Bizâncio sob os ataques de adversários em superioridade numérica. O império era, então, obrigado a lutar para sobreviver em três frentes: a oeste contra os normandos da Sicília, ao norte contra os pechenegues e, a leste, contra os seljúcidas, instalados na Ásia Menor desde a batalha de Manzikert em 1071.

A chegada dos primeiros cruzados a Constantinopla tornou ainda mais tumultuado o clima de um império que lutava para sobreviver. No século XI, o Império Romano do Oriente já não era

a grande potência orgulhosa da época de Justiniano (527-565), que controlava todo o Mediterrâneo oriental. No século VII, Bizâncio perdera seus territórios mais ricos, a Síria, o Egito e a África do Norte, e se reduzira à Ásia Menor. Desde 636, não era mais do que uma potência regional dominada pelos exércitos árabes. Depois de 800, até suas pretensões imperiais passaram a ser contestadas pelo rei dos francos, Carlos Magno.

A defasagem entre as ambições universais e a realidade medíocre raramente se manifestara de forma tão clara quanto no século XI. Bizâncio atravessava uma das crises mais graves de sua história. Como nos momentos sombrios do século VII, a própria existência do império estava ameaçada. Até 1071, ele ainda dominava o conjunto da Ásia Menor e Anatólia e se estendia a leste até a Armênia. Ao sul, controlava a Sicília, Antioquia e a franja costeira

do norte da Síria. Mas, em dez anos, após a batalha de Manzikert, os emires turcos haviam expulsado os exércitos bizantinos de toda a Ásia Menor e multiplicavam seus ataques nas imediações de Constantinopla. Os grandes generais do império valiam-se da iminente ameaça externa e da desorganização interna para projetar suas ambições políticas. Golpes de Estado, revoluções palacianas e outras tentativas de usurpação do poder sucediam-se em ritmo rápido, agravando a desordem. Os exércitos bizantinos lutavam entre si.

Aliança entre clãs

Na época de sua ascensão, em 1081, Aleixo I Comneno já era um general consagrado. Oriundo de família militar tradicional, dirigira diversas campanhas contra os usurpadores. Mas, agora as qualidades de estrategista, seu principal talento era um profundo conhecimento dos clãs

da capital, o que lhe permitia unificar a aristocracia em torno de sua família, fortalecendo sua base e sua legitimidade. O sucesso pessoal lhe permitiu alojar o clã dos Comnenos no vértice do estado durante mais de um século.

Para chegar ao poder imperial, Aleixo apoderou-se pela força da capital ao final de uma rebelião militar conduzida por duas grandes famílias, os Ducas e os Comnenos. A aliança entre elas é exemplar da história do final do século XI, caracterizada pela rivalidade e pela cumplicidade de grupos familiares. O clã dos Ducas pertencia à aristocracia da capital, o dos Comnenos era oriundo das dinastias militares da Ásia Menor. As duas famílias já tinham ocupado o trono diversas vezes, na segunda metade do século XI. A cumplicidade entre elas revelou-se no grande dia da usurpação de Aleixo. Os Comnenos, os Ducas e seus partidários deixaram Constantinopla em



Iluminura do século XIII mostra ataque dos árabes a Edessa, que estava sob domínio do Império Bizantino. Os embates ocorreram de 1031 a 1098

segredo, para se agrupar em Tzouroulon, na Trácia, onde Jean Ducas se juntou a eles. Durante a marcha para tomar Constantinopla, pararam na cidade de Schiza. Lá fizeram um conselho de guerra, que era também um conselho de família, para decidir quem assumiria o trono, Aleixo ou seu irmão Isaac.

Os Ducas, e sobretudo o César Jean, fizeram a balança pender em favor de Aleixo, que era marido de uma Ducas. Conseguiram que seu candidato fosse aclamado pelas tropas. Partiram novamente para Constantinopla, mas com tão poucos combatentes que seria impossível invadi-la sem a traição da guarda germânica das muralhas. Mesmo depois de entrar na cidade, Aleixo hesitou em marchar direto para o palácio. Foi o César



Aleixo I Comneno, em mosaico do século XII. Na outra página, retrato da imperatriz Irene, conhecida por sua crueldade e obstinação, séc. XII

Constantinopla. O imperador decidiu defender as províncias ocidentais, retirando suas tropas da Ásia Menor para afastar o exército normando. Mas a fuga dos mercenários turcos e paulicianos do campo de batalha provocou sua derrota. No outono de 1082, os normandos controlavam o norte da Grécia e o oeste da Bulgária bizantina e faziam o assédio de Larissa.

Solução desesperada

O império passou a depender de uma solução desesperada. Aleixo confiscou os bens da Igreja e concedeu a seu aliado veneziano privilégios comerciais

A leste, na Ásia Menor, os turcos seljúcidas prosseguiram sua expansão sem encontrar resistência séria, enquanto o imperador estava ocupado nos Bálcãs. O território do sultanato de Rum estendia-se de Nicéia, capital de Suleiman, a Esmirna, o quartel-general do emir Tchaka. Outra tribo turca, a dos danishmendites, controlava a Anatólia oriental.

Restavam somente alguns bolsões bizantinos de resistência: as imediações de Constantinopla, o Ponto e notadamente a Paflagônia, a costa meridional em torno de Atalia e uma parte da Capadócia. O general Filaretos Brachamius tentou defender uma região ainda isolada do império, compreendida pela Cilícia, Antioquia e Edessa. Os turcos controlavam, nessa época, a maior parte da Anatólia e ampliavam suas incursões nas áreas que ainda estavam fora de seu controle.

Suleiman partiu de Nicéia, atingiu o norte da Síria e se apoderou de Antioquia, em 1085, e de Edessa, em 1086, que os cruzados retomariam dos turcos por sua própria conta menos de 10 anos mais tarde, em detrimento do imperador, que estava empenhado em restabelecer sua autoridade na região. Após 1086, os portos de Trebizonda, Atalia, Éfeso e Héracles do Ponto representavam os últimos locais de ancoragem bizantina na Anatólia. A Ásia Menor estava quase inteiramente perdida, mas Aleixo pretendia reconquistar os Bálcãs e as ilhas gregas do mar Egeu.

A passividade diante da expansão turca na Anatólia, porém, teria consequências graves para a estabilidade do poder imperial. Isto porque as grandes famílias da Ásia Menor derrocadas do poder não estavam nem um pouco satisfeitas com a prioridade militar dada à defesa das províncias



Em perigo tanto internamente quanto no exterior, Aleixo Comneno, à testa do império e de um exército em ruínas, apoiou-se prioritariamente, para governar, na sua família e na de sua mulher, Irene, oriunda da linhagem dos Ducas. Confiou a gestão do estado a sua mãe, Ana Dalassena. Sistematizou a distribuição dos grandes territórios a membros de sua parentela. Mas a grande novidade foi o direito que lhes concedeu de cobrar imposto, conservando o produto sem a intervenção do Estado. Além disso, eles foram honrados com títulos excepcionais, criados por Aleixo, como "panhypersébaste" ou "protosébaste" (do grego "sebastos", venerável), que definiam os círculos da parentela imperial. Assim, em alguns anos, passou-se de um regime de legitimidade ainda respeitosa aos interesses

ocidentais em detrimento da reconquista da Anatólia. Os aristocratas originários do Oriente acreditavam que perderiam definitivamente seus bens, pois os turcos consolidariam o domínio do território.

Rito de passagem

Desse ponto de vista, a inação de Aleixo na Ásia Menor era surpreendente, ainda mais porque, em 1081, o controle turco da região era parcial e frágil. Uma reação militar enérgica era ainda possível, mas Aleixo estaria desperdiçando forças consideráveis contra os normandos. Como mesmo a capital permaneceu ameaçada até 1091, a oposição dessa franja da aristocracia foi reduzida. Porém, uma vez descartado o risco a oeste, os clãs originários da Anatólia começaram a revoltar-se com a demora do imperador. Essas famílias, vinculadas aos Comnenos, como os Antiochos, os Diógenes ou os Skleroi, participaram então de diversos complôs abortados.

do Estado a um regime no qual o Estado pertencia a uma família. A instituição imperial de alguma forma foi provisoriamente reforçada, mas desviada de sua tradição secular e, por assim dizer, privatizada.

Para aumentar seu poder e sua legitimidade, Aleixo Comneno casou a filha mais velha, Ana, com o filho do imperador destronado, Constantino Ducas. Mas, após a morte prematura do príncipe, Ana, destinada a assumir o trono, acabou sendo descartada em favor de um herdeiro macho. Ela escreveria o relato do reinado de seu pai, uma das grandes obras históricas de Bizâncio, a *Alexiáda*. Naquelas circunstâncias problemáticas, as grandes reformas voltavam-se não apenas para reforçar as capacidades militares do reino, mas também a estabilidade do poder imperial. Desse ponto de vista, o expediente em princípio mais apropriado, a um só tempo rápido e eficaz, era o recurso aos mercenários, que se transformou em regra no século XI.

No outono de 1082, os normandos controlavam o norte da Grécia e o oeste da Bulgária bizantina e faziam o assédio de Larissa

Jean que o apressou a avançar e tomá-lo. Tornando-se senhor de Constantinopla, Aleixo encontrou os caixas vazios e um império em decomposição. Teve de deter o processo de desintegração. Considerando os dois perigos que ameaçavam o império, a leste e a oeste, optou por combater primeiro os normandos, que, desde seu coroamento, ameaçavam as províncias ocidentais, Grécia e Bulgária bizantina. O duque de Apulia, Roberto Guiscard queria tirar proveito das dificuldades do império na Ásia Menor. Já em 1071, apoderara-se da praça-forte de Bari, o que lhe assegurara o controle da Itália bizantina. Em 1078, o predecessor de Aleixo, Miguel VII Ducas, procurou cair nas boas graças do normando, casando o filho Constantino com uma filha de Roberto Guiscard, na esperança de que o exército normando da Sicília iria para o Oriente para

combater os turcos. Por isso, a derrubada de Miguel VII forneceu a Guiscard um pretexto para intervir nos assuntos internos de Bizâncio. Ele cultivava de fato a ambição de se apoderar de Constantinopla e coroar seu filho Boemundo. Por esse motivo, mais tarde integraria o grupo de chefes da primeira cruzada, que desembarcou em Épiro em 1081.

O exército bizantino estava então reduzido a alguns contingentes de tropas trácias e macedônias, varangues e outros mercenários, contando ao todo com menos de 20 mil homens. Em razão de seus fracassos efetivos, o imperador teve de determinar o adversário prioritário, pois Bizâncio não tinha os meios para combater em duas frentes simultaneamente. Se a praça-forte de Dyrrachion caísse, a travessia dos Bálcãs não ofereceria maiores obstáculos até

exorbitantes, notadamente a isenção completa de taxas. Enquanto Aleixo conseguia afastar os normandos com contra-ataques realizados graças a novos mercenários turcos, os venezianos se apoderaram de Dyrrachion em nome do império. Se a ameaça normanda foi provisoriamente descartada a oeste, os turcos pechenegues tornaram-se mais perigosos ao norte, na Trácia, e avançaram contra Constantinopla em 1090. Em decorrência de uma aliança concluída entre os pechenegues e o emir de Esmirna, a capital foi assediada por mar e terra. A diplomacia bizantina conduziu contra os pechenegues uma aliança com os cumanos, outro povo turco vindo do norte do Danúbio. Ao final de uma batalha sangrenta, bizantinos e cumanos terminaram esmagando os pechenegues, em abril de 1091.



Iluminura de 1455, mostrando o cerco a Constantinopla

Havia tentativas de comprar a paz, quando não era possível impor-se pelas armas. O império ficava exposto a um constante leilão

Bizâncio tomou a seu soldo, em todo lugar, ao longo de suas fronteiras ou em locais distantes, contingentes mais ou menos numerosos e mais ou menos fiéis. Esses mercenários, sempre dispostos a mudar de lado, passaram a decidir antecipadamente o desfecho das batalhas e o futuro do império. Mas o recurso aos soldados de aluguel representou, também, um rito de passagem a um exército profissional.

Outra consequência da instabilidade militar foi o recurso sistemático à diplomacia das alianças. Ela não era estranha à tradição bizantina, mas tomou, nesse período, dimensão prioritária e obrigatória,

uma vez que Bizâncio estava ameaçada e em posição de fraqueza. O império jamais teve meios para lutar em duas ou três frentes de uma vez e, no final do século XI, mesmo numa frente única, passou a ter dificuldades quando contava somente com forças bizantinas. Essa situação condicionou o recurso sistemático às alianças para a reversão de forças, com os alemães do Santo Império e com Veneza contra os normandos, com os cumanos contra os pechenegues ou ainda com os turcos da Síria contra os turcos da Ásia Menor. Mas, na maior parte das vezes, a diplomacia bizantina teve o objetivo de evitar a guerra

a qualquer preço. Isso implicava, então, em investimentos em prata, concessões de toda natureza, e por vezes o reconhecimento de um estatuto de estado tributário. Bizâncio tentava também comprar a paz quando não tinha condições de impor-se pela ameaça das armas. Expunha-se, portanto, a um constante leilão.

Restauração da autoridade

Um dos preços mais pesados pagos foi o privilégio extraordinário concedido a Veneza em 1082, que provocou a médio prazo a ruína econômica bizantina. A isenção geral das taxas comerciais que beneficiou a cidade dos doges foi justificada pelo socorro militar concedido e pelo apoio que ela se dispunha a oferecer no futuro. Em todo o território do império, os venezianos podiam comprar e vender quaisquer mercadorias sem sofrer controle por parte dos funcionários bizantinos e sem pagar a aduana nem taxas de espécie alguma. Bizâncio abandonou, assim, uma das fontes de sua riqueza e a posição de intermediária entre o Leste e o Oeste, que tinha contribuído para o seu poderio. Essa situação sem precedentes, verdadeira capitulação econômica, deve ser julgada

sob a luz da ameaça de morte que pesava sobre o império em todas as frentes.

Paralelamente a isso, o acesso à classe senatorial foi fechado para os comerciantes e homens de negócio, devotados ao lucro. Ao mesmo tempo que o tratado de 1082 desfavoreceu os mercadores bizantinos em relação aos venezianos, o imperador os excluiu da franja superior do grupo dirigente. Ele lhes recusou, desse modo, os privilégios que poderiam decorrer de pertencer à classe senatorial. Confrontada com ameaças militares e econômicas graves, a sociedade bizantina tendia a reproduzir os antigos padrões, rejeitando o desenvolvimento



da classe mercantil. O Estado mergulhou então no conservadorismo aristocrático, em torno dos Comnenos e seus parentes.

Nessa situação, o principal sucesso de Aleixo I foi a resistência às numerosas invasões e revoltas que pontilharam seu reinado. Ele conseguiu evitar o estilhaçamento que ameaçava o império. Restaurou as finanças do Estado e introduziu uma nova moeda mais confiável. O saneamento do orçamento permitiu a conservação de um exército modesto composto essencialmente por mercenários estrangeiros. Ele defendeu, enfim, as possessões imperiais nos Balcãs e nas ilhas. O balanço militar do reinado, no final, não foi tão sombrio: a fronteira danubiana foi salvaguardada, a ameaça normanda afastada e uma interrupção foi imposta ao expansionismo turco antes mesmo da chegada da primeira cruzada.

O objetivo de Aleixo passou a ser, doravante, a restauração da autoridade imperial na Ásia Menor, perdida em 1071. Com esse objetivo, endereçou numerosas cartas aos príncipes do Ocidente, descrevendo as condições miseráveis dos cristãos do Oriente dominados pelos turcos. Seus embaixadores solicitavam soldados para o

exército imperial, para reforçar a luta contra os muçulmanos. Tal apelo era tido como natural, pois ocidentais serviram durante muito tempo nos exércitos bizantinos que resistiram aos francos e, sobretudo, aos normandos, e eram muito admirados por sua cavalaria pesada.

Aleixo mantinha boas relações no Ocidente por intermédio do mosteiro de Monte Cassino, ao qual enviava suntuosos presentes. Em 1095 ele também apelou a Urbano II. O papa acabou concordando em conceder uma indulgência plena aos combatentes que partiam para liberar os lugares santos. Mas a repercussão imensa do apelo não foi prevista nem por Roma nem por Constantinopla. Em 1095-1096, quando os senhores cruzados chegaram a Constantinopla, o imperador acabou se surpreendendo com o número de homens e a alta nobreza de seus chefes. Assustou-se

também com o projeto de guerra santa, estranho à tradição bizantina. Ele tentou naturalmente alistar essas tropas frescas no seu combate desigual contra o adversário turco. Mas sua posição logo ficou delicada, pois os exércitos vindos do Ocidente eram muito mais numerosos e mais bem armados que suas tropas. A finalidade deles não era combater os turcos sob a autoridade do imperador para salvar Bizâncio, mas conquistar Jerusalém e outros territórios para si próprios. Entre eles estavam adversários tradicionais de Bizâncio, como os normandos, principalmente Boemundo de Trento. Desistindo de lutar por seu apoio, Aleixo foi então tentado a considerar a cruzada como uma ameaça mais grave do que a representada pelos divididos turcos.

MIKAËL NICHANIAN é professor e pesquisador

GLOSSÁRIO

Batalha de Manzikert: os seljúcidas e turcomanos derrotaram o exército bizantino, liderado por Romano (que ascendera ao poder depois da morte de Constantino X, em lugar do filho deste, Miguel VII; a viúva entregou o trono ao comandante romano Diógenes); este incorrera em uma série de erros, inclusive ao dividir o exército e, depois, na tentativa de reunir a tropa, permanecer em área perigosa, onde foi atacado de surpresa; capturado, seus soldados foram presos ou mortos.

Sua carreira
está garantida.

Se você
discorda, ligue:

0 8 0 0 1 5 8 0 0 0

Assine o maior e mais
completo jornal do país.



FOLHA DE S. PAULO

País chegou do poço',

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O segundo trimestre foi o "fundo do poço" penho da economia segundo avaliação de analistas de mercado da Folha.

A expectativa agora haja um consumo da quentememento me'tos —tip'bora pa'tentáv'tanto, próximo

"Chega diz José Ca Assessoria Ec'tério do Planeja quadro recessivo com um "boom" ec

...dente inter-
...dia acreditar.
...o economista-
...m grande banco
...etor do Banco Cen-
...simo ela dominan-
...te o português, ele
...dar a entrevista
...absurdo", in-
...parecia Beiru-
...trás, com to-
...o ser fran-
...exorcismos
...o nos próxi-
...sse interna-
...lha parte mais
...nenos consis-
...dos PhDs que
...stados Unidos
...20 anos.
...EOs nacionais
...ais não se en-
...slumbramento
...ale com Maciel,
...sa, do ABN Am-
...Siemens, com o
...da Ambev, com
...mbraer, com Ag-
...com os herdeiros
...grupos nacionais.
...cimento sólido de
...veu a experiência
...al, aprendeu as re-
...mundial, mas sem
...conhecimento de
...tendo o orgulho de
...de brasileiros, filhos
...média, da elite, al-
...os filhos do povo.
...slumbramento pro-
...acomete um escalão
...em geral economistas
...ado —os mais conheci-
...o os mais competen-
...alguns CEOs menores,
...is por prêmios e badala-
...os maiores, é indissociá-
...combinação de talento e
...talidade.

yuppies do salame surgi-
na esteira dos grandes
mentos especulativos de
dos anos 80 e 90, tendo co-
nodelo os especuladores do
cado financeiro. Fizeram
doutorado no exterior e
m a esse país de botocu-
um Caramuru ate-
os aborígenes com a
as planilhas coa-
ências circula-

...obrigado
...início do
...l pau-
...qui-

ro.
qua.
popul.
aliás, ar-
casa, enco-
obra-prima
Brasil, que
Olavo Bi'
cio do
geog-
pri-
inf-
bra.
inte.
do i-
mo e
meio
da Ed.
panem.
feônico
fluência.
rio de
mo na n-
ba e o ch-
lar.

A impos-
sa constru-
ca clara no
rório JK, q-
do país pass-
dos, por Jobi-
esportistas E-
Esther Bueno-
ra da Silva,
mente, Pelé e G-
O subdesenv-
mo a miséria. A
ta de recursos, e
espírito, uma be-
ma que impede
ções de terem a vi-
peração.

A parcela intern-
vinciana do país é,
expressão política e
e sobreviverá por n-
tempo, enquanto tiv-
tia para os efetivame-
rosos.

No mais, os jornalista-
basicamente brasileiro-
como o Poder Judiciári-
e advogados, engenhe-
médicos, a classe polít-
pequenas e médias empr-
universidade pública, pa-
levante da intelectualida-
músicos, a classe artísti-
viamente, o povão.

Por tudo isso, d-
perança de o-
noite de p-
descomp-
das e-
br-

ítica do Mercosul

ula

Hakim, presidente do
Interamericano, centro
os especializado na rela-
América Latina, com se-
shington.

o comunicado emitido
países na quarta-feira,
i lançada a Comunida-
ericana de Nações, diz
o conglomerado leva
a convergência de seus
políticos, econômicos,
urais e de segurança,
or potencial de forte
desenvolvimento d-
lades internas para
ção internacional".

ece de difícil contes-
ssar dos conceitos à
xercício complexo e
ainda mais dificul-
vergências comer-
rasil e Argentina
is países mais im-
ercosul e também
Sul, ainda que a
vita com os argen-
do lugar.

concepções en-
do empresaria-
questão de tem-
governo pensa
"projeto de es-
ção necessaria-
o que o leva
com o proble-
governo argen-
residência. Luiz
va veio ou du-
ro com seus pares
anos na quarta-feira.

presariado pensa no curto
tão a ar-
brantinos (e fugir dos obstáculos
levantados pelo governo Néstor
Kirchner) como a europeus e
americanos.



PIB caiu 0,9% no 2º trimestre de 2001
Segundo critério de mercado, Brasil teve recessão no 2º trimestre de 2001

PETRÓLEO, CAUSA (INCONFESSADA) DE GUERRA

O ouro negro não aparece como motivo do conflito entre os Estados Unidos e o Iraque, onde fica a segunda maior reserva mundial, alvo de concessões já no início do século XX

POR CHRISTOPHE COURAU
Tradução de Roberto Espinosa

Da rivalidade entre russos e britânicos nasceu a história do petróleo no Oriente Médio. Desde 1872, e de novo em 1889, o barão inglês Julius Reuter, fundador da agência de informações de mesmo nome, negociava, com a Pérsia, acordos que previam a exploração do petróleo, de maneira a detonar forte oposição da Rússia. O regime czarista temia a aproximação dos ingleses da sua fronteira sul. Os acordos foram anulados. Mas os homens de negócio da City não desanimaram: os entendimentos foram retomados pelo riquíssimo William Knox d'Arcy. Em Teerã, o xá tinha necessidade de dinheiro novo. As duas partes acabaram firmando um novo contrato. Em 28 de maio de 1901, mediante o pagamento de 20 mil libras líquidas à vista, igual montante em ações e 16% sobre os eventuais lucros, o xá firmou com D'Arcy uma concessão de 60

anos sobre dois terços do país. Com isso, os ingleses fincaram os pés na Pérsia.

O negociante contratou o engenheiro George Reynolds, que se instalou numa região deserta e selvagem entre a Pérsia (Irã) e a Mesopotâmia (Iraque), a 500 km do golfo Pérsico. A primeira perfuração começou em 1902, sob uma temperatura de 50°C à sombra, em meio a tribos hostis. Em abril de 1904, um poço começou a produzir, mas bem pouco. D'Arcy, contudo, ganhara a aposta: na região havia petróleo. Mas seriam necessárias ainda milhares de libras para explorá-lo e transportá-lo. E D'Arcy não dispunha dos meios para assumir sozinho os encargos da prospecção. Os geólogos tinham lhe assegurado que a perfuração de dois poços custaria 10 mil libras. Ora, em quatro anos ele já havia investido 200 mil libras. Logo, precisava encontrar parceiros.

D'Arcy fez negócio com a Burmah Oil e cedeu parte de suas ações. Essa sociedade

Campos de petróleo queimam no Kuwait, em 1991, em decorrência da Guerra do Golfo. A ajuda americana foi imediata

petrolífera, baseada em Glasgow, era apoiada por Londres. Eles escolheram uma nova zona de prospecção: a "planície do óleo", a sudoeste de Teerã, perto de Chatt el-Arab. Para ali chegar foi preciso abrir uma estrada e encaminhar 40 toneladas de materiais antes de começar a perfurar, em janeiro de 1908. Muito longe, muito caro. Em 14 de maio de 1908, a Burmah Oil estava a ponto de interromper os gastos: chegou a mandar Reynolds abandonar as perfurações. Em 26 de maio, contudo, um jato de petróleo saltou 15 metros acima da torre. Reynolds, a acreditar-se na lenda, enviou um telegrama aos sócios: "Ver Salmo 104, versículo 15, terceiro parágrafo". Na Bíblia, pode-se ler: "Que ele possa fazer sair o óleo da terra para a alegria de todos".

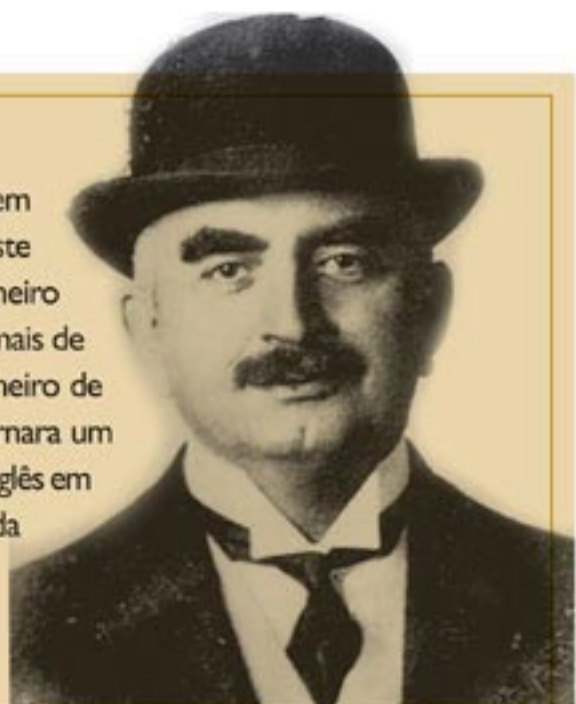
Para fazer frente aos pesados investimentos, a Burmah Oil criou em 1909 a Anglo-Persian Oil Company (a futura British Petroleum), cujas ações dispararam.

"Um oleoduto de 225 quilômetros, atravessando duas cadeias de colinas e uma planície desértica, foi construído em um ano e meio. Seis mil burros participaram do esforço", explicou Daniel Yergin, em *Os homens do petróleo*, lançado pela editora Stock em 1991. Uma refinaria foi instalada em Abadã, perto da fronteira com o Iraque, mas as dificuldades financeiras reapareceram. Desde 1912, a companhia tinha esgotado seu capital de giro. Parecia necessária a fusão com a grande rival, a companhia anglo-holandesa Royal Dutch-Shell, que na época dominava o mercado petrolífero. Para os ingleses não estava em questão perder o controle sobre seu abastecimento de petróleo. Ainda mais porque os programas navais de 1912, 1913 e 1914, previstos para confrontar a potência alemã, dependiam da construção de navios movidos a combustível, e não mais a carvão.

O "SENHOR 5%"

Calouste Sarkis Gulbenkian nasceu em Constantinopla, em 1869, em uma família de origem armênia. O pai, banqueiro, importava querosene russo. A lenda conta que, aos 7 anos, Calouste ganhou uma moeda de prata. Em vez de gastá-la, trocou-a no bazar por moedas antigas, seu primeiro investimento. Quando de sua morte, em Lisboa, em 1955, sua coleção de obras de arte valia mais de US\$15 milhões. O jovem levantino, aos 19 anos de idade, conquistou um diploma de engenheiro de minas. Foi em direção de Baku e de seu petróleo. Dois anos mais tarde, Gulbenkian já se tornara um experiente petroleiro internacional. Retornou a Constantinopla e, depois, a Paris. Naturalizado inglês em 1902, trabalhou com o presidente da Shell, Henry Deterding. Em 1913, foi um dos fundadores da Turkish Petroleum Company (futura Iraq Petroleum Co). Por ocasião da fusão da companhia, obteve da Shell uma retrocessão de 5% dos lucros, o que lhe valeu o apelido de Senhor 5%.

Calouste Gulbenkian, em foto de passaporte, c. 1933



REPRODUÇÃO

O almirantado britânico pesou então como nunca. Alguns dias antes da explosão da Primeira Guerra Mundial, um certo Winston Churchill colocou em votação na Câmara dos Comuns um texto. Este nacionalizava a Anglo-Persian Co. Por 2,2 milhões de libras, o governo britânico adquiriu 50% das ações da companhia. O ouro negro da Pérsia continuaria inglês.

Aconteceu em cima da hora, pois um concorrente já se manifestava do outro lado da fronteira, no Iraque. A Turkish Petroleum Company, nascida em 1912 sob o estímulo da Royal Dutch-Shell e do Deutsche Bank (detendo cada um 50% das ações), em colaboração com o multimilionário armênio Calouste Gulbenkian (*ver quadro acima*). Os britânicos redobram

os esforços para obter a fusão da Turkish com a Anglo-Persian. Em 1914, o novo consórcio passou a ser controlado em 50% pelos ingleses. A Shell e o Deutsche Bank ficaram com 25% cada um; 5% dos lucros foram a partir de então destinados a Gulbenkian, que ganhou então o apelido de "Senhor 5%". Ao mesmo tempo que começava a exploração petrolífera, o primeiro conflito mundial reduziria a nada a cooperação anglo-germânica.

Duro golpe

Ao final da guerra, a Alemanha foi vencida, e o Império Otomano, desmembrado. As potências vitoriosas passaram a ditar as regras do jogo. O primeiro-ministro britânico Lloyd George e o presidente do Conselho francês Alexandre Millerand selaram o compromisso conhecido como o acordo de San Remo. "O instrumento do desenvolvimento petrolífero ficou sendo a Turkish Petroleum Company; os franceses receberam a parte alemã da companhia, que tinha ficado seqüestrada pelos britânicos durante a guerra. Em troca, os franceses renunciaram a suas pretensões territoriais sobre Mossul (no norte do Iraque). A Grã-Bretanha, por sua vez, proclamou que qualquer companhia privada que explorasse jazidas de petróleo ficaria sob seu controle. Não foi resolvida, entretanto, uma questão: o que fazer com o petróleo da Mesopotâmia? Ninguém sabia nada a respeito", resumiu Daniel Yerguin.

O acordo de San Remo representou um duro golpe para os americanos. Diante do poder dos ingleses, eles passaram a inquietar-se com seu abastecimento. Washington começou a fazer pressão sobre Londres. Esperando um eventual acordo anglo-americano, que só aconteceria em 1925, Faical, o novo rei do Iraque, confirmou oficialmente a concessão celebrada em 1912. A exploração sistemática poderia, enfim, começar.

Em 15 de outubro de 1927, às 3 horas da manhã, perto de Kirkuk, um território essencialmente habitado por curdos, ecoou um imenso estrondo, que "precedeu um gêiser de 15 metros de petróleo acima da torre. Toda a região foi irrigada de petróleo". Estava provado: o Iraque também tinha petróleo. Restava partilhá-lo.

Nove meses mais tarde, em 31 de julho de 1928, no hotel das Termas de Ostrende, nos Países Baixos, o contrato de exploração do petróleo iraquiano foi enfim assinado. O capital da Iraq Petroleum Company (IPC – que substituiu a Turkish Petroleum Company) foi repartido entre os britânicos da Anglo-Persian (23,75%), os franceses da Companhia Francesa de Petróleos (23,75%), um cartel americano (Gulf, Texaco, Exxon, Mobil 23,75) e os 5% de Gulbenkian. Os representantes das companhias traçaram uma linha vermelha em torno do ex-império Otomano. Somente a Pérsia e o Kuwait foram excluídos do traçado. No interior dessa zona, todas as operações petrolíferas deveriam ser feitas em colaboração entre seus membros, e somente entre eles. E o fato de o petróleo correr em abundância na Pérsia e no Iraque sugeria que o mesmo devesse acontecer na Arábia. Todos duvidavam. Segundo os relatórios dos geólogos, como a Arábia parecia "desprovida de qualquer perspectiva de petróleo", a prospecção ali deveria "ser classificada na categoria do puro jogo". Entretanto um homem acreditava o contrário. Franck Holmes nascera na Nova Zelândia, tinha vivido na África do Sul e em Aden, no Iêmen, estabeleceu-se na pequena ilha de Bahrein. O xeque

local nem pensava em procurar petróleo. Holmes, contudo, achou e obteve uma concessão petrolífera, em 1925.

Elétron livre

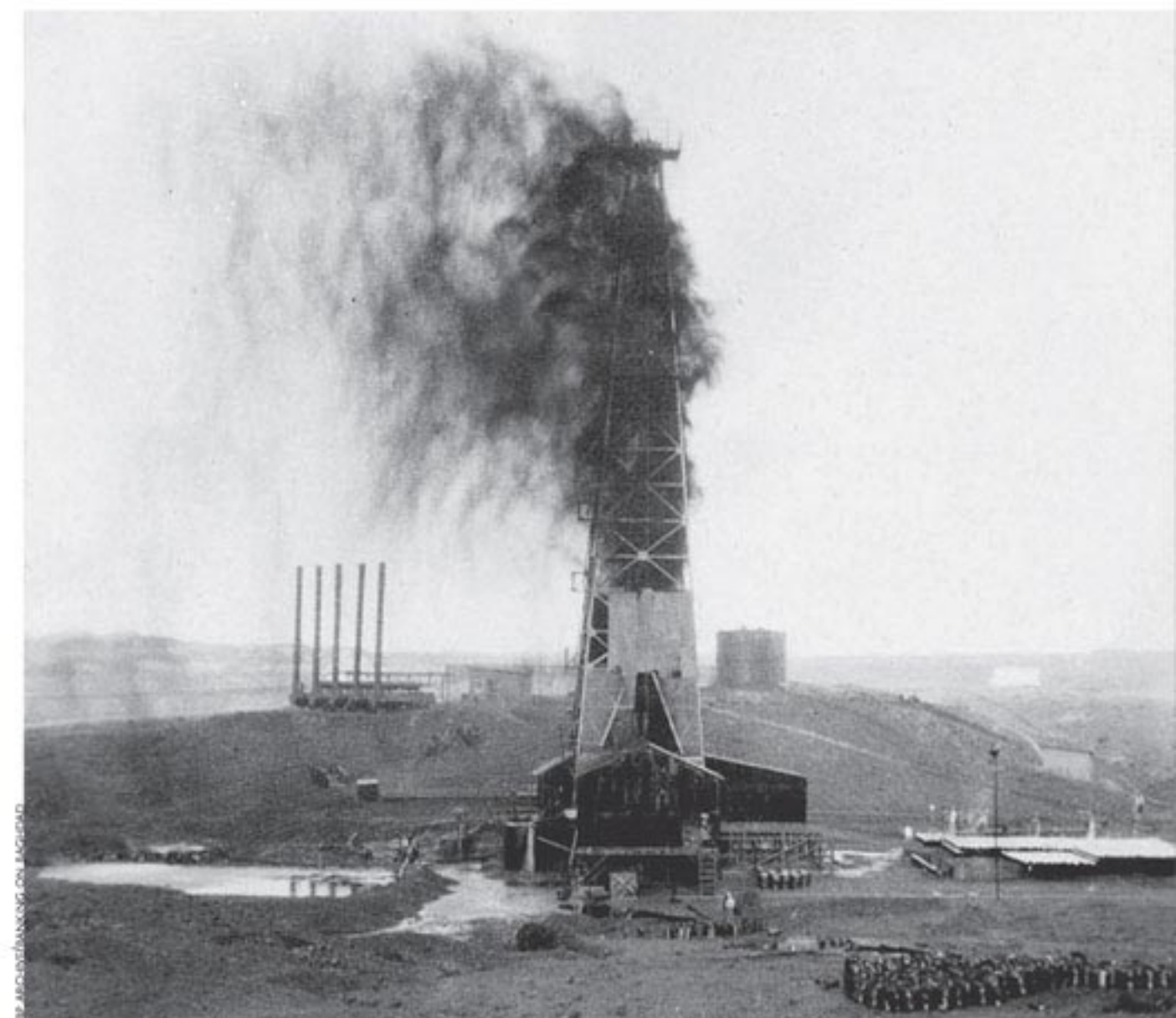
Mesmo duvidando da presença de óleo bruto, os britânicos da Anglo-Persian viam Franck Holmes com maus olhos. Tratava-se de um elétron livre na sua "zona de influência". Em 1926, praticamente falido, Holmes propôs vender sua concessão aos ingleses, mas foi rechaçado. Voou para Nova York e propôs sua concessão aos americanos. A Gulf Oil comprou seus direitos em 1927. Mas, um ano mais tarde, essa sociedade americana tornou-se parte da Iraq Petroleum Company. Como esta era signatária do "acordo da Linha Vermelha", tornou-se impossível para a Gulf operar sozinha no Bahrein. Ela revendeu então suas ações à Socal (Standard Oil of California, a Esso, transformada em Chevron), que não tinha ratificado o acordo. Os britânicos ficaram enfurecidos. Não

podiam admitir que os americanos se instalassem no Oriente Médio. Colocados sob a égide dos ingleses, os xeques não podiam agir por sua própria conta. Uma cláusula de nacionalidade britânica era exigida para explorar o petróleo. A Socal montou então uma filial no Canadá, um território britânico. Um ano mais tarde, os britânicos acabaram concordando, certos de que não havia petróleo no Bahrein. As perfurações começaram em 1931. Em 31 de maio de 1932, os americanos descobriram uma jazida. Havia petróleo também na Arábia. A novidade inverteu o equilíbrio regional e mundial – criando uma situação que dura até os dias de hoje.

O rei Ibn Saud, por sua vez, em maio de 1933, concedeu o direito de explorar o petróleo da Arábia Saudita durante 60 anos. Os americanos da Socal, que pagaram ao rei 35 mil peças de ouro, foram os beneficiários. O articulador do acordo foi Saint John Philby, antigo funcionário britânico do Império das Índias, transfor-

Os donos de um grande negócio

Antes inteiramente nas mãos dos homens de negócio britânicos, a exploração do petróleo do Oriente Médio viu surgir novos participantes no jogo: em 1912, os holandeses e os alemães; em 1918, os franceses; e somente em 1928 os americanos. Naquele ano, as companhias dividiram entre si a península Arábica, definida pela famosa "Linha Vermelha" (assinalada no mapa), com a Pérsia permanecendo sob o controle dos ingleses.





Transporte de latas de querosene da Anglo-Persian, feito em lombo de mula, c. 1905-1910

mado em conselheiro de Ibn Saud. Os ingleses perderam o bonde. Assim, antes de lutar contra os americanos, eles preferiram, um ano e meio mais tarde, associar-se com eles na base de 50/50 na última zona de prospecção: o Kuwait. As buscas, contudo, mostraram-se difíceis. As seis primeiras perfurações deram em nada. A ansiedade cresceu até 1938, quando imensas reservas foram descobertas no Kuwait e na Arábia. Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento pela descolonização foi seguido pelo direito das nações de dispor livremente dos seus recursos naturais. Os países do Golfo passaram, portanto, a desejar libertar-se, em algumas décadas, das companhias petrolíferas ocidentais. Em 1948, a superpotência americana obteve o fim do "acordo da Linha Vermelha". Empresas recém-chegadas, como a americana Getty Oil, ofereceram melhores condições à Arábia Saudita, obrigando as companhias petrolíferas, empenhadas em manter suas posições, a conceder em 1950 à Arábia Saudita uma partilha dos retornos petrolíferos na base de 50/50. Essa disponibilidade foi estendida ao Bahrein e, depois, ao Kuwait e ao Iraque. Mas as multinacionais anglo-americanas, as "sete irmãs", conservaram o controle dos preços e dos volumes de produção — e 1950 foi também o ano da primeira tentativa de rebelião. Mossadegh nacionalizou as jazidas

iranianas. Os ingleses, feridos, organizaram um bloco militar em favor das exportações. Durante quatro anos os iranianos resistiram. Mas, em 1954, os americanos eliminaram Mossadegh, assumiram o controle do petróleo iraniano e, de passagem, descartaram os ingleses. Seis anos mais tarde, em 1960, a Arábia Saudita, o Kuwait, o Irã, o Iraque e a Venezuela criaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A Opep permitiu que, pela primeira vez, os países do Golfo se unissem contra as "sete irmãs".

Correlação de forças

A Opep precisaria de mais dez anos para inverter a correlação de forças entre países produtores e consumidores. Tudo balançou, com efeito, nos anos 1970. Um acidente danificou o oleoduto entre a Arábia Saudita e o Mediterrâneo: 5 mil barris/dia a menos no mercado. Os preços do petróleo subiram, e a Opep se deu conta de que o Ocidente estava à sua mercê. As nacionalizações voltaram à ordem do

dia nos países árabes. Em 1972, o Iraque recuperou sua indústria petrolífera. A nacionalização se efetivou em 1975. As companhias ocidentais queriam a todo custo evitar que fossem transformadas em simples compradoras de petróleo e criaram uma nova artimanha jurídica para manter a situação: os "contratos de partilha da produção". Elas passaram então a se associar à produção local do petróleo e a comercializar por sua própria conta uma parte da produção da jazida.

A guerra do Kippur, em 1973, provocou o primeiro choque petrolífero mundial. Os países do Golfo elevaram o preço do barril em 70% e limitaram a produção. Em 1974, o Kuwait e o Qatar assumiram o controle (em até 60%) das companhias que atuavam em seu território. A Arábia Saudita fez o mesmo antes de nacionalizar completamente a Aramco (Arabian-American Oil Company) em 1976. Os produtores, desse modo, transformaram-se nos senhores do jogo. As companhias perderam a capacidade de ditar os preços na boca dos poços. Mas conservaram, e mantêm ainda hoje, a primazia sobre o refinamento, o transporte e a comercialização do óleo.

Em 1940, a região produzia 5% do petróleo mundial. Em 1973, na época do choque petrolífero, atingia 36,9%, impondo-se como interlocutora obrigatória e como aliada indispensável das economias ocidentais. Por menos de 40 anos, o conjunto do petróleo do Oriente Médio ficou sob o controle das grandes potências econômicas. Trinta anos depois das descobertas, as relações de força haviam se invertido. De novo, nos 30 anos seguintes, as cartas dos campos petrolíferos passaram a correr o risco de ser redistribuídas. ■

CHRISTOPHE COURAU é historiador

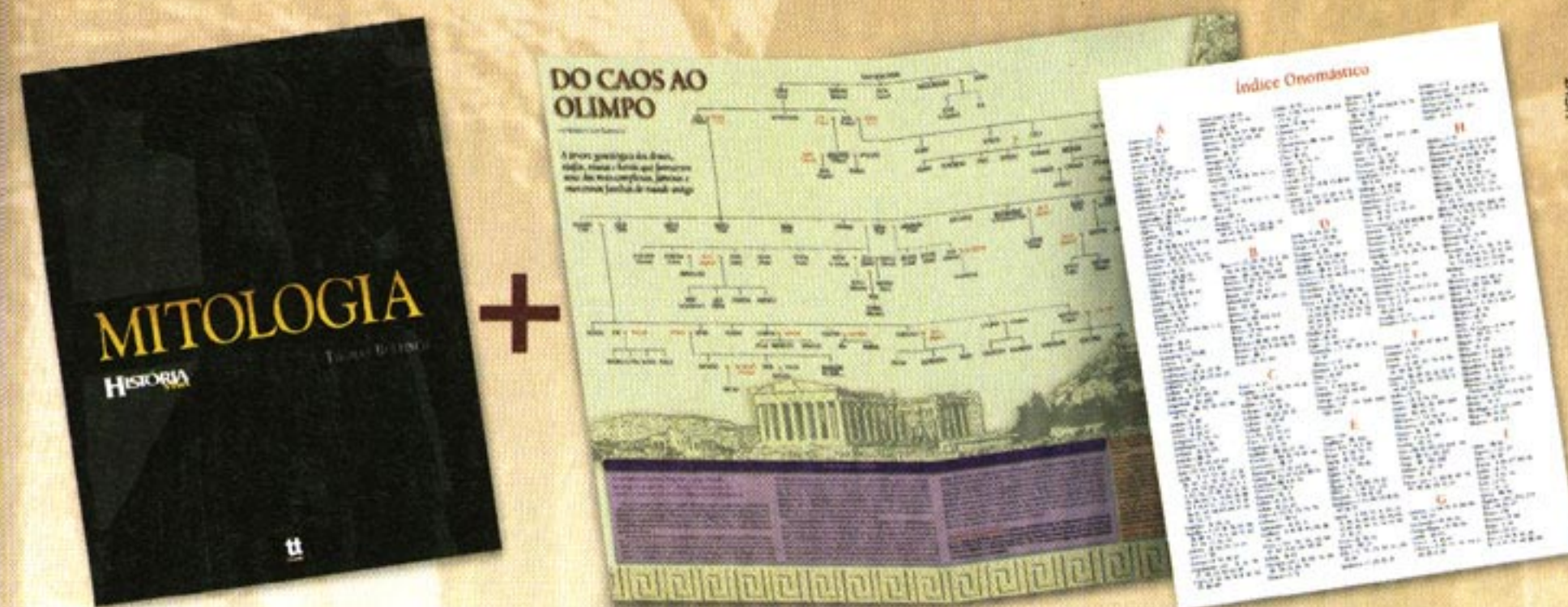
PARA SABER MAIS

Petróleo, a maior indústria do mundo. Roberto Minadeo. Thex Editora, 2002.

As famílias do petróleo. Craig Unger. Record, 2004.

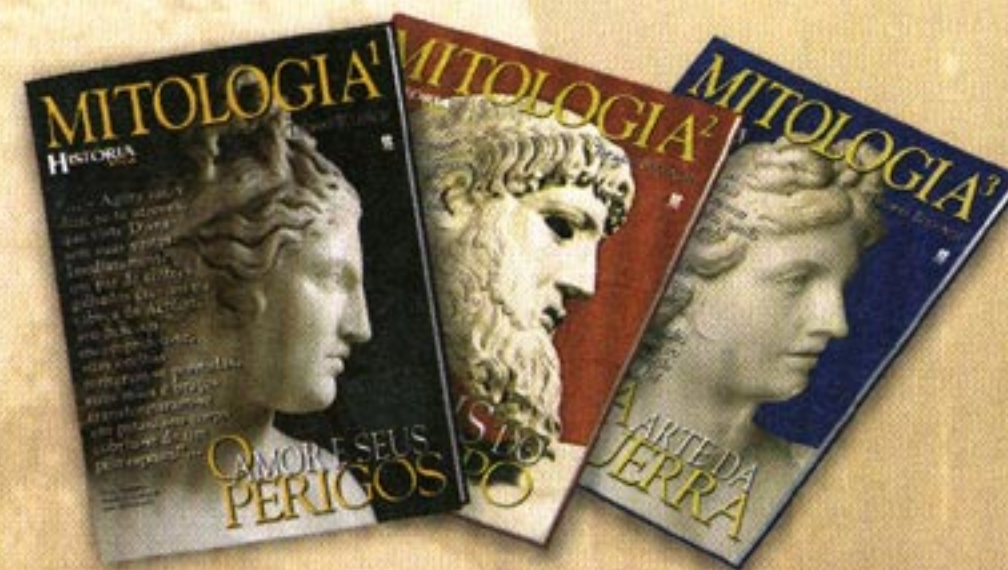
Petróleo, livre mercado e demandas sociais. Danilo de Souza Dias e Adriano Pires Rodrigues. Instituto Liberal, 1994.

A COLEÇÃO MITOLOGIA AGORA ESTÁ COMPLETA. CHEGOU O KIT DO COLECIONADOR.



Na compra do estojo exclusivo para colecionar os 3 volumes da coleção, você ganha um pôster com a genealogia dos deuses e um índice remissivo para toda a obra.

A obra definitiva de Thomas Bulfinch sobre mitologia está completa nas bancas, com os três volumes e o kit do colecionador. Essa é a sua chance de ter em casa a maior referência mundial sobre o assunto, com todos os mitos da Antiguidade contados em histórias tão atuais hoje como eram há milhares de anos, com preciosas ilustrações reunindo obras de todas as épocas. Uma coleção para você ler e ter para sempre na sua biblioteca. Porque quanto mais se conhece sobre os deuses, melhor se conhece os simples mortais.



MITOLOGIA
HISTÓRIA

www.historiaviva.com.br

NOS 1, 2 E 3 NAS BANCAS

Peça também pelo site www.historiaviva.com.br ou envie um e-mail para edicoesavulsas@duettoeditorial.com.br

OS ENIGMÁTICOS FARAÓS NEGROS

De origem núbia, eles se consideravam filhos de Amon e foram soberanos no vale do Nilo de 730 a 653 a.C., após séculos de colonização egípcia

POR CLAUDINE LE TOURNEUR D'ISON
Tradução de Marly Peres

Na região norte do Sudão, a Alta Núbia, foram escritas as mais belas páginas da história – infelizmente pouco divulgada – dos primeiros reinos africanos. Entre as grandes nações que se estabeleceram ao longo do curso do Nilo, nenhuma entrou tão bruscamente na história como o reino que se constituiu por volta do século VIII a.C. ao sul da quarta catarata, na cidade de Napata, à sombra da montanha sagrada, Djebel Barkal. Esse reino adquiriu rapidamente uma ascendência preponderante sobre o meio político que o cercava. Nos anais egípcios, assírios e hebraicos, ele é chamado de “Kush”, nome que já fora dado ao reino de Kerma, conquistado pelos egípcios oito séculos antes. O nascimento e desenvolvimento desse reino napata, surgido a partir de uma obscura federação de tribos núbias, para constituir um estado de tipo egípcio, senhor de um espaço compreendido entre a confluência do Nilo branco e do Nilo azul ao sul, e do Mediterrâneo ao norte, continuam sendo um dos episódios mais misteriosos de toda a história do vale do Nilo.

Por volta do ano 1550 a.C. (Novo Império), os egípcios da XVIII dinastia invadiram e colonizaram a Alta Núbia,

que batizaram de “o vil país de Kush”. Trataram, então, de impor sua religião e seu idioma, construindo cidades, templos, santuários, fortificações. Sua dominação cultural, política e religiosa foi tão forte que impregnou a região de maneira duradoura. A cidade de Napata, no coração da grande curva do Nilo, era o ponto de encontro das estradas de caravanas entre a África e o Mediterrâneo. Foi ali que se estabeleceu Tutmósis III (ou Tutmés), cerca do ano 1460 a.C. Graças a Djebel Barkal (em árabe, montanha pura), Napata tornou-se um dos centros religiosos mais importantes da Núbia. Os egípcios acreditavam que uma forma primitiva do deus Amon vivia na montanha sagrada, que ergue sua rocha encarnada acima das águas azuis do Nilo.

No final do Novo Império, por volta de 1070 a.C., os egípcios, em plena decadência, retiraram-se da Alta Núbia, após ter convertido e habituado os núbios a seus usos e costumes, a ponto de estes terem se tornado fervorosos defensores das tradições egípcias, atitude que seria perpetrada pelos faraós núbios. Alguns séculos mais tarde, soou finalmente a hora da glória para o famoso país de Kush. Quando o Egito já começava a se tornar um mito,



algo dele permanecia vivo no extremo sul. Fortemente impregnada dessa marcante herança, uma obscura federação de tribos núbias daria origem a um reino. Esses novos filhos de Amon, reinariam soberanos durante um século.

Na montanha de Amon

Por volta de 730 a.C., Piye, um rei originário de Dongola, ao sul de Kerma, partiu à conquista do Egito, então sob domínio assírio. Filho de Amon, segundo a lenda oficial, ele se transformou numa das figuras mais notáveis da história do vale do Nilo. Um príncipe núbio, cujos ancestrais haviam outrora beijado o chão sobre o qual pisava o faraó, tornou-se ele próprio um faraó, de quilate e importância idênticos aos dos conquistadores mais gloriosos. Suas vitórias foram espetaculares. Hermópolis, no Médio Egito, rendeu-se. Mênfis, a antiga capital da região norte, foi dominada.

Os navios foram então carregados de prata, de ouro, de cobre, de todas as riquezas do norte, de todos os tesouros da Síria, de todas as essências da Arábia. Sua Majestade levantou vela rumo ao sul, o coração cheio de emoções. Piye pretendia entrar na região para ali instalar a capital

Cabeça de Taharqa, da XXV dinastia, datada de c. 690-664 a.C. Na página ao lado, tropas núbias representadas em um relevo do templo da rainha Hatsheput, 1480 a.C.

© TOPHOTO - KERTON



Saqqarah, na pirâmide de Unas, rei da V dinastia, para buscar inspiração nos temas que ornamentavam os templos.

Fusão perturbadora

A origem dessa dinastia de faraós negros, no entanto, continua enigmática. Não se sabe ao certo como, tantos séculos depois da colonização, os reis kushitas puderam reinar sobre o Egito. Em primeiro lugar, ostentavam um diadema ornamentado com um duplo ureus (cobra em posição de ataque), o símbolo real dos faraós negros, marca de sua supremacia sobre os dois países, Kush e Egito. Fato ainda mais marcante, a pirâmide abandonada havia já mais de mil anos no Egito foi escolhida como monumento funerário real. Essa fusão cultural contribuiu sem dúvida para o desconhecimento da história do Sudão, demasiadamente amalgamado com a do Egito faraônico.

Em 690 a.C., as tropas assírias, ainda instaladas em território egípcio, enfrentaram o faraó Taharqa, militar temível e fino estrategista. Suas vitórias lhe asseguraram fama universal graças à Bíblia, que imortalizou esses famosos “faraós etíopes”. Durante seu reinado, que terminou em 664, a XXV dinastia atingiu o apogeu e conferiu ao Egito novamente seu esplendor passado. Ele venceu os líbios e os povos do Oriente Médio. Controlou todos os oásis do deserto de oeste. De Tânis, ao norte, até Meroe (ou Méroe), ao sul, mandou erguer construções que surpreendem pela beleza e originalidade. Em Karnak, o pavilhão com suas colunas de 20 metros de altura o inseriu na grande tradição de faraós construtores do Novo Império. Seu templo, próximo do Lago Sagrado de Karnak, revela conhecimentos sobre teologia e mistérios da divindade de Amon.

A exemplo de seus ilustres predecessores, Taharqa pretendeu uma altura desmesurada, que ultrapassasse em esplendor a escala humana. Uma de suas maiores preocupações foi a fundação de novos templos na Núbia, em Qasr Ibrim, Buhen, Sennah. Ele devolveu a grandeza

do faraó, inumado na necrópole real de El Kurru, onde já estavam enterrados seus predecessores, Alara e Kashta, fundadores de uma nova época, mas que não tinham ousado se instalar no trono de colonizador. A múmia de Piye foi colocada sobre um grande palanquim real de lã vermelha. Ao lado de sua modesta pirâmide, foram enterrados seus quatro cavalos preferidos.

Em 690, após uma brilhante carreira militar, aos 32 anos de idade, Taharqa subiu ao trono daquele imenso reino criado por Piye. Contudo, ele não sucedeu a seu pai, mas sim a seu tio Shabaka – algumas cronologias revelam, todavia, o reinado sem importância de um certo Shebitka –, cuja ascensão ao poder marcou verdadeiramente o início da XXV dinastia egípcia. Em parte porque ele estabeleceu seu poder não em Napata, mas em Mênfis, mítica capital do antigo império. Shabaka seguiu a linha política do irmão, a da volta aos valores tradicionais, chegando inclusive a pesquisar as fontes teológicas do Antigo Império. Um longo texto escrito durante seu reinado mostra quão profundas foram as reflexões dos intelectuais a serviço dos soberanos. Eles não hesitavam em ir até

perdida ao templo de Kawa, complexo fundado ao sul da terceira catarata, por Amenófis III. Fez daquele templo o segundo santuário dos reis napatas, um dos principais locais de reconhecimento de seu poder. Em Napata, Taharqa convocou prodigiosos arquitetos, dotados de notável inventividade, em particular num dos templos ao pé de Djebel Barkal, que exibe espetaculares pilares Bés, de quatro metros de altura, batizados dessa forma porque uma parte de sua estrutura foi feita à imagem e semelhança do deus da família. Ele decidiu, por fim, materializar seu poderio real em todo vale do Nilo. Enviou artesãos, que, mesmo correndo risco de vida, deviam gravar e incrustar



Pirâmides em Meroe, o principal sítio arqueológico de tumbas da civilização Kush

Nas estátuas, os traços marcados das faces traem suas origens: nariz acentuado, pomos salientes, lábios espessos, queixo proeminente

seu nome em ouro no cume inacessível do pico rochoso que simbolizava a serpente sagrada. Dali, o rio azulado ao sol corre sinuoso pelas paisagens majestosas. Mais ao longe, a silhueta da pirâmide, em Nuri, marca o alvorecer, no solstício de verão, e o despontar heliaco de Sirius, nas épocas de cheias do Nilo (chama-se “heliático” o nascer de um astro que ocorre ao mesmo tempo que o do sol). Tanutamom, o sucessor de Taharqa, não conseguiu impedir a invasão do Egito por Assurbanipal, o novo rei assírio. O ano de 590 a.C. marcou o efetivo fim da dominação do reino de Kush sobre o Egito. O faraó Psamético II (XXVI dinastia) enviou seus temíveis exércitos a Napata e tratou de destruir no trajeto qualquer lembrança de seus predecessores, os faraós negros.

Estátuas fragmentadas

As sete estátuas encontradas em janeiro de 2003 numa vala em Dukki Gel, ao norte de Kerma, pela equipe de Charles Bonnet e Dominique Valbelle, foram salvas do esquecimento. Elas haviam sido deliberadamente quebradas antes de ser escondidas. Foram elas que permitiram dar um rosto aos nomes de

Tanutamon, Taharqa, Senkamaniskem, Anlamani e Aspelta. Os traços marcados das faces traem suas origens: nariz acentuado, pomos salientes, lábios espessos, queixo proeminente. A posição meticulosamente condicionada das estátuas fragmentadas, no fundo do fosso, sugere a existência de rituais antes de terem sido enterradas e, portanto, uma vontade de reabilitação desses reis napatas após os ataques destruidores de Psamético.

Dali em diante, o reino de Napata foi separado do Egito pelas regiões queimadas pelo sol e pelos humores do Nilo. Querendo estabelecer uma distância maior entre eles e seu poderoso vizinho do norte, os kushitas transferiram a capital para o sul mais longínquo, ao lado da sexta catarata, em Meroe. Foi ali que eles se livraram parcialmente dos hieróglifos, para desenvolver uma escrita própria, ainda hoje indecifrável. O império meroítico era

claramente conhecido, como atesta uma passagem dos Atos dos Apóstolos (VIII, 28-39): no caminho que vai de Jerusalém a Gaza, o diácono Filipe converteu um “etíope”, um eunuco, alto funcionário de Candace, reino de Meroe, descendente dos faraós negros.

Pouco sabemos sobre o fim daquele forte e triunfante reino. Ele se transformou em presa de seus vizinhos, os axumitas (ou aksunitas), sobre o planalto da atual Etiópia, e dos nômades blemmyes, a leste. É a estes que talvez devamos atribuir a queda do Império Meroítico, a crermos no relato do geógrafo Eratóstenes, em 200 a.C. Kush fez florescer uma civilização extremamente original, que sob roupagem egípcia permanecia profundamente núbica. Os faraós negros contribuíram para enriquecer a lenda do país de Kush, eternizado como um dos nomes gloriosos do passado africano.

CLAUDINE LE TOURNEUR D'ISON é egiptóloga e jornalista

GLOSSÁRIO

Psamético: faraó que libertou os egípcios da Assíria.

Axumitas: povos que viviam no planalto etíope.

CRONOLOGIA

745- 713 a.C.: reinado de Piye

713- 698 a.C.: reinado de Shabaka

698- 690 a.C.: reinado de Shebitka

690- 664 a.C.: reinado de Taharqa

664- 653 a.C.: reinado de Tanutamom

do novo reino, em Napata, ao pé de Djebel Barkal. O pico do rochedo, de 74 metros de altura, sobre o flanco sul da gigantesca montanha, tinha impressionado os egípcios, que viram naquele pilar de pedra uma gigantesca cobra erguida, em posição de ataque, símbolo do ureus (ou yaret) real – a serpente divina que cospe fogo sobre os inimigos. Para eles, Amon residia naquela montanha, sob a proteção da serpente. Para Piye e seus sucessores, Djebel Barkal continuaria sendo a pátria mítica do Olho do Sol. De volta ao país, restaurou e aumentou o templo de Amon, erguido por Tutmósis III, ao pé de Djebel Barkal.

Após 31 anos de reinado, Piye faleceu, em Napata. Seu filho Taharqa vivia no Egito, junto da mãe, uma esposa secundária de Piye. Ele não assistiu aos funerais

O NAUFRÁGIO dos grandes IMPÉRIOS

A Primeira Guerra Mundial fez soar o dobre dos três grandes impérios europeus, aniquilando potências que antes se acreditavam eternas

POR CYRILLE BOULAY
Tradução de Ana Montoia

Provocando um verdadeiro cataclismo, fatal às monarquias européias, o assassinato do príncipe herdeiro da Áustria-Hungria, arquiduque Francisco Ferdinando, marcou o declínio de um mundo. Tal um furacão, o conflito de 1914-1918 derrubou os tronos e desencadeou, uma atrás da outra, a queda das realezas. Os impérios da Rússia, da Alemanha e da Áustria-Hungria, enfrentando dificuldades e, finalmente, a derrota, terminariam por nele soçobrar.

Na Europa do pré-guerra, porém, esses três grandes impérios não pareciam correr nenhum risco. À sua frente, erguiam-se dinastias incontestes: os Romanov governavam a imensa Rússia havia mais de 300 anos; na Alemanha, os Hohenzollern reinavam desde o século XII, enquanto os Habsburgo da Áustria garantiam a união do Império desde 1278. Os três imperadores eram homens de perfil e temperamento bem diferentes. O primeiro, Nicolau II, era o czar da Rússia e um autocrata. Seu primo, Guilherme II, imperador alemão e rei da Prússia, governava com mão de ferro os 26 pequenos reinos que formavam o império germânico. Por sua vez, Fran-

cisco José, imperador da Áustria, rei da Hungria e da Boêmia, era um venerável monarca, um funcionário do poder que despertava na aurora para velar o destino de seus povos. Seu reinado, um dos mais longos da história (68 anos), poderia rivalizar com o de Luís XIV ou com o da rainha Vitória.

Era 28 de junho de 1914. Em Viena, Berlim e São Petersburgo, a notícia do assassinato de Sarajevo suscitou o mesmo sentimento de horror. Mas ninguém ainda previa suas irreversíveis consequências. Várias semanas decorreram sem que a Áustria reagisse e chegou-se a duvidar que fosse haver represálias. Os dias retomavam seu ritmo, e foi com o espírito tranquilo que o presidente da República francesa, Raymond Poincaré, cumpriu sua visita oficial à Rússia, antes de continuar a viagem até a Escandinávia, como previsto. Assim, quando na manhã de 24 de julho a Áustria fez chegar à Sérvia um ultimato cujos termos equivaliam a uma declaração de guerra, a notícia provocou em todas as chancelarias o efeito de uma bomba. O momento fora bem escolhido por Viena: a viagem do presidente francês tornava praticamente impossível qualquer reação de sua parte.



O arquiduque Francisco Ferdinando, da Áustria, fotografado em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, minutos antes de ser assassinado

O que poderia ter sido mais uma guerra balcânica, tornou-se, pelo jogo das alianças, uma guerra européia. A mobilização do exército do czar provocou a da Alemanha, que declarou então guerra à Rússia. Na sequência, a França e a Grã-Bretanha entravam no conflito.

Os Romanov pegos numa armadilha

A revolução que crescia na Rússia tomava pouco a pouco a frente do conflito. Em fevereiro de 1917, motins importantes irrompiam em São Petersburgo. O descontentamento era geral e grande parte da população afrontava abertamente o governo e a família imperial. O czar, tendo assumido pessoalmente o comando dos exércitos, encontrava-se longe da capital, isolado dos acontecimentos, deixando à czarina e sobretudo ao mago Rasputin uma perigosa autonomia de manobra.

No final de 1916, a iminência da catástrofe era evidente para todos, salvo para Nicolau e Alexandre, absorvidos em seus problemas pessoais. Rasputin foi assassinado nos últimos dias de dezembro. Algum tempo antes de sua morte, escrevera uma carta endereçada a Nicolau. “Se foram teus parentes que causaram minha morte, então ninguém da tua família – nenhum dos teus filhos, nenhum dos teus parentes – viverá mais que dois anos.” Não restavam a Nicolau, de fato, mais que dois anos de vida...

A armadilha estava preparada e, daí por diante, penderia inexoravelmente sobre essa família desamparada. A revolução propriamente dita eclodiu no dia 9 de janeiro de 1917, quando Nicolau voltara à frente de batalha. Avançava dia a dia, a ponto de se transformar em guerra civil, até que o czar se visse obrigado, nos primeiros dias de março, a abdicar por si e por seu filho em favor de seu irmão, o grão-duque Miguel. Este renunciaria dois dias depois à dura responsabilidade. Foi assim que a queda dos



Rasputin, rodeado por integrantes da corte russa, 1909



O czar Nicolau II, da Rússia, com o rei inglês George V, na cidade de Berlim, em 1913. Os dois eram primos e muito parecidos fisicamente

Romanov, depois de mais de 300 anos de reinado, não levou mais que algumas horas... Nicolau foi feito prisioneiro, com Alexandra e seus filhos, no palácio Alexandre.

Em agosto de 1917, a família imperial foi conduzida à Sibéria, mais exatamente a Tobolsk. Em maio de 1918, transferiu-se à casa Ipatieff, em Iekaterinburgo. Quanto mais se aproximava o verão, mais o imperador e os seus sofriam com as condições da detenção. As forças contra-revolucionárias avançavam rumo à cidade, levando o soviete regional do Ural a tomar, na noite de 16 para 17 de julho, a decisão fatal de eliminar a família imperial e seus companheiros de infortúnio. Despertados brutalmente e vestidos às pressas, os prisioneiros foram conduzidos ao térreo. A espera prolongava-se, quando de súbito o comissário Jacob Yourovsky, que comandava o destacamento, penetrou no aposento, acompanhado de sete homens. Aproximou-se do czar e lhe disse: “Os seus quiseram salvá-lo; mas não conseguiram, e somos obrigados a levá-los à morte”. Estupefato, Nicolau II só teve tempo de exclamar: “O quê?”, antes de ser abatido com um tiro de revólver. Depois, os soldados executaram os demais prisioneiros. O massacre durou perto de meia hora. As balas ricocheteavam nas jóias que as grandes duquesas tinham escondido sob as roupas, perdiam-se nas almofadas que mantinham seguras contra o peito. Alexis e Tatiana sucumbiram a golpes de baioneta e coronhadas... Os corpos foram transportados

em um caminhão e depois sepultados ao acaso, sob as toras de madeira de uma ponte. Assim terminou, no horror, o destino do último czar da Rússia.

A punição do kaiser

Como um castelo de cartas, o desmoronamento do império russo trouxe atrás de si o da Alemanha imperial e, com ela, de todos os pequenos reinos alemães: Baviera, Baden, Saxônia, Hesse, Wartemberg etc. Guilherme II viu-se constrangido, aos 59 anos, a abdicar em novembro de 1918. Já se afirmou que se o kaiser não tivesse nascido com um braço atrofiado, seu caráter seria outro e outra também a sorte da Alemanha e de toda a Europa. De qualquer modo, desde sua ascensão ao trono, Guilherme sempre demonstrou megalomania. Verdadeiro déspota, controlava os feitos e os gestos de seu círculo, até mesmo a escolha da indumentária. E seus seis filhos foram educados como soldados.

O imperador apreciava bastante o arquiduque da Áustria, Francisco Ferdinando, na companhia do qual costumava ir à caça. Assim, o duplo assassinato de Sarajevo transtornou-o imensamente. Dele tratando como de um assunto pessoal,



Francisco Ferdinando, com o kaiser Guilherme II, em 1913

Verdadeiro déspota, Guilherme controlava os gestos de seu círculo, inclusive a escolha da roupa; seus filhos foram educados como soldados

Guilherme II levou a Áustria à guerra. Mas a sorte logo lhe deu as costas. Com efeito, desde o início do conflito, o kaiser perdia sua influência diante do estrategista Ludendorff. Como dissimular frente à opinião pública a realidade dessa humilhante divisão dos poderes?

Durante quatro anos, o kaiser correu atrás do espectro de sua popularidade. Exaurido pelas adversidades, terminaria, como seu império, sem forças. No dia 9 de novembro de 1918, o último ato de um reinado de 31 anos foi encenado: enquanto os cortejos de operários desfilavam diante da chancelaria de Berlim, os próximos de Guilherme II pressionavam-no a abdicar. O kaiser resistiu molemente e, a despeito das declarações teatrais, solicitou asilo na Holanda. A rainha Guilhermina aceitou esse hóspede inoportuno, bem como o herdeiro do trono, que recolheu a um presbitério, numa ilha desolada ao norte do país. Quanto à kaiserina, viveria ainda um tempo na tormenta; era uma mulher alquebrada que chegava pouco depois à Holanda. Sofrendo o peso dos anos de guerra e a perspectiva de uma vida de exílio, aniquilada sobretudo pelo suicídio de seu filho preferido, Joachim, morreria em 1921. Guilherme, por sua vez, pareceu consolar-se rapidamente. Transferiu-se para a bela propriedade de Doorn, não muito longe da fronteira alemã, e não tardou a esposar a princesa Hermine Reuss, que partiu a seu encontro no doce

retiro. Guilherme acompanhava com assiduidade as notícias internacionais e recebia uma multidão de jornalistas e de historiadores que o mantinham complacentemente na ilusão de seu antigo esplendor. O herdeiro, mais realista – pressentia que os Hohenzollern nunca mais voltariam ao trono –, uma vez autorizado a voltar a Berlim, levava sua vida dissoluta em coquetéis fúteis e noites desvairadas. Embora sem manifestar grandes entusiasmos pelo nazismo, participou das paradas e dos desfiles militares do partido, aos quais era levado pelos irmãos Fritz-Eitel, Oscar e sobretudo Augusto-Guilherme. Este último tentaria até o fim aproximar-se de Hitler, enquanto os demais permaneceriam enclausurados no silêncio, a ponto de o regime considerá-los suspeitos de atividades antinazistas.

Guilherme II não era um hitlerista. Se guardava a ilusão de que tinha um papel a desempenhar, não pretendia apoiar esse Führer que parecia a seus olhos um homem vulgar e brutal. Contudo, quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial e a Holanda foi ocupada pelos nazistas, o kaiser viu-se dividido entre, de um lado, a natural simpatia que devotava aos oficiais da Wehrmacht – que ali vinham apresentar-lhe seus respeitos – e, de outro, as obrigações devidas ao país que o acolhera. Fugindo aos bombardeios alemães na Grécia, sua neta preferida, Frederica, filha de sua única filha Vitória-Luís e esposa do rei Paulo I, precisou refugiar-se em Creta. Abatido pela notícia, o

kaiser morreu no dia 4 de junho de 1941. Seus filhos, sua filha e, claro, a "imperatriz" Hermínia, assistiram, em terra de exílio, aos funerais do último imperador alemão.

A maldição dos Habsburgo

A morte em Mayerling, no dia 30 de janeiro de 1889, em condições trágicas e misteriosas, do arquiduque Rodolfo, único herdeiro do imperador Francisco José, fizera passar a coroa dos Habsburgo às mãos de Francisco Ferdinando. Mas como o arquiduque tinha contraído uma união morganática, os filhos oriundos de seu casamento não podiam ser dinastas. Com sua morte, a sucessão passava, portanto, ao primogênito de seus sobrinhos, o arquiduque Carlos, filho de seu irmão Oto e de Maria Josefa da Saxônia.

Carlos recebera uma educação religiosa e cuidada. Arquiduque herdeiro aos 27 anos, lembrava, tanto fisicamente quanto pelas idéias fiéis aos tempos de outrora, o próprio imperador Francisco José, do qual, aliás, era um protegido. O velho monarca muito se alegrou, em 1911, com o casamento do jovem príncipe com a princesa Zita de Bourbon-Parma.

Três anos depois, logo após o atentado de Sarajevo, Carlos e Zita precisaram abandonar sua pacata vida de família no castelo de Hetzendorf, para enfrentar Viena e seus perigos. Desde o início das hostilidades, Carlos manteve-se na frente de batalha. Francisco José reconhecia as qualidades do novo herdeiro do trono, que

Caricatura satiriza os apuros por que passou o soberano austríaco Francisco José



Depois do atentado de Sarajevo, Carlos e Zita abandonaram a vida de família no castelo de Hetzendorf, para enfrentar Viena e seus perigos

pouco a pouco se transformou em seu homem de confiança: "Aprecio Carlos, apresenta-me com clareza suas opiniões, mas, quando mantenho meu ponto de vista, sabe obedecer".

Uma época, de fato, terminava. No dia 21 de novembro de 1916, pouco depois das 21 horas, Francisco José, aos 86 anos, soltava seu último suspiro no leito de campanha em que dormia desde a juventude. Não veria, portanto, apagar-se esse antigo mundo do qual fora um dos pilares. Carlos seria, pois, imperador da Áustria, rei apostólico da Hungria, rei da Boêmia, da Croácia, da Eslovênia e da Dalmácia... Com os faustos de sua coroação em Budapeste, em 30 de dezembro de 1916, a poderosa dinastia dos Habsburgo brilhava, sem sabê-lo, com seus últimos esplendores.

Carlos I dedicou-se imediatamente ao restabelecimento de uma paz mais que desejável para a Áustria. Demonstrando surpreendente tenacidade em defender a própria existência da monarquia, ao mesmo tempo não negligenciava nenhuma ocasião que servisse para conter a hecatombe. Por seu lado, instigado pela irmã Zita, o príncipe Sixto de Bourbon-Parma estabelecia negociações com o campo adversário. Não vingaram, porém, e a sorte da Áustria revelava-se indissolúvelmente ligada

ao império alemão, que a arrastava em sua queda. Em 11 de novembro de 1918, a paz tão desejada por Carlos foi enfim assinada. Mas ele não era mais o imperador: fora proclamada a República da Áustria.

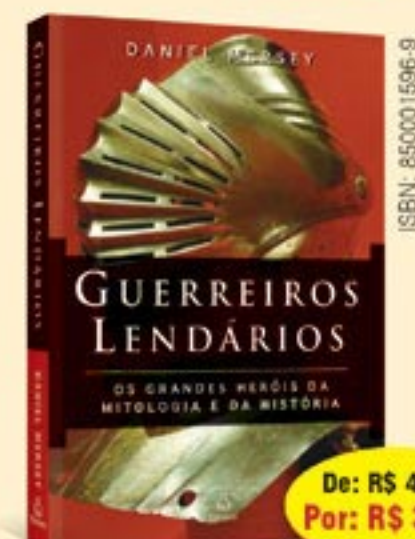
Carlos devia resolver-se a tomar o caminho do exílio. Recusava-se, contudo, a abdicar, apesar dos conselhos de Zita. "Prefiro morrer contigo", dizia, "nosso filho Oto nos sucederá." O arquiduque Oto, nascido em 1912, era o príncipe herdeiro desde 1916. O casal deixou o país rumo à Suíça em condições materiais bastante difíceis. Enfrentou privações, isolamento e insegurança. Além do mais, a família crescia com o nascimento de mais seis filhos e precisou enfrentar uma situação financeira muito preocupante. Exilados pelas potências aliadas na ilha da Madeira, Carlos e a família instalaram-se em um modesto palacete perto de Funchal. Esgotado moralmente e alquebrado psicologicamente, Carlos morreu no 1º de abril de 1922, de pneumonia.

CYRILLE BOULAY é jornalista, escritor e especialista em monarquias européias

GLOSSÁRIO

Casamento morganático: união contraída por príncipe com mulher de condição inferior, cujos filhos não podem reinar.

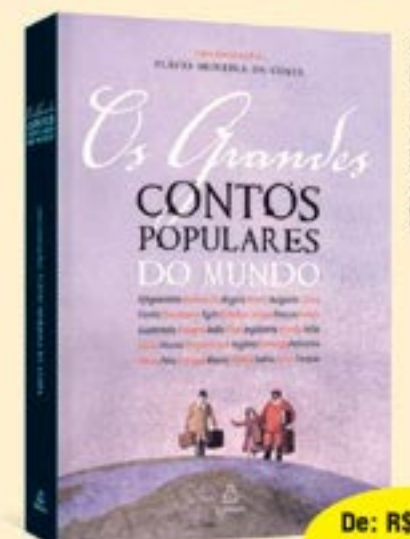
TÍTULOS SELECIONADOS PARA QUEM TEM SEDE DE CONHECIMENTO



De: R\$ 44,90
Por: R\$ 35,90

GUERREIROS LENDÁRIOS

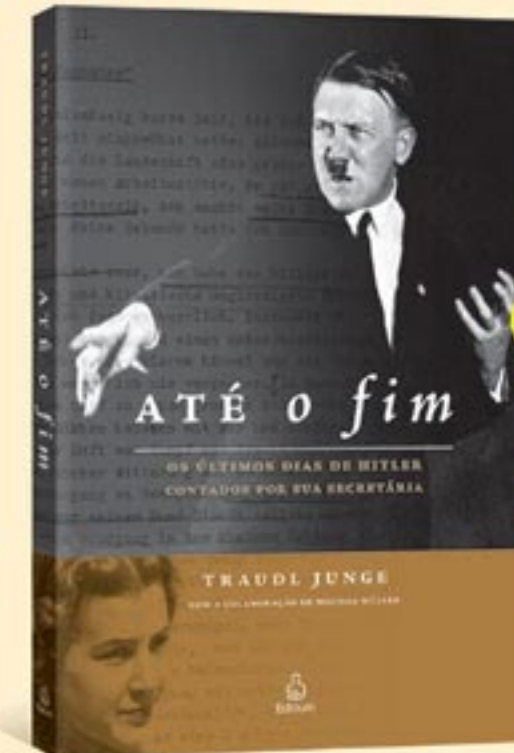
Os feitos de dez guerreiros que viraram filmes e cujos nomes sobrevivem até hoje, como Rei Artur, Drácula, Aquiles e Robin Wood. Daniel Mersey • 304 páginas



De: R\$ 49,90
Por: R\$ 39,90

OS GRANDES CONTOS POPULARES DO MUNDO

Pela primeira vez uma seleção das melhores histórias contadas pelos povos de todo o mundo. Flávio Moreira da Costa 432 páginas



De: R\$ 44,90
Por: R\$ 35,90

ATÉ o fim

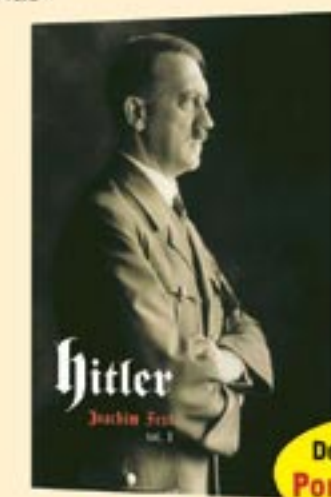
Os últimos dias de Hitler contados por sua secretária. Escrita pela secretária pessoal de Hitler, esta biografia inédita inspirou o filme A Queda. Traudl Junge 240 páginas



De: R\$ 44,90
Por: R\$ 35,90

O DIÁRIO DE NINA

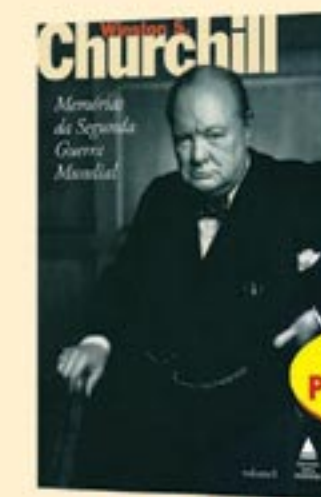
Resgatado dos arquivos da polícia secreta russa, esse diário é uma das mais importantes descobertas históricas dos últimos tempos. Nina Lugovskaia • 460 páginas



De: R\$ 52,00
Por: R\$ 41,00

HITLER - VOL. 1

Baseado em extensa pesquisa, o livro de Fest traça a trajetória de Hitler desde sua infância na Áustria até tornar-se a nêmesis da civilização. Joachim Fest • 528 páginas



De: R\$ 49,90
Por: R\$ 39,90

MEMÓRIAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O mais detalhado e apaixonante relato do que foram os seis meses de reuniões, conferências e conchavos diplomáticos na capital francesa com o fim da Primeira Guerra Mundial. Winston Churchill • 560 páginas

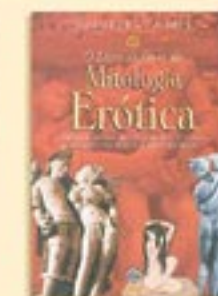
PROMOÇÃO ESPECIAL

Na compra de qualquer item acima, leve qualquer um abaixo por apenas

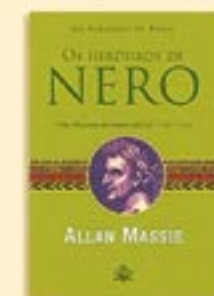
R\$ 9,90



LEONARDO DA VINCI



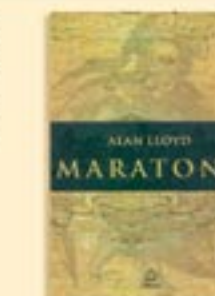
O LIVRO DE OURO DA MITOLOGIA ERÓTICA



OS HERDEIROS DE NERO



MITOS PARALELOS



MARATONA



100 AUTORES



SANGUE E ESPLendor

Condições especiais de pagamento

Pagamento em 3x sem juros no cartão.
Depósito identificado;
Boleto bancário;

FRETE GRÁTIS Para as capitais Rio de Janeiro e São Paulo*.

Faça já o seu pedido**:

São Paulo
(0XX11) 4081.2181
Outras cidades
0800.707.2122



Ediouro

www.ediouro.com.br

GAÚCHOS VÃO ÀS ARMAS, CONTRA O IMPÉRIO

Logo depois da Independência, o poder centralizado tirou a autonomia do povo do sul, que se rebelou na luta por seus direitos e criou a República Rio-grandense

POR SANDRA JATAHY PESAVENTO

Revolução Farroupilha: uma luta de dez anos contra o Império. Uma guerra onde os rio-grandenses optaram pela defesa de idéias republicanas em um Brasil monárquico. Uma rebelião gaúcha contra a centralização política e administrativa imposta à nação pela Corte do Rio de Janeiro após a Independência. Um movimento que se inseriu no contexto das rebeliões ocorridas durante a Regência em diferentes províncias, que levantaram a bandeira do federalismo contra a dominação do chamado "centro" sobre o país. Um acontecimento político

que marcou a história do Rio Grande do Sul e que se tornou um marco de referência para a identidade gaúcha.

Mas vamos ao acontecimento, em suas origens. Situada no extremo sul do Brasil, fronteira às frentes da colonização espanhola no rio da Prata, a região do que é hoje o Rio Grande do Sul foi incorporada tardiamente ao Brasil colonial. Uma primeira frente de penetração se dera com o estabelecimento de um posto avançado português ao sul, a Colônia do Sacramento, onde é hoje o Uruguai, em 1680. Anos antes, em 1626, sob bandeira espanhola,

Confrontos sangrentos, ao longo de dez anos, marcaram a identidade regional dos rio-grandenses, que sonhavam com a República. *Batalha dos Farrapos*, óleo de Washt Rodrigues



MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO, PORTO ALEGRE



ARQUIVO HISTÓRICO, PORTO ALEGRE

O estancieiro e militar Bento Gonçalves (no alto), líder do movimento; o conde Tito Livio Zambecari (no centro), alinhado com os rebeldes; e Bento Manuel Ribeiro (acima) que trocava de lado, apoiando os imperiais

os jesuítas haviam penetrado no território atual do Rio Grande do Sul, fundando missões para o aldeamento dos índios. Batidos pelos bandeirantes paulistas, os jesuítas atravessaram o rio Uruguai com os índios, abandonando no território que chamavam Província Del Tape os rebanhos de gado. No final do século XVII, em 1682, os padres retornaram ao território rio-grandense, fundando os Sete Povos das Missões, época de apogeu da presença dos jesuítas no sul. Esta civilização jesuítico-guarani teve fim com a Guerra Guaranítica de 1754-1756, quando os padres e índios foram derrotados pelas forças luso-castelhanas e obrigados a deixar a região, pelas disposições do Tratado de Madri (1750), que dispunha sobre as fronteiras ibéricas ao sul da América.

Neste contexto, o que era o Rio Grande do Sul? Uma zona de fronteira litigiosa, em constantes lutas pela posse da terra e do gado, de enfrentamento direto com os castelhanos. A antiga Capitania d'El Rey era terra de passagem, de guerra e de contrabando com o Prata. Foi na passagem do século XVII para o XVIII, com a descoberta de ouro nas Gerais e a necessidade de animais de tração e corte para as minas, que se processou a ocupação e conquista efetiva da terra. Tropeiros e contrabandistas de gado, vindos de São Vicente e de Laguna, em Santa Catarina, e soldados d'El Rey, egressos de Sacramento ou do Reino, se apropriaram do território. Abriam estradas para o tropeio do gado, ganharam sesmarias e se estabeleceram em estâncias. Mais tarde, organizaram charqueadas para o fabrico da carne seca e salgada.

Sob o signo da guerra, da conquista do gado e do contrabando que disputavam com os castelhanos do Prata, surgia a Capitania do Rio Grande de São Pedro, que defendia a fronteira sul para a Coroa portuguesa. Por seus serviços militares, a elite sulina — os senhores de terra, gado e escravos — gozava de uma relativa autonomia em termos de poder local. O valor militar dos estancieiros soldados era reconhecido pela Coroa face às necessidades da guerra

e poucos obstáculos eram colocados ao exercício do poder local. Este *modus vivendi* foi significativamente alterado com o advento da independência, em 1822 e sobretudo com o estabelecimento da Regência, em 1831. A abdicação de D. Pedro I em nome de seu herdeiro, ainda criança, fizera montar ao poder, através dos regentes, a elite do centro do país, sediada no Rio de Janeiro e baseada na produção e comercialização do café. As coisas haviam, então, mudado muito para a agora província do Rio Grande do Sul e para as elites sulinas. A reorientação centralizadora imposta pela Corte traduziu-se em termos de uma avaliação muito precisa dos acontecimentos: perda de autonomia, liberdades ameaçadas, desprestígio e desconsideração para com os rio-grandenses, autoritarismo do centro contra o sul.

Submissão inadmissível

O poder central, queixavam-se os rio-grandenses, indicava presidentes de província estranhos aos interesses da elite local, para a qual a submissão das suas pretensões regionais às diretrizes da Corte era considerada inadmissível. Igualmente, os senhores locais condenavam a existência de uma assembleia provincial com atribuições meramente reivindicativas. Quando, pelo Ato Adicional de 1834, foi concedido poder legislativo às províncias, já foi tarde demais para segurar a rebelião do sul contra a Corte. Acontece que esse Ato Adicional vedava às Assembleias Provinciais o direito de legislar sobre os impostos, questão que ocupava um espaço importante nas reclamações dos farroupilhas. O Rio Grande considerava-se tremendamente injustiçado no que tocava à economia local, baseada nos produtos da pecuária e voltada para o abastecimento do mercado interno.

A Constituição de 1824 estabelecia que era o centro quem determinava quanto dos impostos arrecadados nas províncias ficava com as mesmas e quanto deste montante deveria ser remetido ao poder central. Com isto, por mais que produzissem, eram espoliados de suas riquezas. Os senhores do



ARQUIVO HISTÓRICO, PORTO ALEGRE

Piratini foi a primeira capital da República Rio-grandense. Palácio da Guerra no tempo da República, em Piratini, óleo de anônimo

O poder central servia-se dos homens, cavalos e munições, requisitava o gado e não retribuía com indenizações e honrarias aos guerreiros locais

sul consideravam que eram taxados com pesados impostos sobre o gado, a terra e o sal, mas a situação era agravada ainda mais pelo problema do charque. O charque sulino destinava-se ao alimento dos negros escravos do país e, para forçar a baixa do preço desse produto, o centro fazia reduzir os impostos sobre o charque estrangeiro (o *tasajo* platino), obrigando com isso os gaúchos a reduzirem os seus preços, para terem competitividade no mercado.

Como se não bastasse, os rio-grandenses pagavam caro pelo sal estrangeiro, matéria-prima para a fabricação do charque e artigo taxado com altos impostos pelo governo central. Desta forma, a margem de lucro das empresas charqueadoras ficava reduzida, para indignação dos produtores sulinos. Mas havia ainda mais: os gaúchos reclamavam que as requisições de cavalos e gado pelas forças imperiais em território do Rio Grande não eram pagas, nem os cargos de comando das tropas era atribuído aos rio-grandenses. A perda da Província Cisplatina (atual Uruguai), em 1828, com a independência do Uruguai, muito contribuiu para o desprestígio do sul, a quem a derrota foi atribuída. Ou seja, com a perda da Cisplatina, o valor político-militar dos gaúchos foi abalado nas suas relações com o poder central. O orgulho ferido daqueles que se consideravam os defensores da fron-

teira fez com que a dominação do centro passasse a ser considerada intolerável.

As queixas se avolumavam: a denúncia de um sistema tributário que favorecia os produtores concorrentes do estrangeiro na disputa do mercado nacional, a acusação de uma política de desprestígio deliberado contra os senhores de terra e gado do sul, que defendiam a fronteira e venciam as guerras contra os castelhanos, mas que não recebiam postos de comando nas batalhas... "Nós somos a estalagem do Império", dizia o general Bento Gonçalves da Silva, estancieiro e militar, líder do movimento, ao explicar a atitude dos rio-grandenses em revolta: o Império servia-se dos homens, cavalos e munições, requisitava o gado e não retribuía com pagamento de indenização das perdas sofridas ou com atribuição de cargos e honrarias aos chefes de guerra locais.

Neste clima de queixas e do que consideravam uma atitude de desprestígio para com o sul, muitas das idéias filosóficas do liberalismo vigente no século XIX foram apropriadas pelos líderes farrapos para embasar a sua conspiração. O elitismo das teorias de John Locke os inspirava para a construção de um governo no qual o poder repousaria nas mãos destes senhores de terra e gado. Se o Império era injusto com eles, as idéias de Rousseau quanto às mudanças das

instituições eram bem-vindas, sobretudo se elas se embasavam em critérios de justiça e igualdade. De Montesquieu, tomavam o modelo de um governo constitucional — monarquista para uns, republicano para outros — e da divisão dos poderes. O exemplo dos Estados Unidos da América também inspirava os líderes, mais pela idéia do federalismo do que pela democrática participação dos cidadãos no governo. Tais idéias circulavam através das sociedades secretas, como a maçonaria, entrada na Província de São Pedro em 1831, ou da imprensa, pelo jornal *O Continente* ou ainda do Gabinete de Leitura Continente, onde se reuniam os sediciosos.

Farrapos, com orgulho

Os líderes locais tinham estreitas e ambivalentes relações com os caudilhos platinos. Com amplos interesses no Uruguai, tendo muitas vezes vastas propriedades territoriais que iam de um a outro lado da fronteira. Parte da elite local mantinha negócios de venda de gado, afinidades políticas ou mesmo relações de parentesco e amizade com os castelhanos. Por outro lado, com eles guerreava, nas lutas de fronteira, ora estabelecia alianças, em função das oscilações da política no Prata. Por causa dessas relações com os platinos, Bento Gonçalves da Silva, então coman-

dante da fronteira Sul e Bento Manuel Ribeiro, comandante da Fronteira Oeste, haviam sido chamados à Corte em 1834 para explicarem o seu envolvimento com os caudilhos. Por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, em 20 de abril de 1835, o presidente provincial Antônio Rodrigues Fernandes Braga acusou os sócios do Gabinete Continente de tramarem contra o Império, realizando acordos com os uruguaios, e articularem uma rebelião.

Inconformados, os rio-grandenses protestaram, pleitearam em defesa dos seus direitos e prestígio perdido e nem mesmo a instalação da primeira assembleia provincial, em 1835, com poderes legislativos, atribuídos pelo Ato Adicional de 1834, serenou os ânimos. No decorrer da própria sessão de instalação, a crise explodiu. A situação se revelava insustentável e os insurgentes acorreram com as suas tropas, para as cercanias da capital. Na madrugada do dia 20 de setembro, os revoltosos, concentrados na colina do cemitério, fora da cidade, desceram para o ataque de Porto Alegre. Ia começar a longa guerra, que duraria dez anos. Depois de um combate com os legalistas ou caramurus na Ponte da Azenha, os insurgentes tomaram a cidade de Porto Alegre, entrando pela praça do Portão e conquistaram o palácio

do Governo, de onde havia fugido o presidente Fernandes Braga rumo à cidade de Rio Grande. Os rebeldes já eram chamados pelos legalistas, pejorativamente, de farroupilhas. Essa era a maneira de designar os liberais exaltados em todo o Brasil, que se aproximavam, em suas ações, das camadas mais populares, estas em farrapos ou farroupas. Se, para os opositores, esta era uma designação depreciativa, para os rebeldes e, sobretudo, para o culto de sua memória, que se seguiu ao término da revolução, tornou-se motivo de orgulho.

O líder Bento Gonçalves, chefe do movimento, explicava a sedição como legítima defesa de liberdades ameaçadas, reafirmando sua lealdade à ordem monárquica. O que queriam os revoltosos era corrigir os erros da administração imperial, restaurando a boa ordem e a lei, que implicava no afastamento do cargo do presidente de província Fernandes Braga, nomeado pelo centro. Em carta ao Regente Feijó, de 12 de outubro de 1835, Bento Gonçalves ia mais longe, fazendo mesmo ameaças: "O Rio Grande é a sentinela do Brasil que olha vigilante para o rio da Prata. Merece, pois, consideração e respeito. Não pode nem deve ser oprimido por déspotas de fancaria. Exigimos que o Governo Imperial nos dê um presidente de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso

progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e, com a espada na mão, saberemos morrer com honra ou viver com liberdade". Ao longo da guerra, os farroupilhas conseguiram vitórias e tiveram de enfrentar derrotas, além de vivenciarem cisões entre seus chefes e mesmo defecções, como a de Bento Manuel Ribeiro, que por mais de uma vez trocou de lado, passando a dar apoio aos imperiais.

No ano de 1836, com a derrota dos farroupilhas na batalha de Passo do Rosário, os legalistas retomaram a cidade de Porto Alegre. A capital foi cercada pelos rebeldes, que lhe impuseram um longo sítio, durante o qual ela conseguiu ser abastecida pelos produtos da colônia alemã, através do rio. Neste contexto da guerra, os farroupilhas tiveram contra si os colonos alemães, instigados pelo doutor Johann Hillebrand, diretor da Colônia de São Leopoldo e ligado aos imperiais. Com a sua reintegração ao lado do Império, a cidade passou a usar no seu brasão o dístico de "Mui leal e valerosa", concedido por D. Pedro II em 1841. Mais vitórias aguardavam os farrapos: apesar de lutarem em minoria de forças, os rebeldes ganharam a batalha do Seival. Comandados pelo coronel Antônio de Souza Netto, derrotaram as forças superiores de João da Silva Tavares. Na sequência entusiasta desta vitória sobre

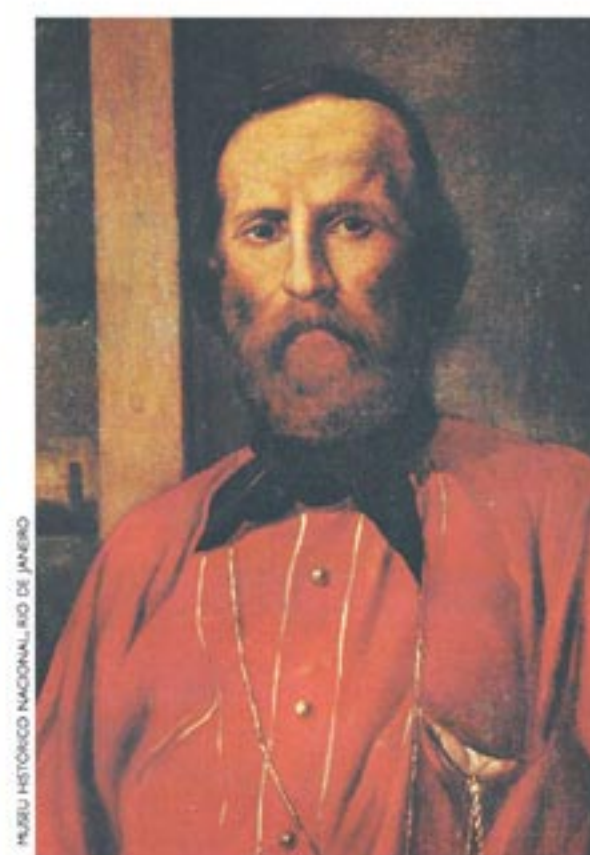
Garibaldi (à extrema direita) e sua mulher, Anita (ao lado), lutaram com os farrapos, pela causa da independência. Anita Garibaldi, de J. R. Ferreira. e José Garibaldi, de Domenico Morelli

os imperiais, os farroupilhas aprofundaram o sentido da revolução. Em 11 de setembro de 1836, no Campo dos Menezes, Antônio de Souza Netto proclamou a República Rio-grandense, o que foi seguido pelo ato de 5 de novembro do mesmo ano, quando os farrapos ratificaram aquela medida na Câmara Municipal de Piratini, declarando a independência do Rio Grande do Sul sob a forma republicana, tendo por presidente Bento Gonçalves da Silva. A nova República Rio-Grandense, tendo por capital Piratini, queria reunir, por laços

A Constituição republicana, instituída pelos revoltosos, confirmou princípios vigentes no Império, como o voto censitário e a escravidão

federativos, todas as províncias dispostas a assumir igual forma de governo.

O ato da proclamação da república marcou uma inflexão decisiva nos rumos da Revolução Farroupilha, que no momento inicial da rebelião declarara manter-se fiel à monarquia e ao Trono. Teria sido de Domingos José de Almeida, o culto e rico revolucionário, charqueador e estancieiro, a proposta de fundar uma



Os revolucionários sofreram sucessivas derrotas, como a de Porongos, até aceitar a paz, em 1845. Guerra dos Farrapos, de José Washt Rodrigues



república, influenciando Antônio de Souza Netto e os demais. Tornou-se ministro do Interior e da Fazenda do novo governo e, da correspondência que deixou, trocada com sua esposa Bernardina, é possível reconstituir não só o clima da época como a participação e envolvimento das mulheres dos líderes farroupilhas no conflito. A República Rio-grandense, através de sua Constituição, criada anos mais tarde, confirmaria princípios vigentes no império, como o voto censitário e a escravidão.

Recém-proclamada a república, os farrapos sofreram outra derrota, no combate naval da ilha do Fanfa, onde, cercados pelos barcos legalistas, renderam-se para evitar maiores baixas. Foi, contudo, uma derrota que se tornou lendária, pelos acontecimentos que a ela se seguiram. Bento Gonçalves e Onofre Pires foram recolhidos ao navio-presídio *Presiganga*, ancorado frente à cidade de Porto Alegre e onde já se achavam encarcerados Tito Lívio Zambecari, Pedro Boticário e Antônio Álvares Pereira Coruja, aquele que muitos anos mais tarde, na sua velhice, no Rio de Janeiro, escreveria crônicas memorialísticas sobre a antiga cidade de Porto

Alegre. Remetidos os presos para a Corte, seguiram-se incidentes que contribuíram para construir o mito de Bento Gonçalves. No Rio de Janeiro, na Fortaleza da Laje, Bento e Pedro Boticário escavaram um buraco na cela para fugirem, mas sendo Boticário muito gordo, não conseguiu passar pela abertura. Em solidariedade ao amigo, Bento Gonçalves desistiu da fuga. Mas o incidente mais espetacular se deu por ocasião de sua escapada do Forte do Mar, na Bahia, para onde fora remetido o chefe farroupilha. Com o auxílio da maçonaria, Bento Gonçalves fugiu a nado, para um barco onde os maçons o esperavam. Rumando ao Rio Grande do Sul, foi aclamado como herói na sua chegada.

Em 1838, Bento Gonçalves lançou um manifesto, rememorando as causas que haviam levado à revolta e assumindo, pela primeira vez, o discurso republicano: "Um só recurso nos restava, um único meio se oferecia à nossa salvação. Esse recurso e esse meio único eram a nossa independência política e o sistema republicano".

Mas outros acontecimentos espetaculares teriam ainda lugar no decorrer da longa guerra. O movimento farroupilha procu-

rou alastrar-se para a vizinha província de Santa Catarina, sob o comando de Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, mercenário italiano conhecido como herói dos dois mundos. Para esse feito, que deveria implicar um ataque por mar, Garibaldi fez arrastar por terra, tirados por juntas de bois, os navios *Seival* e *Farroupilha*, desde a foz do rio Capivari, na lagoa dos Patos, até a barra do Tramandaí, onde ganharam o oceano. Desta iniciativa inusitada resultou a tomada de Laguna e a fundação da República Juliana. Foi em Laguna que o belo Garibaldi conheceu a também bela Anita, que com ele fugiu e passou a lutar com os farrapos pela causa da revolução.

Recursos via contrabando

E a luta prosseguia, ano após ano. Uma questão parecia intrigar o Império: se Rio Grande, único porto de mar da província, nunca deixou de estar nas mãos dos legalistas, como os farrapos conseguiam recursos para sustentar a guerra, uma vez que estava impedida a exportação do charque? Só havia uma resposta: pelo contrabando. O charque gaúcho era exportado pelo porto de Montevideú, acompanhado de uma guia falsa, que certificava ser um *tasajo* oriental, ou seja, charque platino, acessando com isso os portos brasileiros, onde entrava pagando baixos impostos alfandegários! Assim, conseguiam os farroupilhas, pelas fronteiras, reforços em armas, cavalos e munições.

A partir de 1840, o Império já tinha vencido as demais rebeliões regenciais e pôde concentrar forças no sul, tentando negociar a paz. Entretanto, os chefes farrapos não chegavam a um acordo sobre as possíveis negociações para pôr um termo à guerra. A paz, enfim, viria em 1845, pela intervenção do Barão de Caxias, que já tinha a alcunha de Pacificador pelas suas habilidades na negociação de conflitos. O Império propunha a paz porque a política no Prata preparava outra guerra, entre o uruguaio Oribe e Fructuoso Rivera, seu rival, com quem Bento Gonçalves entretinha boas relações. O Império ponderou



Na estampa do lenço farroupilha estão desenhadas as armas da República Rio-grandense

que mais valia ter a seu lado a província de São Pedro do que vê-la unir-se aos platinos. Nomeado presidente da província de São Pedro, Caxias começou a articular a paz com o chefe farroupilha Davi Canabarro.

Bento Gonçalves, doente e desgostoso com as rivalidades internas dos chefes farrapos, algumas delas fatais – ele acabara matando em duelo seu primo, Onofre Pires –, havia renunciado à presidência da República Rio-grandense em 1843. Mas, antes que a paz finalmente fosse assinada, um controvertido episódio teve lugar: a batalha de Porongos, também chamada de Surpresa ou Traição de Porongos, travada em 14 de novembro de 1844, quando o coronel legalista Francisco Pedro de Abreu – Chico Pedro ou Moringue, como era chamado – derrotou Davi Canabarro. Era preciso convencer os líderes farroupilhas de que deviam aceitar a paz, mas para isso

deveriam sofrer uma derrota. Mas uma batalha perdida implicava vencidos – no caso, Canabarro –, e em baixas. Os escolhidos para morrer teriam sido os negros, que lutavam na infantaria e que foram desarmados na véspera da batalha por Canabarro. Uma carta, da qual se suspeita a veracidade até hoje, teria sido enviada por Caxias ao Moringue, dizendo ter negociado com Canabarro a rendição farroupilha e a derrota de Porongos, com instruções para poupar os oficiais. Acusado de traição, a figura de Canabarro é até hoje discutida pelos historiadores, tal como a batalha de Porongos com os seus mártires negros.

O conflito encerrou-se em 28 de fevereiro de 1845, com a assinatura da Paz de Ponche Verde, nos campos de D. Pedrito. Tratava-se do que se chamou uma paz honrosa. Os farrapos conseguiam, pelas suas cláusulas, uma série de antigas reivindicações: poderiam escolher o presidente de província que quisessem; a dívida contraída pelo governo republicano seria incorporada e paga pelo Império; os oficiais do exército farroupilha passariam para o exército imperial com os mesmos postos que ocupavam; concedia-se liberdade aos escravos que haviam lutado na revolução; era admitida a segurança individual e de propriedade a todos; os prisioneiros de guerra seriam soltos e todos os que estivessem refugiados fora da província podiam retornar etc. Finda a Revolução Farroupilha, iniciava-se, para o Rio Grande, o cultivo da memória e a escrita da história daquele acontecimento que seria tomado como emblemático para a identidade regional. Mas isso já é uma outra história...

SANDRA JATAHY PESAVENTO é doutora em história, professora titular de história do Brasil/ UFRGS

PARA SABER MAIS

A Revolução Farroupilha. Sandra Jatahy Pesavento. Brasiliense, 1985.

Federalismo gaúcho. Fronteira platina, direito e revolução. Maria Medianeira Padoin. Editora Nacional, 2001.

Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos. Spencer Leitman. Graal, 1979.

Revolução Farroupilha. José Plínio Guimarães Fachel. Ed. E. Graf. Universitária, 2002.



Já está na hora de você parar de receber informação sem conteúdo.



Por dentro dos fatos, à frente da história.

IMAGINÁRIO E REALIDADE NO RETRATO DOS *bandeirantes*

Que foram desbravadores, ninguém duvida, mas estavam muito longe da imagem romanceada construída bem depois de sua passagem

POR MADALENA MARQUES DIAS

“Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo Língua [intérprete], por que nem falar sabe nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia, mais que em dizer que é Cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete Índias Concubinas, e daqui se pode inferir, como procede no mais; tendo sido a sua vida desde que teve uso de razão se é que a teve, por que se assim foi, de sorte a perdeu, que entendo não a achará com facilidade até o presente andar metido pelos matos à caça de Índios, e de Índias, estas para o exercício de suas torpezas, e aqueles para os granjeios de seus interesses. (...)” Essas são palavras do bispo de Pernambuco em 1697, sobre o bandeirante Domingos Jorge Velho. Documentos como esse traçam uma imagem muito diferente daquela consagrada e que fez desses homens um mito. Incansáveis caçadores de indígenas – que escravizavam para uso próprio, ou para vender –, eles chegaram a ser comparados a animais, por seus contemporâneos.

Não há quem não tenha ouvido falar dos bandeirantes: ensina-se sobre eles nas escolas, e a maioria dos manuais didáticos traz a representação de algum. A mais célebre, de Benedito Calixto, nos mostra um Domingos Jorge Velho altivo, barrigudo, de pele clara e barba branca, a face escondida sob um chapéu de couro. As crianças aprendem, quando lêem esses livros, que “os bandeirantes alargaram as fronteiras de nosso país”. Não resta dúvida para elas: foram heróis. É a mesma imagem que têm os adultos com igual formação.

Sempre identificados com a memória da cidade de São Paulo e circunvizinhanças, os bandeirantes encontram-se espalhados pela cidade, em estátuas colossais. Ali estão o *Borba Gato* de Júlio Guerra, em uma praça de Santo Amaro; o *Anhangüera*, imenso bloco de mármore em frente ao parque Siqueira Campos, de Luigi Brizzolara; e até o modernista *Monumento às bandeiras* de Victor Brecheret, no parque do Ibirapuera. Fonte de orgulho para outras cidades paulistas, também se encontram representados nelas. Impossível não notá-los: seus tamanhos e colocação traduzem a im-

portância que lhes foi conferida na história do Brasil, assim como seus portes altivos trazem uma aura de heroísmo. Tudo isso foi idealizado desde finais do século XIX a partir de alguma documentação escrita, pois não restou nenhuma imagem original de bandeirante feita nos séculos XVI e XVII, quando eles viveram.

Os documentos da época, porém, traçam outro contorno. São, portanto, duas imagens aparentemente inconciliáveis: por um lado, os “mocinhos” de nossa história; por outro, “vilões”; mas, ambas são explicáveis e devem ser postas em questão, para melhor compreensão de que foram eles, realmente.

O bandeirismo iniciou-se na América portuguesa nos finais do século XVI. Os colonos tinham o propósito de colocar os indígenas para trabalhar a seu favor, pois viam a necessidade do trabalho escravo em sua produção agrícola. Naquela época a escravidão era vista como algo natural, pois existia desde a Antiguidade. No século XV, ela começou a ser praticada pelos europeus no norte da África, e até mesmo pelos próprios africanos, que



O bandeirante
Domingos Jorge Velho:
“A caça de Índias (...) para o exercício de suas torpezas”. Quadro de Benedito Calixto, sem data

escravizavam tradicionalmente suas tribos rivais por meio de guerras. Então, por que não escravizar também os indígenas da América? Além de serem uma força de trabalho considerada necessária pelos colonizadores, também poderiam, quando capturados, ser convertidos e evangelizados pela Igreja Católica.

Essa forma de pensar é que deu base às atividades de captura dos indígenas, realizadas pelos colonizadores em geral, mas com destaque para os moradores da pequena vila de São Paulo: dela é que saiu a maioria das bandeiras, que vieram a despovoar boa parte do território colonial. Por isso mesmo, pouco se

fala dos bandeirantes de outras regiões: “bandeirismo” e “paulistas” tornaram-se palavras indissociáveis.

Enquanto as populações de outras partes da colônia dedicavam-se a tarefas diversas, capturar indígenas na selva tornou-se especialidade paulista, e a explicação mais aceita para isso é que, enquanto as capitanias do Nordeste se desenvolviam em virtude das atividades canaveiras e recebiam escravos africanos graças ao tráfico atlântico, a capitania de São Vicente ficara à parte desse projeto. Sem terras nem clima que possibilitassem o cultivo de produtos tropicais – como era o caso da cana-de-açúcar – e sem minérios preciosos,

a região vicentina não recebia escravos vindos da África. Seus colonos, no entanto, queriam escravos para si – principalmente depois que subiram a serra do Mar e se estabeleceram no planalto paulista. Nessa região havia terras férteis em profusão, propícias ao cultivo do trigo e de outros gêneros alimentícios muito necessários à sobrevivência de todos. Abria-se, então, uma oportunidade de enriquecimento para esses homens, por meio da agricultura e da pecuária, visando o comércio com as vilas da região litorânea.

Negócio de família

Na segunda metade do século XVI, foram criadas expedições oficiais denominadas “descimentos”: os jesuítas iam até as aldeias e traziam por convencimento os indígenas para que passassem a viver nos aldeamentos jesuítas. Lá, eles seriam evangelizados, formariam famílias de acordo com os padrões europeus e trabalhariam regularmente na agricultura, pecuária e artesanato, podendo ainda prestar serviços nas terras dos colonos, mediante um pagamento. Tudo parecia se encaixar bem, pois esses colonos beneficiados com os novos trabalhadores é que engrossavam as tropas de apoio dos descimentos, uma vez que, se os indígenas não viessem por bem, seriam trazidos à força. Na década de 1590, foram criadas as “entradas”, expedições também oficiais ao sertão para procurar minérios preciosos e que tiveram resultados fracos. A entrada de João Pereira Botafogo, em 1596, trouxe de volta poucas amostras de minérios de baixo valor, mas os tupinambás capturados no vale do Paraíba deixaram os colonos satisfeitos. A de Nicolau Barreto ao vale do Paranapanema em 1602-1603 trouxe mais de 2 mil cativos tememinós. Naquele momento, ficou claro para os colonos que capturar e escravizar indígenas era um negócio interessante.

A idéia de entrar nos sertões para obter escravos não partira somente dos colonos da América portuguesa: expedições semelhantes ocorriam, primeiramente na África ocidental, depois no interior



Se por um lado ampliou os limites do país, a ação dos bandeirantes também contribuiu para despovoar regiões, pelo seqüestro ou pela aniquilação dos aborígenes. *Partida das monções, de Almeida Júnior; s/d*

africano. Por meio delas, se promoviam guerras visando a captura, aproveitamento e vendagem de tribos, e sempre eram negócio conjunto entre os portugueses e algumas lideranças negras. Tanto lá como cá, chamava-se de “pombeiros” esses indivíduos especializados em apresamento de aldeias e em sua posterior venda.

uma bandeira chegava a ter mais de 200 componentes), e o que as tornava maiores ou mais bem armadas era o poder das famílias que delas participavam. Muitas vezes, um casamento bem negociado entre filhos de duas famílias resultava a seguir numa expedição mais incrementada que as anteriores.

vos com os paulistas. Na região da lagoa dos Patos, por exemplo, um grupo de carijós trocava araxás – aprisionados em guerras tribais – por mercadorias européias. Havia também os “pombeiros negros”, indígenas pertencentes aos paulistas, especialistas em apresar outros índios nos sertões: nem todos os cativos se tornavam necessariamente

Os patriarcas se integravam às expedições quando jovens e nelas continuavam até a maturidade; investiam capital e indígenas no negócio

Na América portuguesa as expedições também tinham um caráter militar e comercial. Além daqueles que iam diretamente ao sertão, havia outro tipo de associado: os “armadores” ou parceiros ociosos, que davam pólvora, gêneros variados e seus homens de armas em troca de receberem uma porcentagem dos indígenas capturados. Muitas vezes esses armadores eram o patriarca ou a matriarca viúva de uma família, e na bandeira iam seus filhos, genros, netos e homens de armas, todos num consórcio comum, visando o enriquecimento do grupo. Nesse sentido, podemos compreender as bandeiras paulistas em uma outra dimensão; não eram tão grandes quanto se pensou antes (muito raramente

Por vezes os patriarcas, que quando velhos tornavam-se armadores, haviam começado a ir nessas expedições quando jovens e continuado durante a maturidade, investindo sua pessoa, seu capital e indígenas no negócio. Os filhos e netos também começavam a vida assim, muitas vezes aos 10 ou 12 anos, de início como representantes dos pais, recebendo como recompensa alguns cativos somente se os pais quisessem. Depois de casados, podiam tornar-se senhores de seu negócio, associando-se aos seus familiares e a outros. Era assim que iam adquirindo a experiência de vida considerada necessária aos sertanistas.

Por outro lado, também havia aldeias indígenas especializadas em negociar cati-

escravos, mas também subordinados, mantendo convivência estreita e afinidades com seus captivos. Isso significa também que as maiores ou menores possibilidades de uma bandeira podiam, dependendo do momento, residir nos jogos políticos que seus líderes faziam.

As expedições capturavam indígenas que não eram aliados nem negociavam cativos com os colonos, mas tais alianças podiam desandar em conflitos, extermínio em massa ou redução ao cativeiro, como ocorreu com os cayapós. Até meados do século XVII, não existiam cativos dessa nação na vila de São Paulo, pois provavelmente eles traficavam outros índios com os sertanistas. Em 1608 e em 1612, duas expedições paulistas foram trucidadas por



eles, e isso inaugurou um ciclo de lutas diretas de mais de um século, que resultou na escravização ou fuga dos cayapós sobreviventes para o interior da colônia.

A maioria dos indígenas apresados pelos paulistas ficavam na própria vila, trabalhando nos trigais, na policultura e pecuária, cujos excedentes e alimentos beneficiados abasteciam as vilas litorâneas da Baixada Santista, e até o porto de Angola. As atividades sertanistas, portanto, levaram a pequena vila de São Paulo a um crescimento econômico e à sua articulação com outros mercados coloniais, atraindo capitais e novos moradores.

Inicialmente foram alvo das expedições as tribos dos arredores do planalto paulista, vale do Paraíba e “região dos Patos”; depois, elas voltaram-se para as missões jesuíticas do Guairá, do Tape e Uruguai. Nessas missões, os padres catequizavam grupos guaranis variados, e eram malvistos pelos colonos de origem espanhola, que dependiam da mão-de-obra guarani em suas atividades agrícolas. Os sertanistas de São Paulo interessavam-se também pelos guaranis, porque sabiam da agricultura praticada por esses povos, além de não terem relações exatamente amistosas com os inicianos; e os atacaram sem cerimônia. Até 1632, a

Agindo de forma criminosamente, muitos se disfarçaram de padres, para capturar os nativos. Falsos jesuítas, aquarela de assinatura ilegível, provavelmente dos princípios do século XIX



COLEÇÃO INFOLIA



Bandeirante com escopeta, ilustração de Belmonte

maioria das missões fora destruída, muitos padres mortos (por liderarem a resistência armada) e milhares de guaranis trabalhavam como escravos nas terras do planalto, ou eram negociados em outras capitânias. O papa, em apoio à Companhia de Jesus, publicou um documento condenando as atividades paulistas; mas isso não impediu novos ataques às outras missões.

A simples preação de indígenas era condenada por documentos das Coroas e do papado desde 1570. No início do século XVII, várias leis foram feitas com o intuito de favorecer o sistema de tutoria dos jesuítas e a remuneração que os colonos deveriam pagar pelo trabalho indígena, mas todas foram ignoradas pelos sertanistas. Muitas vezes, eles alegavam às autoridades coloniais “motivos de Guerra

Justa”, pois conheciam a legislação e a utilizavam em defesa própria: a Igreja e a Coroa só permitiam que se fizesse a “Guerra Justa” e, conseqüentemente, se cativassem indígenas, se eles cometessem guerras contra os colonos.

Sabedoras dessa situação, as autoridades portuguesas e os próprios reis qualificavam os sertanistas de São Paulo de “pouco obedientes”, “ladres dos sertões” e “povos a conquistar”, mas, a despeito disso, nunca houve uma política de retaliação em reação às bandeiras continuadas. No frágil equilíbrio do império espanhol e depois português, esses colonos eram elos necessários de uma cadeia de poderes que mantinha sob o domínio da Coroa as zonas coloniais. Os sertanistas que desobedeciam as leis eram os mesmos que defendiam o litoral

vicentino dos ataques piratas, assim como resistiam às tentativas de invasão francesa e holandesa. Eles é que deram, literalmente, voltas pela América do Sul, abrindo caminhos e desmobilizando populações indígenas de regiões inteiras, que mais tarde passaram a pertencer à Coroa lusa.

Por outro lado, também não haviam abandonado as atividades prospectoras de minérios, e era do interesse governamental acompanhá-las. Se existia tanta prata em Potosí, por que não se haveria de encontrá-la em outras regiões do continente? Os bandeirantes paulistas detinham técnicas de prospecção de minério desde 1608, quando chegara à vila um influxo de prospectores italianos e holandeses. Acima disso, também haviam aprendido com os indígenas a palmilhar os sertões, o que lhes conferia um conhecimento territorial necessário. Por isso mesmo, quando correu a notícia da descoberta de lavras auríferas em 1693, graças à expedição de Antônio Rodrigues Arzão, o então governador-geral Antônio Pais de Sande passou a qualificar os paulistas de “briosos”, “valentes”, “ambiciosos de honra” e “amantíssimos de sua pátria”.

Matança de quilombolas

Na segunda metade do século XVII, as atividades bandeirantes haviam se diversificado. Surgira uma nova modalidade de trabalhos, chamada “sertanismo de contrato” ou “militar”. Expedições de paulistas eram contratadas por particulares ou governantes para eliminarem tribos resistentes ao avanço português, ou quilombos que pusessem em risco a ordem estabelecida, exatamente porque tinham amplo conhecimento territorial e dominavam técnicas de guerra nas selvas. Esse foi o caso do grupo do nosso já conhecido Domingos Jorge Velho, contratado para destruir o Quilombo dos Palmares, em 1695; de fato cumpriram o prometido, realizando enorme matança entre os quilombolas. Disse Domingos ao rei de Portugal, em carta escrita em 1694: “(...) juntos imos ao sertão desse continente não a cativar (como alguns hipocondríacos

pretendem fazer crêa (...) senão adquirir o Tapuia gentio brabo e comedor de carne humana para o reduzir ao conhecimento da urbana humanidade, e humana sociedade à associação racional trato, para por esse meio chegarem a aquela luz de Deus e dos mistérios da fé católica que lhes basta para sua salvação (...) e se aos despois nos servimos deles para nossas lavouras, nenhuma injustiça lhes fazemos” (...).

Naquela altura, os princípios da mineração nas Minas Gerais e a fuga em massa dos indígenas sobreviventes sertão adentro levaram os bandeirantes a outros empreendimentos; iniciava-se o período das monções e das longas viagens por terra. De predadores de indígenas, os paulistas tornavam-se produtores e negociantes de gêneros variados, vendidos aos mineradores.

Nos finais do século XIX e princípios do seguinte, período de nacionalismos e regionalismos exacerbados, criou-se em São Paulo toda uma lenda dourada sobre os bandeirantes. Entendeu-se seu ímpeto escravizador e mercantil – ademais, típico da mentalidade da época em que viveram – como fundamental à integração das raças na formação nacional. Ao se desconsiderar o caráter violento do bandeirante, enalteceu-se a miscigenação populacional resultante. O aspecto andarilho também foi promovido, dado o alargamento dos territórios portugueses a que realmente levaram. Em uma associação imediata, relacionou-se os bandeirantes com o tamanho territorial do Brasil, e daí também resultou que eles foram qualificados de “povoadores” – quando, na realidade, atuaram (sem querer) ganhando territórios para a Coroa portuguesa exatamente pelos mecanismos despovoadores de que dispunham.

Indumentária típica do bandeirante: gualteira de couro de anta, gibão de armas, rodela, espada, arcabuz e forquilha. Ilustração de Belmonte



REPRODUÇÃO

BELMONT

Isso é compreensível: nesse momento, a glorificação desses personagens históricos atestava e justificava a riqueza cafeeira paulista, num contexto de luta pela hegemonia do governo federativo, dentro do âmbito da República Velha. Não é o caso de fazer julgamentos, de saber se os bandeirantes foram “mocinhos” ou “vilões” da história, mas sim de compreendê-los em outra perspectiva, mais próxima da realidade, sem as idealizações a que foram submetidos. É disso que se trata. Entender a realidade, descartando paradigmas que, embora consagrados, distorcem os fatos e seus protagonistas.

MADALENA MARQUES DIAS é mestre em história social pela USP

PARA SABER MAIS

Caminhos e fronteiras. Sérgio Buarque de Holanda. Companhia das Letras, 1994.

Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. John Manuel Monteiro. Companhia das Letras, 1994.

A cidade colonial 1554-1822. Paula Porto (org.). Paz e Terra, 2004.

História geral das bandeiras paulistas. Affonso d'Escagnolle Taunay. Melhoramentos, 1961.

CINEMA & CANGAÇO

na terra do sol

*A saga do cineasta amador Benjamin Abrahão, o único a filmar
Lampião e seu bando de cangaceiros,
antes do massacre de Angicos*

POR FERNANDO MONTEIRO

Dentre os jovens libaneses que, durante a Primeira Guerra Mundial, deixaram vilas e cidades até hoje obscuras entre as montanhas de cedros, estava um rapaz de Zahelh (a das tâmaras doces) chamado Benjamin Abrahão. Ele seguiu o impulso de evasão, mas em vez do destino preferencial, a América do Norte, foi para o borrão dos edens do hemisfério sul e suas estranhezas: selvas, sertões e sertanejos parecidos com alguns dos imigrantes da sua terra. Abrahão deu adeus às tâmaras em busca dos frutos tropicais ácidos e barrocos no aspecto, naqueles lugares de sol refulgindo em nomes inesperados como “Pernambuco” — com a sua sugestão de oco do mundo e porto de ventos entre fáceis riquezas. Abrahão chegou, assim, a um Recife ainda sereno, cortado por um rio lento. O rapaz dos jardins orientais viu o Derby elegante, os jogos de times de futebol e regatas, os cinemas Royal e o Glória às vezes exibindo filmes locais, cujos letreiros ajudavam a aprender a língua.

No melodramático *Filho sem mãe*, de Edson Chagas, o imigrante veria, pela primeira vez, a figura de um cangaceiro, ao mesmo tempo mítica e pobre, injuriada e condenada a morrer, no futuro imediato, pela chegada do progresso. Nessa altura, Abrahão vendia tecidos, como um mascate entre os muitos que percorriam as ruas de casas com varais coloridos de roupas ao vento. Passado um tempo, as ofertas do libanês se ampliaram também para farinha, fubá de milho, rapadura e carne do sertão. Esta palavra — “sertão” — viria a fazer parte fundamental da sua vida, embalaria seus sonhos e selaria, um dia, o seu destino. Ele era um montanhês, e sentia falta dos espaços mais livres das pontes graciosas sobre o Capibaribe. Um dia, Benjamin

O encontro de Abrahão com o bando de Virgulino, em foto tirada pelo cangaceiro Juriti. Da esquerda para a direita: Vila Nova, não identificado, Luís Pedro, Benjamin Abrahão (à frente), Amoroso, Lampião, Cacheado (ao fundo), Maria Bonita, não identificado, Quinta-Feira





Outros integrantes do bando de Lampião, retratados por Abrahão. Note-se as mulheres, Sila e Adília

comprou dois burros – Assanhado e Buril –, o cavalo Sultão e um segundo estoque de mercadorias. Em seguida, partiu para Juazeiro do Norte (CE), o antigo arraial “inchado” pelos romeiros do padre Cícero Romão Batista. Começava a aventura cinematográfica do mascate vindo dos sertões do Líbano.

No staff do Padim

Estrangeiro jeitoso e falante, Benjamin Abrahão conheceu logo o Padim Padre Cicho dos cangaceiros e coronéis, e se tornou, com o tempo, nada menos que o seu “secretário para assuntos internacionais”. Na louca Juazeiro das fanáticas multidões, passava pela cabeça do padre a possibilidade de ter assuntos de “relações exteriores” para tratar. Foi nessa condição que o nosso peregrino da sorte pôde testemunhar, na verdade, as relações conflitadas no próprio sertão, quando, numa clara manhã de março de 1926, o cangaceiro Lampião e mais 49 cabras triunfalmente entraram na cidade das rezas. Dizem que Abrahão já alcançara status suficiente, naquela “corte”, para estar presente à reunião na qual o “primeiro-ministro” do padre Cícero – o deputado Floro Bartolomeu – concedeu a patente de “Capitão” ao controverso “afilhado” do religioso, a fim de atraí-lo para a luta contra a Coluna Prestes, inimiga do governo do presidente Artur Bernardes.

Virgulino Ferreira da Silva desde o primeiro momento im-

pressionou o assessor juazeirense para assuntos das “estranhas”. Ali estava uma espécie de guerreiro de Saladino, agarrando o seu punhal de 48 centímetros com dedos morenos enfeitados dos anéis de pedras duvidosas. Tinha senso da cena, nas suas chegadas e ataques: vestia-se com uma roupa de campanha atravessada de bandoleiras que lembravam mexicanos revoltosos, sem perder nada do exame de uns óculos de finos aros de ouro a lhe darem certa distinção equívoca, feita de segurança e ameaça. Desfilando pela rua, pisava forte como um príncipe tísido, e dava entrevistas, era fotografado pelos repórteres (Lauro Cabral e Pedro Maia) convidados do “Dr. Floro”.

Com senso de decoro, o bandoleiro não se hospedou na casa vizinha do “coroné”, nem muito menos foi se aboletar numa casa próxima da residência casa paroquial. Ficou alojado no lar do comerciante e cordelista João Mendes, amigo de Abrahão Benjamin. “Tem um filme nisso tudo” – é possível que ele tenha pensado, lembrando dos cinemas do Recife. Seja como for, a impressão ficou, indelével, nas retinas do almocreve e antigo fã de Tom Mix. Abrahão era, agora, fã do cavaleiro andante do sertão de verdade, no “Oeste” da seca queimando entre os santos e pecadores cantados em folhetos.

Passou o tempo. Aclimatado aos Brasis, mais adiante o libanês-brasileiro estava em outro cenário: num cinema da avenida

Dois americanos tinham andado pelas caatingas, com “máquinas de fazer filmes”, dispostos a mostrar “o paradeiro do bando de Lampião”

Rio Branco, em julho de 1931, já casado com cabocla cearense que o acompanha em viagem de férias ao Rio de Janeiro. No Cine Parisiense, ele recebeu o impacto de *A fera do Nordeste*, documentário da época do filão aberto pelos filmes sobre crimes, trazia fotos da “chacina do rio de Peixe”, na Bahia, *Um retrato realista das fammigeradas ações do famoso bandido Lampião*. Na vida de Abrahão, tal impacto foi ao mesmo tempo bom e mau: bom, porque ele viu que o assunto já despontava nas telas, e mau, porque aquela “fera” nordestina não correspondia à imagem viva do homem que ele pudera ver na cidade dos romeiros. Mais do que de perto, na verdade ficara ao alcance da perscrutação aguda do olho bom do “Cego”, espécie de olhar de Anjo da Vingança, ou de Demônio de Astúcia, atravessando um sujeito. Nunca o esqueceria.

Em busca do protagonista

Quando voltou para o sertão, Abrahão se associou com dois tropeiros – Noel Cassis e Zé da Bodega – que gostavam de conversar sobre Virgulino Ferreira. Zé dizia que, aos 15 anos, conhecera o cangaceiro, ainda um artesão de selas, cabrestos e arreios bem feitos, que ele vendia nos dias de feira em vilas do alto sertão pernambucano. Por isso, podia falar dos motivos pessoais, que Virgulino tivera, para entrar na vida de bandoleiro: vingar a morte do pai e outras humilhações sofridas nas disputas com um fazendeiro de Vila Bela (José Saturnino) e a jagunçada a seu serviço. Por Noel, o mascate ficou sabendo que, muito recentemente, dois americanos tinham andado pelas caatingas, com “máquinas de fazer filmes”, dispostos a mostrar “o paradeiro do bando de Lampião”. Sabedor da sabujice dos sujeitos afoitos na sua pista, parece que o celerado tinha mandado “dar um susto nos gringos” – o que fora feito (e bem feito). Os dois cineastas desistiram da empreitada e foram para Juazeiro, com o intuito de aproveitar o espetáculo das procissões de romeiros. Deviam estar lá, naquele momento.

Foi assim que os dois aventureiros – seus nomes se perderam – foram procurados por Abrahão, mais do que nunca interessado em câmeras e truques de cinema. Servindo de guia para os ianques na cidade que era a sua base, Abrahão se inteirou dos erros cometidos por eles, nas tentativas de aproximação do arisco “Capitão”, e também de como funcionava aquele equipamento capaz de imortalizar as criaturas pelo menos em celulóide (o que era, sim, um milagre verdadeiro).

Outro milagre era a sorte que Abrahão, o Pai, reservara para o filho do Líbano: estar em condições de pedir carta de apresentação do Padim para o Cego que gostava de cinema, quando acontecia de encontrar algum em funcionamento nos lugares que ele invadia como se fosse o Pancho Villa. Os americanos contaram que



Gato e Canário: compenetrados na pose, para o fotógrafo vindo de longe

o ex-bandoleiro Pancho fora, um dia, procurado no seu retiro de Chihuahua – depois dos anos de “revolucionário” –, para encenar as batalhas contra os “federais”, diante de uma equipe de Hollywood. A oferta em dinheiro, atraente para o velho “general”, fizera Villa sair dos seus cuidados e se lançar à tarefa de reunir antigos comandados, com armas e outras lembranças guardadas em casa. Feito isso, aconteceram as filmagens veristas e violentas, no meio da poeira. Nada foi aproveitado pelos produtores de Los Angeles. Ou seja, o contrário da meta cinematográfica do ex-mascate, que agora lidava com o comércio de pedras preciosas e queria filmar cangaceiros de carne e osso, no seu áspero habitat em vias de mudança, naquele Brasil dos anos 30: um país que não admitia lidar com os redutos do banditismo rural individualista.

Sandálias ao contrário

Certo de que o cangaço “estava com os dias contados” (ouvia isso nas rodas de Juazeiro e da boca torta do deputado Floro Bartolomeu), Abrahão Benjamin sentiu a urgência de filmar o bando de Virgulino Ferreira, no seu cenário. Contou com a influência do Padim e de alguns bons contatos na rede dos coiteiros que, bem ou mal, garantiam os meios de proteção do bandido. Era um trançado de nós de confiança misturados com o poder da ameaça e das altas quantias, pagas pelo cangaceiro.



IMAGENS INÉDITAS

A Abafilm, empresa do Ceará, restaurou 78 fotos originais da sequência tirada por Benjamin Abrahão do cangaceiro Lampião. Desse lote, 28 são inéditas – como algumas que ilustram este artigo. A iniciativa faz parte de um projeto mais amplo, que é a criação do Memorial do Cangaço, informa Ricardo Albuquerque, neto de Adhemar Bezerra de Albuquerque, o fundador da Abafilm. O empresário apostou na empreitada do libanês Abrahão, cedendo equipamentos e filmes. Parte do acervo se perdeu, mas Ricardo tratou de recuperar tudo o que havia no acervo de seu pai. Da mesma forma, saiu em busca dos originais do filme, até encontrar uma cópia que havia sido doada a Thomas Farkas. O trabalho de reunir todo o material e deixá-lo em condição de consulta, informa o empresário, conta com o apoio das famílias de Lampião e de Benjamin Abrahão, que detêm os direitos, respectivamente, de imagem e moral (pela autoria dos registros), assim como a Abafilm, os de autoria.

Na marcha dos cangaceiros, a presença constante dos cães, como se vê nas fotos do bando, ao lado, e de Corisco, acima. Na página ao lado, Benjamin Abrahão, prestes a subir na “marinete”, transporte popular na época



O antigo mascate resolveu se internar na sombra perigosa da busca dos “coitos” e esconderijos do chefe cheio de truques e mestre da contra-informação. Lampião nunca dormia dois dias no mesmo lugar. Ao “farejar” perigo, fazia seus homens calçarem as sandálias de couro ao contrário, a fim de mudar o ir para o “vir” falso dos cabras, e espremia roupa ensangüentada, nas trilhas, para dar a impressão de arrastar muitos, no cálculo dos seus perseguidores. E, principalmente, vigiava a lealdade dos sertanejos incumbidos de levar, para o chefe e os subgrupos, os víveres necessários, as armas e as notícias, vitais, da movimentação dos macacos (os soldados das volantes).

Virgulino Ferreira da Silva gostava de ver filmes, quando havia quem os projetasse para ele e seus cabras. Na invasão da cidade sergipana de Capela, em 25 de novembro de 1929, quando tomou o lugar na companhia do irmão (Ezequiel) e dos famosos Zé Bahiano, Volta Seca, Arvoredo, Mourão, Gavião e Moderno, ele encontrou um cinema funcionando. O filme em exibição era *Anjo das ruas*, com Janet Gaynor. À surpresa da entrada daqueles novos espectadores, foi-se a música do pianista e do sanfoneiro presentes. Pouco depois, pararam a projeção. Lampião apenas dardejou um olhar

inquisitivo na direção da cabine às escuras. A sessão recomeçou, mas tão nervosa e confusa, na troca dos rolos de filme, que o bandido se retirou com os seus. Zé Bahiano, dizem, costumava atirar na tela, contra os soldados romanos da *Paixão de Cristo*.

Assim, quando um obstinado Abrahão Benjamin fez chegar o seu primeiro recado, Lampião apenas mandou perguntar se o estrangeiro teria mesmo coragem de vir se embrenhar “nas sertãs do inferno”. Em resposta, Abrahão garantiu que era o que mais queria, depois de aumentar a fama do “Capitão” promovido no Juazeiro (“Lampião lembrava-se dele?”). No passo seguinte, o antigo mascate seguia a caminho de Fortaleza, onde sabia que o cearense Adhemar Bezerra Albuquerque, dono da Abafilm, possuía uma câmera 35 mm disponível. Era uma engenhoca de corda, da marca Nizo Kiamo, com lente normal Zeiss, que Abrahão contava poder dominar, com um treino básico e muita



vontade de pôr na frente da Zeiss aquele violento fantasma do Brasil profundo.

Adhemar Albuquerque foi conquistado para a ideia da produção de um filme-reportagem sobre o mais célebre dos cangaceiros. Dele, Abrahão levou a tal câmera, cinco rolos de 100 pés de filme Gevaert Belgium e mais uma máquina fotográfica Interview Établissements André Debie, carregada com cartuchos. Adhemar também lhe deu noções elementares do manejo do equipamento, com a recomendação de que os filmes teriam de ser bem protegidos e revelados na processadora de origem francesa que compunha o estúdio da Abafilm, no começo de 1936.

Diante da “costureira”

Passando por Juazeiro, Abrahão fez mais alguns testes de câmera com padre Cícero e depois partiu em busca da aventura da sua vida, tomando o rumo do interior de Alagoas. Em maio daquele ano, estava no sítio das Emendadas do velho Bilé, parada de “reconhecimento”, onde foi abordado por dois cabras (um dos quais, o temível Sabonete) enviados pelo “Capitão”, depois de mudanças e rumos novos, traçados por emissários discretos, cruzando aquelas paragens como simples tropeiros. Abrahão chegou ao seu destino, na viagem ao centro da terra do seu interesse: foi levado, com o equipamento, para as terras da fazenda Bom Nome, onde esperou ainda algumas horas antes de se apresentar

diante do homem que, durante anos, não havia esquecido, na sua estranha magnificência. Dele ouviu uma pergunta hostil, já que boas-vindas Lampião só dava ao Padim Ciço: “Cuma é que você chegou aqui com vida, cabra velho?”.

A primeira tomada feita no reduto de Bom Nome foi operada pelo próprio chefe dos cangaceiros. Foi o *take* número 1 da produção que restaria incompleta, inacabada e parcialmente destruída nos porões da ditadura Vargas. Ao fazê-lo, Lampião se tornou o cineasta de si mesmo, o diretor de uma cena que mostrava Benjamin Abrahão olhando para a câmera e fincada, sobre o rústico tripé de madeira da Abafilm. Isso aconteceu porque um homem com a história de Virgulino teria de desconfiar até da própria sombra alongada sob os céus da tarde. Ou seja, seus óculos examinaram a geringonça de metal, cheia de parafusos e manivelas, meio parecida com as “costureiras” (como chamavam as metralhadoras). E o “cabra velho”, afinal, o que havia de querer com ele?

Mandou, portanto, que Abrahão montasse a coisa, de imediato, e ficasse na frente dela. Só então largou do fuzil e, pedindo instruções, acionou, ele mesmo, a máquina misteriosa. Ela fez um som cavo, de algum tatu-bola rodando numa caixa de alumínio, e foi tudo. Estava feita a primeira cena, perdida para sempre. Em seguida, foram ao almoço tardio – o estranho da máquina sem balas como convidado do “Capitão”.

A primeira tomada, feita pelo “Cego”, estava perfeita na angulação e na luz do acaso movendo o dedo mais acostumado com o gatilho

Abrahão, naquela primeira “temporada”, ficaria cinco dias no coito de Bom Nome e mais um outro acampamento provisório. Fez fotografias (Lampião gostava delas) e gastou os cinco rolos 35 mm com as primeiras cenas, nas quais apareciam Lampião e Maria Déa (“Maria Bonita”, no imaginário popular), além de Cacheado, Luiz Pedro, Elétrico, Gorgulho, Vila Nova, Marreca, Juriti, Zabelê e outros homens enfeitados ao máximo para aparecer “dentro da geringonça do turco”.

Dançarino e escrevinhador

Usados os primeiros rolos, o produtor arrojado correu para Fortaleza, a fim de revelar aquele material inacreditável, histórico, etnográfico e documental da mais alta importância. Estava apenas no começo do projeto que rolava na sua cabeça. Pretendia voltar para prosseguir filmando um modo de vida já condenado a morrer, pelas ordens – cada vez mais impacientes – do Rio de



Por trás dos óculos, a lenda do cangaço encara as lentes de Abrahão

Janeiro: o “cangaço” é para ser extirpado, e seus favorecedores e admiradores, castigados pelas forças policiais e de segurança vigiando, ao máximo, os focos de resistência e simpatia para com a sobrevivência, anômala e bizarra, de sertanejos violentos e desafiadores dos poderes da República.

Tudo se revelou melhor do que o esperado, na processadora importada da Abafilm. A primeira tomada, feita pelo “Cego”, estava perfeita na angulação e na luz do acaso movendo o dedo mais acostumado com o gatilho. Aqui e ali, acontecera alguma subexposição do negativo, pelo amorismo do “iluminador” que nem sempre verificara, também, o perfeito encaixe da fita na grifa. A imagem, em consequência, tremia um pouco, por momentos, até o celulóide se ajustar, naturalmente, no chassi da Nizo. Normalizadas, tais cenas até pareciam refletir, pitorescamente, o nervosismo do cineasta diante da “fera do Nordeste” desembainhando seu longo punhal exibido para a lente.

Adhemar Albuquerque ficou, mais do que nunca, entusiasmado com a co-produção ousada. Forneceu uma boa quantidade de latas de filme ao seu sócio, e o instruiu em mais alguns detalhes técnicos, antes de ver o homem temerário partir, de novo, para o mistério das trilhas mal escondendo, agora, um cangaceiro perseguido com fúria nova. Ao mesmo tempo, a façanha do árabe era notícia em jornais como o *Correio de Aracaju*, não deixando de se insinuar certo receio de o futuro filme vir a dar contornos de herói a um velho “inimigo do povo”. Em outubro, apareceram matérias redigidas, de Piranhas (AL), por Abrahão a caminho de um novo encontro com Lampião e, agora, francamente malvisto pela polícia. Como é que o gringo poderia saber das tocas e dos descansos do Cego, de modo a filmar aquela gente posando como “artistas”?

Quando Abrahão mais uma vez sumiu de vista, todo mundo sabia que deveria estar em algum lugar perdido da caatinga, na companhia do “cínico facínora”, dormindo nos bivaques, de dia, para se movimentar durante a noite. E era assim mesmo. Só que, agora, tudo estava sendo impresso nos rolos de filme de que restou só uma parte das cenas de Lampião escrevendo bilhetes, costurando numa máquina (macho à prova das Singers), fingindo atirar e, logo, dançando perfumado como uma “mulé-dama”. Seus cangaceiros apareciam cumprindo ordens de rotina: caçar, preparar comida etc., e também junto com as poucas mulheres introduzidas nos grupos, tudo em boa e espartana disciplina, na medida do possível. Um mundo de homens, organizado para cabras dispensados de se retardar fazendo agrados em mulheres talvez cansadas das longas caminhadas (“diagnóstico” que se ouvia, com outras palavras, quando ainda estavam vivos muitos dos cabras e sertanejos contemporâneos de Virgulino Ferreira da Silva).

Não havia saída para o cangaço, por volta do terço final da década de 30. O cerco se fechava, sob o tacão da Nova República, e na dobra da falta de lealdade de alguns coiteiros abrindo caminho para o massacre de Angicos. Por um leito sinuoso de traições, armou-se a armadilha para Lampião e seus comandados, na manhã do dia 28 de julho de 1938. A história é bem conhecida. Só alguns poucos dos cabras escaparam, e os mortos de destaque (Virgulino Ferreira e Maria Déa, entre eles) tiveram as cabeças decepadas e levadas, no mesmo dia, para exposição improvisada na calçada da prefeitura de Piranhas.

Homem implacável

Onde estava Benjamin Abrahão, que não apareceu para acrescentar um tão horrível epílogo ao projeto do seu filme? O ex-mascate que se tornara o cineasta de uma obra só, rodada em duas temporadas nas caatingas, já estava morto a essa altura. Sua vida tomara rumos estranhos, após voltar a Fortaleza, depois das últimas tomadas de 1936, noticiadas na primeira página da edição de *O Povo* de 9 de janeiro de 1937, com manchetes em negrito: “O Filme de Lampeão – Regressou a Fortaleza o Ex-Secretário do Padre Cícero – Uma Entrevista a O POVO sobre os seus Encontros com o famoso Cangaceiro. Como o Sr. Benjamin Abrahão conseguiu apanhar o Grupo – A Mulher de Virgulino Ferreira – As Precauções do Bandido”.

Suas “atividades” haviam despertado o mais vivo interesse da polícia. Três dias depois da publicação da matéria, o homem do filme foi ouvido, em depoimento, pelo sargento Optato Gueiros, um dos mais ferozes perseguidores de Lampião. Optato fora cabra do bando de Sinhô Pereira, onde conhecera o jovem Virgulino (obsessão de 17 anos da vida do cabra depois transformado em macaco caçador de bandidos). Esse homem implacável “apertou” Abrahão de muitas maneiras, e a montagem do documentário foi feita, na Abafilm, debaixo de um clima de medo da polícia desconfiada dos “filmadores de cangaceiros”.

Abrahão ficou assustado. Viajou para Pernambuco. Deixou seu filme por ser ordenado pelo menos num conjunto mais ou menos lógico das cenas que ele pretendia comentar, ao vivo, nas apresentações um dia sonhadas, ao conceber o documentário como uma espécie de esforço de “humanização” da figura anatematizada como fera, celerado, facínora e monstro bandido inimigo do governo e do povo. Em Águas Belas, no dia 10 de maio de 1938, o documentarista amador apareceu morto, com 42 facadas, supostamente dadas por um ladrão em busca das pedras que o antigo comerciante já não trazia nos bolsos. E quando, afinal, se pôde exibir, no Ceará, uma primeira montagem do filme *Lampeão*, o seu autor já estava sepultado com os segredos nos quais, eventualmente, poderia ter se enfrontado a respeito do bando que a polícia iria aniquilar, dois meses depois. Essa sessão – no Cine Moderno – não foi aberta ao público, mas especial para o então chefe de



Maria Bonita, “a mulher de Virgulino Ferreira”, como disse o jornal *O Povo*

polícia, capitão Cordeiro Neto, e outras autoridades presentes à projeção privada de 2 de julho de 1938.

Alguns jornalistas – convidados da polícia – fizeram eco ao protesto dos homens de farda, após se acenderem as luzes. Um deles perguntou, mais tarde, em tipos impressos: “Haverá, porventura, maior vergonha para nós do que assistirmos, país afora, a uma película, em série, do famoso assaltante de lares, de bolsas e de vidas, que é Virgulino?”. Apreendida pelas instâncias de segurança federal – sob a alegação de “ser de molde a comprometer a ordem pública” –, a obra de Abrahão Benjamin foi parar num porão do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) de Lourival Fontes, o Goebbels tupiniquim do Estado Novo. E lá ficaria por 20 anos, oxidando em meio ao mofo e à poeira, até ser recuperada, por Alexandre Wulfes e Alcebíades Ghiu, em 1957. Estava reduzida a cerca de 15 minutos de filme ainda aproveitável para se fazer as cópias que, então, puderam se espalhar pelo mundo, talvez chegando, quem sabe, muito próximo de algum *Cinema Paradiso* das montanhas da terra natal do cineasta das caatingas.

FERNANDO MONTEIRO é escritor e cineasta

VEJA AS RESPOSTAS NO PRÓXIMO NÚMERO

© COQUETEL 2005	Título dos bispos das cinco sedes episcopais da Igreja Cristã: Roma, Alexandria, Constantinopla, Antioquia e Jerusalém	Amigo da fada Sininho (Lit. Inf.)	A arte dos líderes militares	Pais que possui a segunda maior reserva mundial de petróleo	(?) Chagal, pintor natural da Bielorrússia	Região do Nordeste da África, foi governada pelo Egito no século VIII a.C.	Resposta negativa sucinta	Uma das três naus da frota de Colombo	(?) Nova: significado do Evangelho	O estado marcado por longo sofrimento
	Crença					(?) Cortez conquistou o império asteca				
		"O (?)", sucesso do Cidade Negra		Roraima (sigla)	Observa			Entidade como a Cruz Vermelha		
	Conquista do Brasil na Copa 94 (fut.)				Rebordo de chapéu					
				O décimo-sexto, na ordem alfabética	Complexo vitamínico	Conversa (glt.)				
					(?) Moore, cineasta de "Fahrenheit 9/11"		Prato típico da região amazônica	Antenor Nascentes, dicionarista		
	O amado de Ceci									
	Postos de (?): lotaram no dia seguinte ao ataque de Pearl Harbor (EUA)	Música baiana			(?) Newton, físico inglês que formulou a Lei da Gravitação Universal			Antigo nome de Constantinopla, cidade adotada como capital do império romano por Constantino, o Grande		
		Células sexuais						Milho, em inglês		
	Cidade da Núbia que era ponto de encontro de caravanas		Movimento marcado pela ação de grupos armados no interior do Nordeste, no começo do século XX			CPF		Barrete		
			Produto da ostra			Atributo físico de Elizabeth I		El. comp. de "biologia"		
					(?) Moscovis, ator		Um dos ingredientes do sushi			Domingo de (?), festa católica
	Concessão de colégios públicos									
	(?) Irmãs, empresas petrolíferas									
	Aryore produtora de latex							(?) Miranda, autora de "Boca do Inferno"		
	Âmbito									
				Rede, em inglês	Artigo definido masculino singular		Animal que era sacrificado nas hecatombes		Carla Marins, atriz	
				Reagira à pláida			Em, em francês			
	Análogo			Liga mais usada na construção naval						
	Duelo de repentinistas					Utilidade do quadrante solar				
						Local da morte do cangaceiro Virgulino Ferreira, o Lampião (1938)				

BANCO. 2/en. 3/net. 4/com — marc. 5/pinta. 6/napata. 7/agônico.

Solução do número anterior

		T	C	M		O
G	U	E	R	R	A	C
A	C	O	N	S	A	N
N	M	C	R	G	O	P
S	A	O	P	A	U	L
L	O	M	B	A	R	D
B	V	T	O	S	O	P
I	D	E	I	A	M	R
M	A	C	U	N	A	I
O	B	L	A	G	O	A
A	T	E	P	S	N	B
E	P	E	R	S	O	N
F	R	A	N	C	A	U
A	R	I	A	U	R	C

CONQUISTE SUA VAGA NESSA SELEÇÃO.
www.coquetel.com.br

Já nas bancas

CAMPEONATO Mundial DE PASSATEMPOS

COQUETEL

Apoio cultural
PETROBRAS

O MELHOR DO BRASIL
É O BRASILEIRO

LEGENDA OCULTA. O MUNDO COM LEGENDAS. A TELEVISÃO SEM FRONTEIRAS.

Agora a programação da TVE Brasil conta com legenda oculta para nossos telespectadores com deficiência auditiva.

www.tvebrasil.com.br

No Rio de Janeiro, sintonize canal 2, UHF 32 e NET 18.
Em todo o Brasil, pela SKY e por antenas parabólicas.

e
TVE BRASIL
Um canal entre
você e o Brasil.

LUCIANA DE CAMPOS É MESTRE EM HISTÓRIA E DOUTORANDA EM LETRAS PELA UNESP, MEMBRO DA ABREM E DO GRUPO BRATHAIR DE ESTUDOS CELTAS E GERMÂNICOS



Entre glórias muitas e grandes feitos de heróis

Mais do que instrumento do lazer, o romance histórico pode provocar nos leitores o interesse e a busca por uma perspectiva científica

A história foi a grande musa inspiradora da literatura européia a partir do século XIX. Com a popularização das bibliotecas de empréstimos e o aumento do público leitor, houve uma maior produção literária, o que proporcionou o advento do romance histórico, criado para agradar ao público que necessitava "ler" as glórias do passado e os grandes feitos dos heróis nacionais. Mas o intuito desse tipo de narrativa não era apenas recontar o passado. Seus autores tinham de idealizar os fatos e personagens a fim de satisfazer os leitores, ávidos por encontrar na ficção temas que reforçassem suas convicções políticas e sociais. Num momento em que as nações européias se fundamentavam, o romance histórico veio ao encontro desses anseios e evidenciou as relações entre história e literatura. Personagens e fatos históricos mesclaram-se com as tramas literárias, construindo e perpetuando representações que nem sempre podem ser consideradas autênticas.

Nesse contexto surgem os grandes escritores de romances históricos, como Walter Scott, autor de *Ivanhoé*, Robert Stevenson, com *A ilha do tesouro*, e Alexandre Herculano, com *Eurico, o presbítero*. A literatura apropriou-se tanto dos fatos quanto dos personagens históricos, modificando-os de maneira a, muitas vezes, perpetuar falsas representações. Enquanto os historiadores preocupavam-se com a descoberta de uma verdade na história, os escritores apenas a utilizavam como pano de fundo. Stevenson, por exemplo, criou uma imagem idealizada da pirataria, que predomina no imaginário e na arte contemporânea, mas está distante do que os historiadores conhecem sobre o tema.

No entanto, o romance histórico não foi apenas formador de imagens falsas do passado, ele foi também o catalisador da busca de uma origem triunfante para as nações e da afirmação de um sentimento heróico para os indivíduos do século XIX, como pode ser visto em *As minas de prata*, de José de Alencar. Nesse livro, a busca de um tesouro torna-se a epopéia perfeita para os leitores do império imaginarem um passado brasileiro repleto de aventuras e glórias.

Muita vezes os fatos, personagens e localidades da história são representados pela literatura como verdadeiros, o que na maioria das vezes

acaba não correspondendo à perspectiva dos estudos acadêmicos. Empreender uma pesquisa histórica rigorosa para a composição das narrativas ficcionais é tarefa árdua. *Memórias de Adriano* (1952), escrito por Marguerite Yourcenar, foi resultado de intensa pesquisa em arquivos e bibliotecas, que forneceu o suporte necessário para a construção de uma narrativa mais condizente com os fatos históricos, sem o caráter moralizante e falso de muitos romances oitocentistas sobre Roma. No caso específico do livro de Yourcenar, podemos observar como a partir da vida e da obra do imperador Adriano (117-138) foi possível construir uma excelente obra literária, mas sempre por meio de uma sólida base historiográfica. Um exemplo recente de uma união satisfatória entre história e ficção é a série *Ramsés* do egiptólogo Christian Jacq.

As representações literárias construídas ao longo dos séculos oferecem não só um vasto campo de investigação, mas uma excelente possibilidade para compreendermos como a literatura se apropria da história e, a partir desse encontro, constrói imagens que podem ser verossímeis ou não. Essa relação sempre foi delicada, mas não é possível negar que os romances têm o poder de provocar nos leitores o interesse e a busca por uma perspectiva científica dos fatos históricos.



José de Alencar

O mundo em um copo

A sedução vem em tons de vermelho e âmbar

22 h

ESTRÉIA
TODAS AS SEGUNDAS



Segunda, 12
de Setembro
Cerveja



Segunda, 19
de Setembro
Vinho



Segunda, 26
de Setembro
Uísque



Produção Original
Segunda, 3
de Outubro
Vinhos do Sul

Para mais informação visite www.thc.tv



Viva a história

THE HISTORY CHANNEL